



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

IVO PANTOJA MEDEIROS

**A COMPREENSÃO DOS CONSELHEIROS LGBTQIA+ DO AMAPÁ SOBRE O
ACESSO ÀS PRÁTICAS FORMATIVAS DE LAZER DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM MACAPÁ**

MACAPÁ/AP
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

IVO PANTOJA MEDEIROS

**A COMPREENSÃO DOS CONSELHEIROS LGBTQIA+ DO AMAPÁ SOBRE O
ACESSO ÀS PRÁTICAS FORMATIVAS DE LAZER DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM MACAPÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades. Orientador: Prof. Dr. Gustavo Maneschy Montenegro.

MACAPÁ/AP
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

M488c Medeiros, Ivo Pantoja.

A compreensão dos conselheiros LGBTQIA+ do Amapá sobre o acesso às práticas formativas de lazer de travestis e transexuais em Macapá / Ivo Pantoja Medeiros. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico.
112 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Macapá, 2025.

Orientador: Gustavo Maneschy Montenegro.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Lazer. 2. LGBTQIA+. 3. Educação. I. Montenegro, Gustavo Maneschy, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 306.483

MEDEIROS, Ivo Pantoja. **A compreensão dos conselheiros LGBTQIA+ do Amapá sobre o acesso às práticas formativas de lazer de travestis e transexuais em Macapá.** Orientador: Gustavo Maneschy Montenegro. 2025. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Educação. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

IVO PANTOJA MEDEIROS

**A COMPREENSÃO DOS CONSELHEIROS LGBTQIA+ DO AMAPÁ SOBRE O
ACESSO ÀS PRÁTICAS FORMATIVAS DE LAZER DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM MACAPÁ**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 11 de dezembro de 2025

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Gustavo Maneschy Montenegro
Orientador – Presidente da Banca – PPGED/UNIFAP

Prof.^a. Dr.^a. Cássia Hack
Avaliadora Titular Interna – PPGED/UNIFAP

Prof.^a. Dr.^a. Lucília da Silva Matos
Avaliadora Titular Externa – UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e propósito em cada etapa desta jornada.

À minha esposa, Gabriele Rabelo, por acreditar em mim, por estar ao meu lado em todos os momentos e por contribuir com um olhar acadêmico sensível e apurado que enriqueceu este trabalho. Foi quem me incentivou a me inscrever no processo seletivo de mestrado em Educação e me apoiou em todos os momentos. Eu te amo pra sempre.

Aos meus pais, Adriana Barbosa Pantoja Figueiredo e Otniel Justino Garcia Medeiros, por todo amor, incentivo e pelos valores que me sustentam. Aos meus avós Raimunda Barbosa Pantoja e José Paulo Pantoja, cuja dedicação, amor e investimento constante na minha educação foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também às pessoas trans e travestis que participaram desta pesquisa, por confiarem em mim e compartilharem suas vivências e opiniões sobre o lazer em Macapá. A escuta de cada uma de vocês foi essencial para a construção deste estudo e para a ampliação de perspectivas sobre um tema tão necessário.

Meu reconhecimento e gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Gustavo Maneschy, por sua orientação atenta, pelas provocações intelectuais e por me apresentar um tema que poucas pessoas se dispõem a discutir.

Agradeço à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), instituição onde construí toda a minha trajetória acadêmica, desde a graduação, e que foi o espaço de formação, descobertas e amadurecimento pessoal e profissional.

Por fim, agradeço a mim mesmo por não ter desistido, por seguir acreditando mesmo diante das dificuldades e por compreender que cada passo nesta caminhada é também um ato de resistência, aprendizado e transformação.

RESUMO

Neste trabalho compreendemos o lazer como necessidade humana e dimensão da cultura, o qual deve ser acessível a todos, todas e *todes*. O lazer é um direito social, o que implica em reconhecê-lo como política pública, que ao lado de outras esferas, como educação, saúde, moradia, emprego, pode proporcionar uma vida com mais qualidade para as pessoas. No entanto, o acesso ao lazer é muito desigual dado aos marcadores de classe social, de gênero, de relações sociais e de sexualidade, resultando em apropriações mais vantajosas para aqueles e aquelas que usufruem do capitalismo cisheteropatriarcal. Ainda que o Brasil seja um território com muita diversidade cultural, marcado pela pluralidade de identidades de gênero e sexuais, continua sendo um país historicamente violento para pessoas que não seguem a ordem “natural” dos gêneros, como a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais (LGBTQIA+), com ênfase na população transgênero. Neste processo, destaco a existência do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Amapá (CELGBT-Amapá), órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva que integra a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS), do Governo do Estado do Amapá (GEA). O CELGBT-Amapá é atuante não só no respeito à diversidade de gênero e sexuais, mas também na garantia para que esses sujeitos usufruam das políticas públicas estaduais. Diante da realidade hostil que muitos sujeitos trans e travestis vivem no Brasil e no Amapá, o problema desta pesquisa foi concentrado no seguinte questionamento: Qual a compreensão dos conselheiros representantes do segmento “T” (travesti e transexual) do CELGBT-Amapá sobre o acesso às práticas formativas de lazer para homens transexuais, mulheres transexuais e travestis em Macapá? Tendo como objetivo geral do trabalho analisar a compreensão dos conselheiros representantes do segmento “T” (homens trans, mulheres trans e travestis) do CELGBT-Amapá sobre as práticas formativas de lazer que contemplam os sujeitos do segmento em Macapá. Este estudo possui abordagem qualitativa, que combinou pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, realizada por meio de um questionário socioeconômico e entrevistas semiestruturadas. Posterior à coleta, os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo de Bardin (1977), realizada em três fases: pré-análise, análise e a interpretação de dados. Os resultados revelaram uma compreensão predominantemente crítica quanto à escassez de oportunidades de lazer destinadas à população trans e travesti em Macapá, apontando para a exclusão social, transfobia institucional e outras exclusões simbólicas, que corroboram para o estranhamento e afastamento desse grupo nos espaços. Por outro lado, as falas trouxeram também experiências positivas, de bem-estar, acolhimento e potência comunitária que ressignificam o lazer como espaço de pertencimento. Portanto, estudos como este colaboram para a ampliação do debate na relação entre lazer, gênero e educação, tornando-se ferramentas fundamentais para a mudança social de fato e criação de políticas públicas de lazer voltadas a essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; LGBTQIA+; Trans; Educação.

ABSTRACT

In this work, we understand leisure as a human need and a dimension of culture, which should be accessible to everyone. Leisure is a social right, which implies recognizing it as public policy that, alongside other spheres such as education, health, housing, and employment, can provide a better quality of life for people. However, access to leisure is very unequal due to markers of social class, gender, social relations, and sexuality, resulting in more advantageous appropriations for those who enjoy cisheteropatriarchal capitalism. Although Brazil is a country with great cultural diversity, marked by a plurality of gender and sexual identities, it remains a historically violent country for people who do not follow the “natural” gender order, such as the lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, intersex, asexual, and other (LGBTQIA+) populations, with an emphasis on the transgender population. In this process, I highlight the existence of the State Council for the Rights of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, and Transsexuals of Amapá (CELGBT-Amapá), a collegiate body of a deliberative and consultative nature that is part of the State Secretariat for Inclusion and Social Mobilization (SIMS) of the Government of the State of Amapá (GEA). CELGBT-Amapá is active not only in promoting respect for gender and sexual diversity, but also in ensuring that these individuals benefit from state public policies. Given the hostile reality that many trans and transvestite individuals experience in Brazil and Amapá, this research focused on the following question: What is the understanding of the councilors representing the “T” segment (transvestites and transsexuals) of CELGBT-Amapá regarding access to leisure for transsexual men, transsexual women, and transvestites in Macapá? The overall objective of this study is to analyze the understanding of CELGBT-Amapá councilors representing the “T” segment (trans men, trans women, and transvestites) regarding leisure formative activities that include individuals from this segment in Macapá. This study has a qualitative approach, combining bibliographic research, documentary research, and field research, conducted through a socioeconomic questionnaire and semi-structured interviews. After collection, the data were processed using Bardin (1977) content analysis, carried out in three phases: pre-analysis, analysis, and data interpretation. The results revealed a predominantly critical understanding of the scarcity of leisure opportunities for the trans and transvestite population in Macapá, pointing to social exclusion, institutional transphobia, and other symbolic exclusions, which contribute to the alienation and marginalization of this group in public Spaces. On the other hand, the statements also brought positive experiences of well-being, acceptance, and community power, which reframe leisure as a space of belonging. Therefore, studies such as this broaden the debate on the relationship between leisure, gender, and education, becoming fundamental tools for social change and the creation of public leisure policies aimed at this population.

KEY WORDS: Leisure; LGBTQIA+; Trans. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Porta de entrada onde o CELGBT-Amapá está presente junto dos demais conselhos do estado	63
Figura 2 – Logo do Coletivo AP Delas+	82
Figura 3 – Folders de divulgação do “Cine Trans” de Carnaval e o “Cine Trans Preto”	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os partícipes da pesquisa66

Tabela 2 Identificação das Unidades de Contexto e Categorias de Análise66

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AMA LGBTI – Centro de Acolhimento às Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRAL - Associação das Travestis e Liberados, do Rio de Janeiro

ATRAS - Associação das Travestis de Salvador

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAE - Centro de Acolhida Especial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CELAZER - Centro de Estudos do Lazer

CELGBT Amapá - Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Amapá.

CID – Classificação Internacional de Doenças

CMM - Câmara Municipal de Macapá

CMLGBT – Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT de Macapá

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CNS - Conselho Nacional em Saúde

CONEP - Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

DPE – Defensoria Pública do Amapá

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Liberados

FTM – Female To Male (Feminino para masculino)

GEA - Governo do Estado do Amapá

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBT+- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e mais

LGBTTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais.

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNDCDH-LGBT - Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT

PNDH-3 - Programa Nacional de Direitos Humanos (3ª edição)

RENATA - Rede Nacional de Travestis

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Amapá

SESC- Serviço Social do Comércio

SESC-SP - Serviço Social do Comércio de São Paulo

SESI – Serviço Social da Indústria

SEMAST - Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho

SEPM – Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo

SESA – Secretaria da Saúde

SEJUSP – Segurança de Justiça e Segurança Pública

SIMS - Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social

T – Trans e travestis

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS - Unidades Básicas de Saúde

UEAP - Universidade do Estado do Amapá

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNAHT - União Amapaense de Homens Trans

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
2.1 Aspectos éticos	29
3 ASPECTOS TEÓRICOS DOS ESTUDOS DO LAZER.....	30
3.1 Contexto histórico do campo teórico do lazer no Brasil.....	30
3.2 O lazer é para <i>todes</i> ?	33
3.3 Definição de sexo, gênero e sexualidade	35
3.4 Corpos excluídos: entendendo a transgeneridade	38
3.5 Lazer e Educação: Saberes a partir de experiências trans.....	42
4 ENTRE CONQUISTAS E DESAFIOS: A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL	50
4.1 Transexuais, transgêneros e travestis na luta dentro do movimento LGBTQIA+: diferenças, semelhanças e tensionamentos	50
4.2 Dispositivos legais e a invisibilização do direito ao lazer da população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá.....	53
4.3 Das conquistas e desafios no estado do Amapá.....	58
5 A IMPORTÂNCIA DE UM CONSELHO DELIBERATIVO E CONSULTIVO NAS AÇÕES LGBTQIA+.....	63
5.1 O significado de um conselho deliberativo.....	63
5.2 Conversando com os interlocutores da pesquisa	67
5.3 Vozes do CELGBT-AP sobre lazer, cidadania e trans existências em Macapá ...	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	99
ANEXO 1 PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	107
APÊNDICE A QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	111
APÊNDICE B ROTEIRO DE ENTREVISTA	112
APÊNDICE C TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	113

1 INTRODUÇÃO

Algumas reflexões da vida tornam-se inquietações, casos ocorridos no trabalho, na família, em atividades do lazer, em qualquer momento ou situação. Não é segredo que a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais (LGBTQIA+), no Brasil, é um público extremamente vulnerável, excluído e sofre com a escassez de políticas públicas essenciais para se viver com dignidade humana. Se traçado um recorte dentro da comunidade, é perceptível que o público “T” (travestis, mulheres trans e homens trans) é o grupo que necessita de uma atenção especial, sem deixar de lado os outros indivíduos LGB+, obviamente.

Entretanto, alguns pontos são fundamentais para mostrar que a população “T” não consegue acessar espaços públicos importantes para a vida de cada sujeito, como a educação, saúde, serviços públicos, cultura e as práticas formativas de lazer, os quais são mais facilmente acessados por uma pessoa cisgênero¹ e heterossexual².

Como enxergar a presença de pessoas trans e travestis se o Brasil continua liderando, pela 16ª vez consecutiva, o ranking do país que mais os assassina? De acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2024, foram registradas 122³ mortes por assassinato, sendo 117 de travestis e mulheres transexuais e 5 de homens trans e pessoas trans masculinas. Esses dados reforçam uma realidade cruel: a expectativa de vida da população trans no Brasil ser apenas 35 anos, muito inferior à média da população em geral.

Essa realidade atravessa minha jornada acadêmica, bem como minha trajetória de vida, enquanto alguém que está inserido na comunidade LGBTQIA+. Como homem transsexual⁴, faço parte de um grupo social e vulnerável que precisa estar alerta a todo instante, inclusive, com os direitos já conquistados e que são fundamentais para viver com dignidade. Minha participação em atividades culturais e ativistas perpassam pela

¹Segundo Jesus (2012), o termo cisgênero contempla as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, a partir do que se entende por sexo biológico.

²Já a heterossexualidade é a maneira como a pessoa se atrai afetivo-sexualmente por outras pessoas de gênero diferente com a qual se identifica (Jesus, 2012). Um homem é heterossexual quando sente atração (física e emocional) por uma mulher, da mesma forma uma mulher é heterossexual quando se atrai por um homem.

³Segundo o dossiê, houve uma queda de 16% comparado ao ano de 2023, que constou 145 assassinatos. Apesar da redução, o Brasil continua liderando como a nação que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. (ANTRA, 2025).

⁴Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Também conhecidos por transhomens ou Female-to-Male (Jesus, 2012).

preocupação em tornar os ambientes públicos menos hostis e violentos para a comunidade LGBTQIA+.

Em 2014, ingressei no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Durante quatro anos, estive ativo nas escritas de reportagens e artigos, principalmente nas abordagens que se aproximavam de grupos que viviam (e ainda vivem) às margens da sociedade. Pretos, LGBTQIA+, religiões de matriz africana, mulheres, dentre outros segmentos. Disciplinas como Comunicação Comunitária, Psicologia da Comunicação, Comunicação e Teatro, Jornalismo Literário, Radiojornalismo e Direitos Humanos foram fundamentais para ser quem eu sou nos dias de hoje. Alguém que enxerga no ambiente educacional a transformação da realidade, essencialmente, daqueles desprovidos de privilégios e políticas de ações afirmativas. E nesse caso, pela minha caminhada, tenho um apego emocional e empático com o segmento LGBTQIA+.

Comecei a me questionar, de fato, como pessoa trans durante uma disciplina cujo questionamento de uma docente jamais foi esquecido por mim: “Você é você ou você é os outros?”. Bastou uma indagação para eu perceber que não estava sendo eu, e sim uma extensão do que minha família queria que eu fosse. Após a formatura e a saída da graduação, ingressei na especialização em “*Estudos Culturais e Políticas Públicas*”, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por meio de processo seletivo.

Nesse momento, fiquei mais próximo ainda do que já estudava anos antes. Aprofundei leituras sobre classe, gênero e raça, marcadores essenciais para compreender problemas estruturantes que o Brasil continua vivendo, como por exemplo, a educação engessada e tradicional ainda muito presentes no contexto atual. A partir de Hooks (2013) entendi a educação como prática da liberdade, a pedagogia engajada e o ato de ensinar como um gesto político e afetivo.

As disciplinas que faziam parte desta pós-graduação não eram sistemáticas e com grades curriculares fechadas, o que me deixava com maior liberdade para estudar assuntos que, verdadeiramente, podia mudar no futuro. Estudei de forma aprofundada a colonialidade, decolonialidade, psicologia e história de movimentos políticos e sociais brasileiros, e dali em diante, enxerguei a universidade como um lugar, de fato, emancipador.

Naquele momento, a sala de aula, sob meu próprio olhar, era um ambiente de entusiasmo. Esse entusiasmo foi a primeira característica essencial para o modelo holístico de aprendizagem defendida pela teórica Hooks (2013), sendo ele trabalhado de forma

coletiva e construtiva tanto pelos professores, ao possuírem o prazer em ensinar, quanto pelos alunos, ao terem suas expressões e opiniões valorizadas.

Segundo Hooks (2013), se trabalhada por todos e todas, essa educação progressiva e holística é capaz de transformar a realidade, fazendo da sala de aula não apenas um lugar prazeroso de ensino, mas que gere bem-estar aos docentes e discentes, pois não se trata de simplesmente repassar as informações, mas de associá-las com as experiências globais de vida dos alunos.

Me empolgava para o fato de estar dando continuidade em uma universidade que era considerada pioneira nas políticas para o público LGBTQIA+. A UNIFAP, desde 2009, assegura a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos (diários acadêmicos, cadastros, históricos, certificados e demais documentos internos). Estava no caminho certo, uma vez que, percebia que a instituição era inclusiva e respeitosa.

Paralelo a isso, em janeiro de 2019, após o primeiro ano de conclusão da especialização, me aproximei mais do ativismo político da transgeneridade, muito por influência de colegas, professores e amigos da própria pós-graduação. Surge a ideia de criar um coletivo trans do estado do Amapá como um canal de informações e troca de experiências e vivências entre os que ali encontravam trajetórias em comuns da vida e seus desafios.

Homens trans de Macapá e Santana⁵ sem limites de faixa etárias agora ajudam uns aos outros como forma de tornar o processo de transição *FTM*⁶ menos doloroso, mais simples e, sobretudo, acolhedor. Informações como contatos de psicólogos, endocrinologistas, cirurgiões e mudanças físicas e mentais são os principais assuntos ali presentes.

Ainda no mesmo ano de criação, o grupo começou a distribuir fanzines com compilações de informações nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), praças e demais locais públicos da capital amapaense, com o objetivo de combater o preconceito, a violência e discriminação, promovendo visibilidade para os(as) transsexuais do Amapá.

Embora o Coletivo não tenha se transformado em um movimento político mais articulado em prol das próprias pautas específicas, ele ainda existe hoje com outra nomenclatura: União Amapaense de Homens Trans (UNAHT) com cerca de 22 participantes

⁵Segundo município mais populoso do Amapá, Santana possui mais de 118 mil habitantes e faz parte da região metropolitana junto com a capital Macapá e o município de Mazagão.

⁶Do inglês: Female-to-Male (FTM), na tradução literal: do feminino para o masculino. Refere-se a transição de sujeitos que não se identificam com o gênero feminino e, portanto, fazem a transição para o masculino. A transição FTM não obrigatoriamente impõe a realização de cirurgias e uso de hormônios. Mas a forma como a pessoa FTM enxerga sua própria transição a partir do que ela considera como masculino. É preciso desvincular a ideia de que para ser transgênero e fazer a transição de gênero, necessariamente utiliza-se de mecanismos de alteração física-corporal. Trata-se de uma transição que é (re)construída social, cultural e politicamente.

que vão aumentando, gradualmente, à medida que conhecemos mais pessoas transgêneros do Amapá. Não há um líder que responda por todos, pois lá fazemos recortes sociais importantes que são necessários a cada um, como classe, raça e sexualidade.

Cada membro, se assim desejar, pode representar o coletivo. O que já aconteceu algumas vezes, por exemplo, onde representei o coletivo em palestras de faculdades, tais como “Transformando a universidade: educação para *todes*”, da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), em 2021. Além disso, em 2022, participei como entrevistado, da dissertação de mestrado de Isadora Canto denominada de “Política nacional de saúde integral da população LGBT: a importância do Estado na garantia do acesso à saúde da população transgênero no município de Macapá”, e eventos nacionais, como o “Projeto Ações Integradas de Educomunicação para a Prevenção ao Suicídio e da Automutilação”, do Ministério da Saúde (MS), em 2020.

Profissionalmente, tenho participado e assessorado inúmeros projetos de lei da Câmara Municipal de Macapá (CMM) que possuem abordagens mais inclusivas, dentre os quais, a votação e sanção da Lei nº 2.597/2022, que prevê a punição de qualquer indivíduo que discriminar outros com base na orientação sexual, além de instituir o dia 17 de maio, como o “Dia da luta contra a LGBTFOBIA+” no âmbito municipal.

Com o título “*Projeções e tensionamentos entre identidades de gênero e sexuais: um estudo sobre corpo e sexualidade nas páginas de ativismo gay no Facebook*”, defendi meu trabalho de conclusão de curso da especialização. Não apenas isso, defendi o que eu acredito em vida, a diversidade a partir de um olhar social, cultural e *queer*⁷.

Por outro lado, ao fim da especialização, percebi que ainda não há uma compreensão total das pessoas sobre a diferenciação de gênero, sexo e sexualidade. A tríade ainda é ensinada de forma compulsória e está presente nos dias de hoje. Há uma dificuldade em desassociá-las e enxergá-las de forma independente e isso se reflete na falta de espaços públicos para pessoas transgêneros.

Nas práticas formativas de lazer, tema central desta pesquisa, não é diferente. Ainda que o Brasil seja um país com muita diversidade cultural, marcado pela pluralidade de identidades de gênero e sexuais, laico e democrático, continua sendo um país historicamente violento para pessoas que não seguem a ordem dos gêneros inteligíveis (Bento, 2011), ou

⁷“Queer” não constitui uma definição concreta. Sob o olhar dos Estudos Culturais e Feministas, queer desafia as normatizações sexuais e de gênero impostas pelos inúmeros sistemas de dominação presentes na vida dos sujeitos, podendo ser configurado tanto um campo de estudo acadêmico quanto uma maneira de se sentir no mundo.

seja, aquela que é normalizada e aceita pelas instituições sociais (família, igreja, escola, etc.), onde ser masculino implica em ser homem e ser feminino, implica em ser mulher, de acordo com o que é imposto quando de seu nascimento.

Quando essa lógica dos gêneros é invertida, causa estranhamento e repulsa. Esse pensamento se faz presente também em atividades culturais de lazer. Então, pergunto: onde se encontram as pessoas trans e travestis durante as atividades de lazer que possam deixá-las confortáveis pelo simples fato de ser quem é?

Nos últimos anos, os Estudos do Lazer têm sido elaborados trabalhos sobre o lazer a partir da interseção de classe, gênero e raça (Maurício et al., 2021). Mais do que isso, hoje o lazer, além de ser considerado uma necessidade humana (Gomes, 2014), também “constitui um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana em todos os tempos, lugares e contextos” (Gomes, 2011, p. 9), sendo um fenômeno fundamental para a qualidade de vida⁸ das pessoas.

Para fundamentar essa discussão, busquei suporte em autores e autoras que tratam do lazer e educação, como Marcellino (1998) e Gomes (2010;2014) que veem no lazer um lugar onde o sujeito se reconhece e é reconhecido, um direito social e prática cultural para além da recreação e o divertimento.

Já as perspectivas de Bento (2008; 2011) e Louro (1997; 2018) me ajudou a compreender que o Brasil ainda vive em um modelo de vida cisgênero heterossexual como normas que as instituições sociais seguem e definem quais os corpos e identidades são legítimos, negando a essas pessoas o direito de existir e viver com dignidade, inclusive no campo do lazer.

Em se tratando das epistemologias trans, utilizei como base teórica os estudos de Odara (2020) e Passos (2022) que trazem perspectivas contra hegemônicas e travestilizadas sobre os saberes e as experiências trans e travestis como formas legítimas de produção de conhecimento. Enquanto Odara (2020) propõe a pedagogia da desobediência, Passos (2022) sugere a pedagogia das travestilidades, no qual afirma que as expressões corporais são atos educativos, políticos e libertadores.

Se é considerado uma necessidade humana, pela lógica, o lazer deveria ser inclusivo a todos, mas nem sempre é o que acontece. Inclusive, dentro do meio acadêmico, poucas são

⁸Fugindo de seu aspecto estritamente econômico, tomaremos como base a discussão da qualidade de vida (QLDV) a partir da visão de Martha Nussbaum, levando em consideração a teoria das capacidades. Para a filósofa, existem 10 capacidades em que o ser humano deveria ter para viver uma vida digna, e a recreação (lazer) é uma delas. Nesse sentido, a QLDV deixa de ser resumida apenas a fatores econômicos, dando lugar a um meio onde possamos alcançar a dignidade humana, para além de renda e direitos legais.

as produções sobre a importância do lazer para as pessoas trans e travestis no Brasil. Desta forma, para entender o campo acadêmico dos Estudos do Lazer e a produção de conhecimentos sobre as pessoas trans, realizei um levantamento nas plataformas de pesquisas acadêmicas e foram encontrados poucos trabalhos centrados neste tema e escritos por pessoas trans.

Dentre eles cabe destacar a dissertação de mestrado de Rodrigues (2022) intitulada “*Lazer, mulheres trans e sistema prisional: um estudo sobre as práticas de lazer na penitenciária Prof. Jason Soares Albergaria*”. Este trabalho investiga as vivências de lazer das mulheres trans e suas organizações em espaços privados de liberdade. O estudo conclui que, apesar do lazer ser considerado um direito humano fundamental, em uma unidade prisional, essa prática não é vista como um direito, mas um benefício, ou como o próprio autor relata: “uma regalia”. Sem iniciativa do Poder Público, essas mulheres se organizam para tornar o espaço suscetível ao lazer, como salão de beleza, direito ao banho de sol, leitura, escrita e as práticas de assistir televisão, ouvir rádio, fazer artesanato e desenho.

Em seu artigo “*Espaços e sexualidades trans: lazer como arte da existência na Baía da Traição*”, Guerra (2017) investigou como as sexualidades dissidentes⁹ estão presentes em um determinado local urbano, que é essencial para as relações de sociabilidades e “agenciamentos desejantes”¹⁰. Como ressalta a autora, estes corpos podem ser vistos como máquinas desejantes e desejadas nos entraves da cidade, compondo uma arte de viver, uma vez que os prazeres também movem e compõem as travestilidades.

Guerra (2017) aponta que os espaços utilizados por mulheres trans e travestis para experienciarem seus desejos e prazeres também funcionam como práticas de lazer, na medida em que elas reivindicam seus corpos e sexualidades como uma arte de fuga aos padrões heteronormativos. Em outras palavras, uma forma de resistência aos padrões heteronormativos.

A autora também explica que existe uma lógica sexual ou íntima nos espaços ocupados por pessoas trans, no qual é acionada de maneira estratégica na construção de encontros afetivos-eróticos. Nesses encontros, a sexualidade manifestada pode ser vista como um grito inotido, um desejo que escapa às nomenclaturas; a materialização erótica

⁹Guerra (2017) utiliza do termo “dissidente” para se referir às sexualidades e identidades que diferem da heterossexualidade e da cisgeneridade. Como dissidente, a autora destaca, sobretudo, as experiências das mulheres trans e travestis que interagem na Baía da Traição, Paraíba. Ao mesmo tempo, o termo também pode ser considerado uma maneira de resistir às práticas normativas impostas pela matriz heterossexual.

¹⁰Nesse caso, Guerra (2017) remete à noção deleuziana de agenciamento, sendo todo processo coletivo de produção do desejo, que surgem não só dos próprios corpos trans, mas também dos espaços e afetos.

da satisfação desses desejos exerce, pois, um papel fundamental na reafirmação de suas próprias identidades. No entanto, Guerra (2017) alerta para os entraves sociais que impõe estigmas capazes de ao mesmo tempo romantizar corpos trans e invisibilizar suas vidas.

Em contraste a este tema, o lazer também foi encontrado nos estudos atrelado às práticas esportivas. Franco (2016), em *“A Educação Física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros”* buscou refletir sobre a Educação Física como uma área da educação que também desconhece a realidade de alunos trans, sendo considerado, pois, “um dos vetores do preconceito e da discriminação em relação àqueles/as que não construíram seus gêneros (...) dentro dos parâmetros hegemonicamente estabelecidos” (Franco, 2016, p. 62).

“Na parada do Lazer: diagnóstico do campo de atuação profissional nas ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG” foi o título da dissertação de Tavares (2011), que buscou analisar as concepções de lazer por parte de Organizações Não Governamentais (ONG) ligadas diretamente aos movimentos LGBT. Nesta produção, a autora provocou reflexões sobre o campo profissional do lazer proposto pelas ONGs LGBT, bem como o uso do espaço público para o lazer, o planejamento participativo das ações, os investimentos e a conscientização do lazer como direito fundamental.

Ao focar na inclusão social de mulheres trans e travestis, Kishigami (2020) na sua dissertação de mestrado intitulada *“Políticas públicas: lazer e turismo como instrumento de inserção social de travestis e transexuais em vulnerabilidade social”* destacou o papel do abrigo Centro de Acolhida Especial (CAE) Florescer, que presta atividades de lazer, turismo e educação não-formal para pessoas trans desabrigadas.

Neste contexto, Kishigami (2020) explica que o CAE é considerado um espaço de inclusão e reinserção social de indivíduos que sofrem violências e discriminações desde a infância, como é o caso das mulheres trans e travestis. As atividades do CAE aproximam o espaço público urbano dessas pessoas ao construir práticas de lazer, que de imediato pode causar estranheza, porém contribui para a “construção de uma autoestima e a sensação de pertencimento ao espaço da cidade e a sociedade” (Kishigami, p.7, 2011).

Reis e Martins (2020) no artigo *“Diversidade Sexual e políticas públicas de lazer para as pessoas LGBTTI”* refletem sobre a construção das políticas públicas e como os espaços de lazer são lugares de difícil acesso ao público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTTI). Para os autores, as práticas de lazer para as

pessoas LGBTTI ainda têm muito a avançar tanto do ponto de vista acadêmico, quanto nas políticas públicas propostas pelo Estado e organizações da sociedade civil.

De maneira geral, os materiais acima citados mostram que os Estudos do Lazer combinado à diversidade de gênero é um campo teórico ainda em construção. Estudar o lazer a partir de uma perspectiva contra hegemônica requer um olhar diferenciado, que entrelace as análises do lazer sob diferentes marcadores sociais. Além disso, o lazer ainda é visto como uma temática secundária, e se visto pelo olhar amazônida, a escassez dessas produções ainda é mais evidente, uma vez que pouco se vê a associação entre “lazer” “LGBTQIA+” e “Amazônia”, e neste caso, ressalto especialmente a região norte e o estado do Amapá.

Nesta problemática, a tese de Bernardes (2023), intitulada “*A (Fé)sta da Chiquita no terreno do Círio de Nazaré: uma experiência de lazer entrelaçando a devoção, a diversidade e a economia popular*” mostra a importância do lazer como ferramenta de fortalecimento no combate ao preconceito. Celebrada há mais de 45 anos, a Festa da Chiquita é uma fonte de lazer ao público LGBTQIA+ que celebra a diversidade em Belém do Pará, ligada à cultura local, já que acontece durante a quadra nazarena, dentro da semana do Círio, evento muito esperado por belenenses e turistas. A Festa da Chiquita ocorre em meio a um dos pontos turísticos mais conhecidos da capital paraense, o Theatro da Paz, e representa um espaço de existência e resistência num contexto sociocultural que permeia os significados de fé, gênero, identidade e pertencimento.

Pela cronologia das pesquisas, é perceptível que as produções sobre os estudos de lazer, relacionando as temáticas de gênero e diversidades, são recentes. Nesse sentido, surgiu minha primeira inquietação: Se as atividades de lazer são restritas, mesmo que de maneira implícita, então quem assegurará os direitos das pessoas trans e travestis ao lazer? De fato, há uma fragilidade nas instituições públicas sobre as políticas de lazer no país, mesmo sendo um direito social garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988).

Como homem transsexual, amapaense e pesquisador amazônida, é nítido minha preocupação sobre a efetividade (ou não) das políticas públicas de lazer acessados por homens trans, mulheres trans e travestis da Região Norte, principalmente porque essa política (ou a falta dela) afeta minha própria vida enquanto sujeito trans.

A forma como o Estado brasileiro tem trabalhado para oferecer espaços públicos e culturais de interação social para sujeitos LGBTQIA+ influencia como nós circulamos (ou não) pelas cidades. Se um governo não considera a diversidade das sexualidades e

identidades para além do aspecto binário de gênero, a tendência é que esse grupo de pessoas vivam no ostracismo, sem acessar qualquer tipo de programa social ou política pública.

Trazendo para a capital amapaense, Macapá, um de meus questionamentos iniciais era saber, de fato, se existia alguma representatividade dentro da estrutura do Governo do Estado do Amapá que pudesse assegurar a liberdade e dignidade da população trans e travesti amapaense dentro do âmbito do lazer, já que, se pensado na contemporaneidade, ele é considerado uma necessidade humana, e, portanto, “precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado” (Gomes, 2014, p. 12).

Neste processo, destaco a existência do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Amapá (CELGBT-Amapá) e tem como principal finalidade “elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais LGBTQ+ de modo a assegurar o pleno exercício de sua cidadania” (Lei nº 1.999, 2016, parágrafo único). O respectivo Conselho é um órgão atuante não só no respeito à diversidade de gênero e sexual, mas também na garantia para que esses sujeitos usufruam das políticas públicas do Estado.

Diante da realidade hostil que muitos sujeitos trans e travestis vivem no Brasil e no Amapá, o problema desta pesquisa foi concentrado no seguinte questionamento: *Qual a compreensão dos conselheiros representantes do segmento “T” (travesti e transexual) do CELGBT-Amapá sobre o acesso às práticas formativas de lazer para homens transexuais, mulheres transexuais e travestis em Macapá?*

Para dar sentido ao problema, trazemos como objetivo geral do trabalho: Analisar a compreensão dos conselheiros representantes do segmento “T” (homens trans, mulheres trans e travestis) do CELGBT-Amapá sobre as práticas formativas de lazer que contemplam os sujeitos do segmento em Macapá. Nos objetivos específicos, elencamos os pontos: 1) Discutir as questões sociais, culturais, políticas, econômicas, educacionais e de lazer que perpassam a comunidade LGBTQIA+, em especial, as populações travestis e transexuais; 2) Verificar a articulação do lazer nos dispositivos legais de proteção à população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá e 3) Compreender as barreiras e os enfrentamentos do acesso ao lazer de pessoas trans e travestis, a partir do olhar dos conselheiros representantes deste segmento.

No capítulo 1, abordei o contexto histórico dos estudos do lazer, sobretudo no território brasileiro, seus desafios de implantação enquanto política pública fundamental para o desenvolvimento humano, além de conceituações contra hegemônicas do termo, de modo

que possamos compreender a sequência da leitura do lazer enquanto prática e política para sujeitos historicamente invisibilizados, ignorados e, portanto, com mais restrições para acessar lazer.

Além disso, no primeiro capítulo foram elucidadas as categorias “sexo”, “gênero”, “sexualidade”, assim como “transgeneridade”, “cisgeneridade” e “heteronormatividade”, elementos estes essenciais para entender o lazer enquanto campo de disputa de poder sob corpos não normativos, discussão que será aprofundada ao longo da dissertação.

Ainda durante a discussão do primeiro capítulo, relacionei questões do lazer na educação, enfatizando, sobretudo, a construção de saberes a partir das experiências trans e travestis no Brasil. E como o lazer possui um duplo processo educativo, ao mesmo tempo em que ele ensina através do lazer, também torna esse fenômeno como objeto de estudo, debate que será aprofundado posteriormente.

Em seguida, no capítulo 2 tratei de enfatizar a trajetória dos movimentos LGBTQIA+, suas dificuldades e as conquistas de direitos fundamentais para ter qualidade de vida digna e humanizada. Por outro lado, foi discutido a luta do grupo “T” dentro do próprio movimento LGBTQIA+, pautas que se diferenciam dos demais segmentos, semelhanças e tensionamentos que ocorrem, ainda que dentro da diversidade sexual e de gênero.

Para tanto, explorei alguns dispositivos legais que visam a proteção e defesa da população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá, como conferências, planos, legislações, seminários e conselhos deliberativos, em suma, políticas públicas que incluem a comunidade LGBTQIA+, dando ênfase às pessoas trans e travestis em relação ao fenômeno do lazer.

No capítulo 3 relatei a importância de um conselho consultivo e deliberativo para as pautas LGBTQIA+. Para tanto, introduzi o Conselho Estadual dos Direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Amapá, conhecido como CELGBT-Amapá, além de problematizar a representatividade trans e travesti dentro do Conselho, seus obstáculos e desafios.

No capítulo 4, apresentei os primeiros resultados da pesquisa, bem como a caracterização dos interlocutores a partir do que foi coletado nos questionários socioeconômicos e, em seguida, as Unidades de Registro (URs) e Unidades de Contextos (UCs) das sete categorias analisadas.

Já no capítulo 5, analisei e interpretei, através das entrevistas semiestruturadas, as sete categorias a partir das Unidades de Registros e Unidades de Contexto, proposta por

Bardin (1977). Por fim, no capítulo 6 sintetizo toda a análise da investigação que foi feita, ressaltando a compreensão dos conselheiros, conselheiras e *conselheiras* do segmento “T” sobre o acesso ao lazer das pessoas trans e travestis na cidade de Macapá.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo possui abordagem qualitativa, uma vez que a discussão é centrada na compreensão de seis conselheiros e conselheiras que representam o CELGBT-Amapá, especialmente, o segmento “T”, onde eu, enquanto pesquisador, estive próximo dos interlocutores da pesquisa, com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança sobre a temática das práticas formativas de lazer para transsexuais e travestis na cidade de Macapá.

Tais conselheiros são pessoas trans e travestis que vivem a realidade deste segmento de perto e, portanto, contribuí para uma maior representatividade, se destacando em relação a outros conselheiros de outras siglas. De maneira geral, foi constatada a presença majoritária de mulheres trans e travestis, com faixa etária entre 23 e 48 anos de idade.

Compreender um determinado fenômeno, a partir da abordagem qualitativa, é uma maneira de entender a totalidade do tema, não controlando o texto da pesquisa, mas captando o contexto que os sujeitos estão inseridos de forma intuitiva. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possui enfoque em temas que não podem ser quantificados, ou seja, ela trabalha com uma gama de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, termos essenciais para esta pesquisa.

Estudos como de Flick (2009) ressaltam a relevância da pesquisa qualitativa, que segundo este, perpassa por diversos métodos e que possui aspectos indispensáveis para consolidar seus resultados. O autor, em sua obra “Introdução à pesquisa qualitativa” apresenta uma lista preliminar de aspectos necessários para sua execução, que engloba os seguintes tópicos: Apropriabilidade de métodos e teorias, flexibilidade do autor, variedade de abordagens e métodos de pesquisa e perspectivas dos participantes e sua diversidade.

Este último aspecto, quanto às perspectivas e diversidades dos entrevistados ou participantes, segundo o autor, refere-se às condições e correlações que a pesquisa quantitativa muitas vezes não engloba ou não explica devido à subjetividade dos dados, em que os pesquisadores qualitativos procuram entender os conhecimentos e práticas da população estudada. Dessa forma, a pesquisa qualitativa foi escolhida na produção deste trabalho tendo em vista seu caráter subjetivo do objeto de estudo e seus participantes.

O local de estudo foi na sede da Central de Conselhos do Amapá, onde está presente a sala do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexual do Amapá (CELGBT-Amapá), localizada na cidade de Macapá, Amapá, Rua Claudomiro de Moraes, nº 1079-A, bairro Novo Buritizal.

O CELGBT-Amapá foi escolhido como população de estudo devido seu aspecto de representatividade da comunidade dentro da agenda institucional do Governo do Estado do Amapá (GEA). Criado em 2016 pela lei nº 1.999/2016, o Conselho é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva que integra a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS), do Governo do Estado do Amapá (GEA) (Lei nº 1.999, 2016, parágrafo único).

O conselho possui 20 representantes e seus suplentes, sendo 50% da sociedade civil e 50% do Poder Público. Em relação à sociedade civil, são escolhidas duas pessoas de cada segmento, através de chamada pública, assim distribuídos: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis. A presente pesquisa foi realizada especificamente com o segmento “T”, ou seja, com os conselheiros e conselheiras trans e travestis, por uma questão de representatividade.

Nesta dissertação trabalhei a combinação entre a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, esta última feita por meio da aplicação de questionários socioeconômicos e entrevistas semiestruturadas com os conselheiros e conselheiras acima citados.

Todo trabalho científico tem como base o estado da arte do conhecimento. A pesquisa bibliográfica é o caminho inicial para o levantamento de dados de determinado objeto de estudo. Além disso, tendo em vista que os estudos do lazer na comunidade LGBTQIA+ é um campo relativamente recente, a coleta de teses, dissertações, livros, revistas e artigos já publicados tornou-se necessária para enriquecer o embasamento teórico proposto.

Não se trata, antes de tudo, de cópias dos conteúdos que já existem para consultas, mas de reconhecer que os materiais vindos antes dos nossos, é de suma importância para a organização e atualização do que desejamos pesquisar. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica se destaca em detrimento das demais, pois ela “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002, p. 44 e 45).

Amaral (2007) deixa claro que a pesquisa bibliográfica deve preceder a escrita, sendo realizada até a exaustão do tema, o histórico, a atualização, as respostas para o problema, o levantamento das contradições, além de evitar a repetição de trabalhos já realizados, para, em seguida, iniciar a revisão crítica da literatura.

Para a realização da pesquisa bibliográfica neste trabalho, foi realizado um levantamento de dados de dezembro de 2024 a setembro de 2025, nas plataformas de

pesquisas acadêmicas Google Acadêmico, Periódico Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal da Revista de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos de Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Licere, utilizando os descritores “Lazer”; “LGBTQIA+”; “Trans” e “Educação”. Inicialmente, foram aplicados filtros para publicações do período 2020 a 2025. No entanto, essa filtragem resultou em poucos trabalhos relevantes para a pesquisa. Portanto, optei por remover a delimitação temporal das produções científicas. Foram incluídos dissertações, artigos, livros publicados na íntegra, na Língua Portuguesa, com temas que casassem com a temática do estudo. Foram excluídos trabalhos duplicados, os não pertinentes à pesquisa, os que não estavam disponíveis na íntegra e os disponíveis somente em língua estrangeira.

Na primeira plataforma, o Google Acadêmico, obtive 327 resultados, porém após a inclusão dos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionados 33 estudos. Já no Periódico CAPES, tanto os descritores “Lazer”, “LGBTQIA+” e “Trans”, resultaram em sete produções científicas, das quais três tinham o lazer e a diversidade de gênero como objeto de estudo principal. Duas foram selecionadas para compor a base teórica do estudo. Na plataforma BDTD, foram identificadas seis produções, entre dissertações e teses brasileiras, que conversavam diretamente com a temática do lazer para as pessoas transgêneros e travestis, mas apenas uma foi utilizada no referencial teórico.

Por fim, na revista Licere foram localizados três registros, e, após a leitura do título e resumo, dois trabalhos foram selecionados por tratarem especificamente com a temática em questão. Como encontrei dificuldades para localizar estudos que abordassem o lazer para pessoas trans, realizei inúmeras pesquisas com conectores diferentes e delimitados como “lazer” e “trans” ou “trans” e “educação”. A partir desse feito, incluí mais 15 estudos para compor meu referencial teórico, totalizando 54 publicações que abordam as temáticas do lazer, transgeneridades, educação e diversidade.

Em relação à pesquisa documental, o caminho metodológico seguiu na análise das competências do CELGBT-Amapá presentes na Lei nº 1.999, de 2016, que prevê a criação do Conselho e dá outras providências, além da Resolução nº 01, de 2020, que dispõe sobre a aprovação de seu regimento interno. Para Calado e Ferreira (2005), a pesquisa documental pode ser dividida em dois momentos: recolha de documentos, a partir de sua localização, natureza e seleção e análise crítica; e a análise propriamente dita do conteúdo ali exposto, sendo presentes a redução de dados, apresentação e conclusões.

Outros documentos também foram complementares para a coleta de dados, bem como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNDCDH-LGBT), lançado em 2009, os relatórios das quatro Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, realizadas, respectivamente, nos anos de 2008, 2011, 2016 e 2025; e as Conferências Estaduais e Municipais realizadas em 2024.

Toda pesquisa de trabalho científico não funciona isoladamente. Por esse motivo, essa dissertação foi uma fusão de pesquisas, métodos e técnicas de coleta e análise de dados. No caso da pesquisa de campo, ela foi desenvolvida na origem das fontes de informações, que são os conselheiros, conselheiras e *conselheiras* que compõem o CELGBT do estado do Amapá.

A pesquisa de campo, segundo Gonsalves (2001), permite o contato direto entre pesquisador, pesquisados e o fenômeno social do lazer, isto é, o próprio objeto de estudo. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa é desenvolvido por meio da “observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (Gil, 2002, p. 53). Por isso, possui uma característica forte de flexibilidade e profundidade do fenômeno social.

Mas para que esse contato direto aconteça, é preciso, segundo Cruz Neto (2002), que este trabalho de campo esteja relacionado diretamente à vontade e a identificação do pesquisador com o tema de interesse. Para o autor, identificar a dinâmica de interação social de determinados grupos, mesclada à construção teórica em transformá-los, de fato, em objetos de estudos, é tão fundamental quanto o próprio recorte físico e espacial. (Cruz Neto, 2002, p. 54). Essas questões facilitam, inclusive, a execução das fases posteriores: a entrada no campo, entrevistas e a observação participante. Isso porque a teorização do objeto de estudo e o campo a ser pesquisado são pontos que andam lado a lado do início ao fim da pesquisa.

Mais do que simplesmente o trabalho em campo, este tipo de pesquisa nos permite conhecer quem ou o que está longe de nossa realidade, embora essa aproximação não ocorra de forma brusca. Pois como bem salienta Cruz Neto (2002), a pesquisa de campo exige “sucessivas aproximações sobre o que se quer conhecer” (Cruz Neto, 2002, p. 64).

Para coleta de informações junto aos partícipes do estudo, utilizei um questionário misto, com questões abertas e fechadas, cujo intuito é compreender o perfil socioeconômico dos interlocutores da pesquisa (APÊNDICE A). Após aplicação deste primeiro instrumento, realizei uma entrevista semiestruturada com os mesmos, a fim de captar as compreensões

destes sujeitos em relação ao lazer da população trans e travesti em Macapá (APÊNDICE B).

Os questionários têm o intuito de compreender alguns marcadores sociais dos conselheiros, conselheiras e *conselheiras* enquanto indivíduos que transcendem as normatizações de gênero, já que eles não são sujeitos cisgêneros. Os questionários traçaram um perfil socioeconômico de cada entrevistado a partir de algumas categorias, dentre as quais se destacaram: faixa etária; identidade de gênero; raça autodeclarada, estado civil; nível de escolaridade; ocupação; renda familiar; religião; tipo de moradia; atividades de lazer e sua frequência; exercícios físicos e sua frequência e meio de transporte.

Já as entrevistas semiestruturadas foram escolhidas como instrumento de coleta de dados porque elas permitem a abertura do diálogo entre os dois sujeitos (entrevistador-entrevistado), fazendo com que o roteiro de perguntas se torne flexível, à medida que a conversa flui entre ambos, enriquecendo assim a proposta da dissertação. A flexibilidade, característica das entrevistas semiestruturadas ou semidirigidas, não significa que o problema de pesquisa e o objeto de estudo estão desalinhados entre si, tampouco seus objetivos. É importante enfatizar que a possibilidade do diálogo imprevisível durante a coleta de dados não interfere na clareza dos objetivos da pesquisa, longe disso, ela busca a melhor direção possível do material a ser colhido (Szymanski, 2011, p. 19).

Vale ressaltar que as entrevistas são momentos únicos, face-a-face e diretos. As respostas de cada pergunta feita não resultam apenas em palavras, mas no silêncio, na expressão corporal e nos olhares. A entrevista congela o momento, mas também “traz em seu interior a possibilidade de transformação” (Szymanski, 2011, p. 61).

Trabalhar em pesquisas que envolvem atores sociais requer um cuidado minucioso, uma vez que a análise é feita sob o olhar do outro, ainda que o pesquisador tenha familiaridade com o objeto de estudo. Por isso, a entrevista foi escolhida como o principal instrumento de coleta de dados, uma vez que ela não é simplesmente um método, mas “parte integrante da construção sociológica do objeto de estudo” (Zago, 2003, p. 295), podendo, inclusive, sofrer modificações durante o processo da pesquisa.

Por fim, para a interpretação dos dados realizei a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), com a finalidade de destrinchar, minuciosamente, todas as informações e materiais que foram colhidos de forma bruta, nas fases iniciais do percurso metodológico. A análise de conteúdo pode ocorrer concomitantemente com outras etapas do processo de

escrita, durante as pesquisas bibliográfica e documental e é por este motivo que esta análise “tem que ser reinventada a cada momento” (Bardin, 1977, p. 31).

Para a autora, a análise de conteúdo funciona como um conceito guarda-chuva, ou seja, é um conjunto do todo ou nas suas palavras “um leque de apetrechos e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 1977, p. 31). Considerando que esta dissertação foi resultado da mesclagem entre inúmeras pesquisas e abordagem qualitativa, o caminho metodológico para a sua interpretação e reinterpretação das fontes primárias e secundárias, apontou para a análise de conteúdo. Segundo Moraes (1999), esta metodologia permite ao pesquisador a descrição e interpretação de maneira sistemática, além de “ajudar a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (Moraes, 1999, p. 2).

Bardin (1977) divide a análise de conteúdo em três importantes fases: a pré-análise, fundamental para o êxito das demais etapas, é o momento onde ocorre a organização, a leitura flutuante e a escolha dos documentos que foram necessários para a análise, neste caso, cito os relatórios das Conferências Nacionais dos direitos das pessoas LGBTQIA+; legislações do CELGBT-Amapá e o PNDCDH-LGBT.

Em sequência, temos a segunda fase, com a exploração do material, a análise propriamente dita, com a codificação e enumeração de todo o conteúdo coletado, para dar suporte à terceira fase, incluída com o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, enriquecendo a análise com a produção de figuras e quadros ilustrativos.

A partir das entrevistas coletadas, organizei os dados em Unidades de Registro (URs) e Unidades de Contexto (UCs), o qual Bardin (1977) denominou essa fase de “exploração do material”. Durante a categorização, foi possível agrupar algumas unidades por afinidade, semelhança ou significados comuns, formando assim, sete categorias temáticas que tenham o lazer como objeto central deste estudo.

Em resumo, foi possível identificar que em uma unidade de contexto existem uma ou mais unidades de registros, que em conjunto, se materializaram em categorias de análise, totalizando 41 Unidades de Registro; 20 Unidades de Contexto e 7 Categorias de Análise.

A análise de conteúdo foi adotada nesta dissertação, pois ela possibilita a interpretação de sentidos e significados dos interlocutores da pesquisa a partir das experiências trans de lazer, educação e cidadania, permitindo compreender também o contexto histórico social em que estão inseridos.

2.1 Aspectos éticos

O Conselho Nacional em Saúde (CNS) e as diretrizes do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) por meio da Resolução nº 510/2016, que trata de pesquisas e testes em seres humanos, define a obrigatoriedade de que os participantes ou seus representantes sejam devidamente esclarecidos sobre os procedimentos adotados durante todo o estudo, bem como sobre os possíveis riscos e benefícios decorrentes da pesquisa (BRASIL, 2016).

Por isso, a coleta dos dados deste estudo foi realizada somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Antes da coleta, cada participante foi orientado (a) sobre os objetivos do estudo e a garantia da confidencialidade das informações. Nesse momento, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) permitindo assim, o seguimento deste trabalho.

3 ASPECTOS TEÓRICOS DOS ESTUDOS DO LAZER

Neste capítulo inicial, situei o lazer nos seus campos teórico e histórico, dando ênfase no Brasil, seus desafios, dificuldades de implantação e definições que foram fundamentais para a leitura subsequente dos demais capítulos e seções. Esta primeira leitura é essencial para entendermos o lazer como um fenômeno social que contribui para o desenvolvimento humano e uma vida com mais qualidade para as pessoas, mas que nem sempre é inclusivo.

Conceitos como “sexo”, “gênero”, “sexualidade”, “transgeneridade”, “cisgeneridade” e “heteronormatividade” foram os termos chave para a compreensão do objeto de estudo desta dissertação: o lazer para a população transexual e travesti. Ao fim desta primeira parte, trago à baila a discussão do lazer como uma dimensão cultural-política-educacional para esses sujeitos que foram (e ainda são) invisibilizados, excluídos e com acesso escasso às políticas públicas, ressaltando, sobretudo, a construção de saberes a partir das experiências trans.

3.1 Contexto histórico do campo teórico do lazer no Brasil

Quem nunca separou um tempo de lazer para fugir da rotina? Durante muitos anos, sobretudo com o marco da Revolução Industrial, o lazer foi visto exatamente como isso: um momento de descanso do trabalho, das tarefas obrigatórias. Mas afinal, ele é apenas a ocupação do tempo fora das obrigações? É jogo, brincadeira, entretenimento, ócio? Ou sua prática é muito mais complexa e profunda do que se possa imaginar?

Na visão de Dias (2023), o lazer está situado em um campo semântico que gira em torno dos termos “recreação”, “entretenimento”, “ócio”, “divertimento”, “festa”, “jogo”, “brincadeira” e “passatempo”, funcionando, dessa forma, como sinônimos que compartilham de experiências comuns.

Nesta dissertação não se busca restringir, tampouco fixar a definição e categorizações do que pode ser considerado lazer, mesmo porque até os dias atuais não há um consenso entre os especialistas sobre um conceito universal do termo. E nem seria nossa finalidade, já que vivemos em uma sociedade diversa, plural, subjetiva e líquida (Bauman, 2011). O objetivo é a compreensão de que o lazer, assim como qualquer outro fenômeno social, está situado em um contexto histórico, político, social e cultural, amplamente influenciado por seus sujeitos, corpos e pensamentos que precisam e devem ser considerados nos debates.

Por outro lado, acredito ser importante situar os efeitos da Revolução Industrial do século XIX na constituição do lazer, pois a partir deste momento histórico, delineou-se uma divisão mais nítida entre tempo de trabalho e tempo de lazer sobretudo em contextos urbanos

e industriais. Diante disso, o lazer passa a ser visto como “uma esfera da vida social oposta ao trabalho” (Gomes, 2014, p. 4), visão ocidental e hegemônica que até a atualidade se observa nas relações sociais e nos discursos.

O lazer já existia antes da consolidação do capitalismo, embora de maneira natural, sem muitos segredos, como todo e qualquer indivíduo o merece, nas diversões, músicas, cantos, entre outras atividades. Porém, quando a industrialização chega no mundo ocidental, o tempo fora do trabalho começa a ser levemente questionado pelos trabalhadores. É a partir daí que se iniciam as primeiras indagações do lazer enquanto “movimento de resistência à lógica econômica capitalista” (Sampaio, 2020, p. 181).

A segunda definição, explícita ou implícita, situa o lazer somente com respeito ao trabalho profissional em oposição a este último, como se nada mais existisse contiguamente, como se o lazer resumisse inteiramente o não-trabalho. Tal definição apresenta a vantagem de situar o prazer relativamente à principal fonte de criação e de limitação do tempo de lazer. Mas ela permanece demasiado marcada com respeito às categorias da economia e depois da sociologia do trabalho. Ela permite cada vez menos tratar os problemas específicos do lazer nas sociedades industriais avançadas. (Dumazedier, 1974, p. 88 e 89)

O tempo é afetado diretamente pela lógica capitalista de produção e, no meio desse processo, a ocupação do tempo fora do trabalho também, ou seja, o que se entendia naquela época por lazer. Segundo De Almeida (2021), tudo passa a ser minuciosamente cronometrado, desde o tempo que se passa nas tarefas, nos estudos, nas necessidades básicas e, não menos importante, no tempo livre, neste caso, tempo associado ao lazer e ócio. Trabalho, lazer, tempo e espaço parecem andar lado a lado nas relações da vida.

Segundo o mesmo raciocínio, para Piccolo (2008), paralelamente aconteciam dois importantes momentos: o tempo era influenciado pelo relógio a partir da produção burguesa e capitalista e as atividades de trabalho e não trabalho eram, explicitamente, demarcadas. Dessa maneira, é possível perceber a origem do lazer enquanto fenômeno social que se materializa a partir da revolução inglesa e burguesa.

De forma concomitante, a produção capitalista também provocou essas mudanças nos estudos acadêmicos sobre o lazer, que vão desde “o estudo da utilização do tempo livre até a compreensão do lazer enquanto mecanismo de controle social” (De Almeida, 2021, p. 206). Se o ócio, em séculos anteriores à dominação do capitalismo era considerado um ponto positivo para os indivíduos das classes abastadas descansarem, o trabalho produtivo acaba por inverter essa ideia, o transformando como algo negativo (De Almeida, 2021, p. 207).

De acordo com Bramantes (1998, p.13), existe uma linha tênue entre lazer e trabalho, uma vez que, muitas vezes, “os valores atribuídos ao trabalho permeiam a experiência do

lazer e vice versa”, como por exemplo reuniões entre amigos a partir dos horários de trabalho ou ambientes de trabalho mais humanizados. De todo modo, para o autor, viver o lazer tem relação direta às oportunidades de acessar os bens culturais.

Ao se debruçar nas ideias de Marx e Engels, Peixoto (2008), em sua tese de doutoramento, busca relacionar a produção de conhecimento dos estudos de lazer no Brasil com a própria realidade do país, ao enfatizar que todos os feitos e trabalhos não devem ser buscados isoladamente e de maneira fixa, mas em “cada modo de produção concretamente situado, em suas diferentes fases, que devem ser buscadas as explicações para as ideologias produzidas daquele e naquele contexto histórico” (Peixoto, 2008, p. 56 e 57).

Por isso é importante esclarecer que foi nos anos de 1970 que o Brasil, de fato, teve um olhar mais atencioso para o lazer enquanto objeto de estudo. As ideias do sociólogo francês Joffre Dumazedier, considerado o precursor dos estudos do lazer no país, ao criar as obras *Sociologia Empírica do Lazer* e *Lazer e Cultura Popular* (Dias, 2017), tiveram forte influência nas pesquisas e produções acadêmicas brasileiras.

Antes desse período, haviam obras importantes e pioneiras no Brasil, no entanto, ainda eram pouco reconhecidas ou escassas, sem um banco de dados que pudesse organizar esse acervo teórico. Em 1974, ocorreu o I Seminário Nacional do Lazer, em Curitiba; e no ano seguinte, com a presença de Dumazedier, a cidade de São Paulo sediava o I Encontro Nacional sobre o Lazer. A partir desse evento, organizações governamentais, privadas, além de pesquisadores e pesquisadoras davam forma aos primeiros grupos de estudos voltados para a temática. Em 1978, o Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP) criava o Centro de Estudos do Lazer (CELAZER) que seguiu com suas atividades até 1983, com orientações e capacitações de Joffre Dumazedier (Gomes, 2023).

Foi justamente a partir de duas importantes instituições ligadas à assistência social no Brasil, o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), que Dumazedier teve contato com o meio acadêmico brasileiro. Através desse intercâmbio – tendo em vista que esse pesquisador foi contratado para ser consultor especial do SESC – a sociologia do lazer ganha espaço no país, constituindo-se enquanto campo de pesquisa que tem trazido diversas contribuições para a compreensão dos usos do tempo livre na contemporaneidade. (De Almeida, 2021, p. 210).

Nessa época foi possível perceber uma nova preocupação do lazer como atividade fundamental para o desenvolvimento humano e uma “área emergente e com potencial de impulsionar estudos, pesquisas, eventos, projetos e ações em nosso país” (Gomes, 2023, p. 8). No entanto, juridicamente, ele só surgiu como direito social na Constituição Federal de 1988 (Art. 6º) o tornando não somente uma atividade lúdica para a sociedade, mas uma

política pública obrigatória e social primordial para a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras. Porém, ainda que seja um direito social, as condições de acesso ao lazer são desiguais dada aos diversos marcadores sociais que compõe nossa sociedade, como classe, gênero, sexualidade, raça, idade, entre outros. É sobre essa problemática que irei abordar no tópico seguinte.

3.2 O lazer é para *todes*?

É imprescindível compreender o contexto histórico que o lazer surgiu. Porém, mais do que isso, é fundamental situá-lo nas inúmeras sociedades, a partir de uma perspectiva relacional. Se visto de uma maneira não tradicional e contra hegemônica, o lazer está carregado de pluralidades culturais e históricas de sujeitos em determinado contexto político e social. São as especificidades de cada indivíduo que fazem do lazer um fenômeno tão diverso e subjetivo.

Como destaca Gomes (2014), o lazer integra o campo das práticas humanas e pode ser visto como um emaranhado de sentidos e significados compartilhados entre as pessoas em diferentes contextos de práticas culturais, sociais e educativas. Assim, as experiências de lazer apresentam significados diferentes para cada pessoa, dado os contextos sociais, culturais e políticos que atravessam suas vidas.

Desta maneira, entendo que o lazer é uma produção humana (Gomes, 2014), o qual constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, com a política, com a economia, com a linguagem, com a arte, com a sexualidade, com a raça, entre outras dimensões da vida social. Nesse sentido, o lazer pode e deve dialogar com o trabalho, mas não de uma forma binária, como propunha Dumazedier (1974), pois esse não é o único aspecto que influencia no acesso/não acesso ao lazer.

Desta forma, advogo do conceito sustentado por Gomes (2014), para a qual o lazer constitui-se na articulação de três elementos fundamentais: a *ludicidade*, as *manifestações culturais* e o *tempo/espço social*. A ludicidade, frequentemente associada de modo equivocado apenas à infância e jogos, é definida pela autora como um tipo de linguagem humana capaz de dar significados aos processos e experiências, basicamente seria a “essência” do lazer. Gomes (2010) destaca que a ludicidade se desenvolve a partir das manifestações culturais, que abrangem um amplo espectro de possibilidades, como festas, danças, jogos, brincadeiras, passeios, poesia, artes e até mesmo o ócio.

Toda essa interação entre sujeitos e as práticas culturais não seria possível sem o contexto do tempo/espço social. Isso porque as manifestações culturais lúdicas estão

sempre situadas em um momento histórico, político, social, econômico e cultural, evidenciando que tempo e espaço são indissociáveis na concepção do lazer. Essa perspectiva vai de encontro à dicotomia ultrapassada do que se entendia por trabalho/lazer; tempo de ocupação/tempo livre, uma vez que tanto um quanto o outro não podem ser compreendidos como esferas separadas, mas sim como construções históricas e sociais.

No Brasil, o lazer ultrapassa o campo teórico e se constitui como objeto do campo político, social e legal a partir da Constituição Federal (1988). Sendo assim, a tendência seria que a sociedade como um todo tivesse acesso ao lazer, de modo universal e amplo. No entanto, não é o que acontece. Quando ele se constitui de forma limitada e discriminada, ao ignorar determinados sujeitos minoritários historicamente excluídos, sobretudo, àqueles que não seguem a ordem hegemônica e vigente, na qual as instituições esperam, e em diversos momentos, até obrigam a segui-la, é fácil perceber que nem sempre ele é uma atividade presente na vida de todos, todas e *todes*.

A comunidade LGBTQIA+ é um exemplo clássico disso, ao não corresponder a binaridade de gênero e à heterossexualidade normativa regulada pelo Estado. Por isso, seguindo o mesmo raciocínio de Gomes (2014), também partilho das provocações lançadas por Maurício *et al.* (2021), para as quais o lazer é um campo de resistência, pois além de possibilitar o acesso à diversidade das linguagens culturais, pode se caracterizar como um lugar de produção de valores, atitudes e formas outras de ser/estar no mundo, as quais são negligenciadas pelo capitalismo, como os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, populações do campo, e, com ênfase neste caso, para a comunidade LGBTQIA+, especialmente sujeitos trans e travestis.

Encontro amparo no trabalho destas autoras, pois elas apresentam a intenção de construir um pensar outro que aproxime o campo do lazer das “formas de estar e compreender o mundo que foram (são) historicamente negadas e/ou descredibilizadas” (Maurício *et al.*, 2021, p. 697). Desta maneira, as identidades que foram invisibilizadas pela lógica moderna/colonial, tais como os povos originários, as mulheres, os negros, as pessoas com deficiências, as pessoas transexuais e travestis produzem modos outros de viver, de trabalhar, de existência e resistência. Portanto, é necessário ampliar esse olhar sobre o lazer desses grupos e comunidades, para assim, construir novos entendimentos que contemplem a vida e processos sociais.

Por isso, trago a ideia de práticas formativas de lazer em contextos de resistência, apresentada por Maurício *et al.* (2021), para as quais, se tratam das experiências de lazer em

um espaço de protesto, demarcação das diferenças, opressões e desigualdades. Entendo que evidenciar as barreiras, enfrentamentos e as estratégias para vivenciar lazer, produzidas por grupos historicamente subalternizados se constitui em uma prática de resistência contra hegemônica e que traz novas visões para o lazer.

Nesse sentido, o lazer se constitui muito mais do que um fenômeno, mas uma prática de conscientização sobre as desigualdades e injustiças sociais (Falcão e Fernandes, 2023). Essa prática que, segundo Falcão e Fernandes (2023), deve ser incentivada por meio de atividades expressivas, realizadas dentro da sociedade, permite a valorização dos indivíduos, suas histórias e atividades, refletindo assim não só um direito ao lazer, mas à vida digna.

Daí compreendo a importância de debater o lazer das populações LGBTQIA+, em especial, do segmento trans e travesti. Mesmo porque, de acordo com o levantamento de Montenegro (2024), os conhecimentos produzidos sobre o lazer e a comunidade citada, ainda apresenta muitos desafios, como a carência de debates e publicações espaçadas.

A fim de compreender o debate do lazer enquanto campo de resistência e necessidade humana para indivíduos trans e travestis, é necessário, primeiramente, aprender os tensionamentos das pessoas LGBTQIA+ em relação ao sexo, gênero, sexualidade e identidade, e conceituar estas terminologias, os quais veremos adiante.

3.3 Definição de sexo, gênero e sexualidade

Estamos tão acostumados a enxergar o sexo em seu sentido biológico e essencialista que essa ideia é praticamente intrínseca no nosso imaginário. É claro que a biologia é um dos caminhos para entender o significado dessa expressão, neste sentido, o sexo é visto como um marcador fora da cultura, e, portanto, imutável, já que até então não se questionaria a medicina, pois a identificação dos órgãos genitais dos bebês é o momento definidor desse marcador. Não à toa presenciamos tantos “chás revelação”, onde o rosa indica uma menina e o azul um menino.

No entanto, essa não é a regra, e nem tomaremos como verdade, dado o raciocínio deste trabalho. Nas reflexões de Michel Foucault (2019), situei o sexo discursiva e historicamente, uma vez que ele, ainda que seja considerado um dispositivo determinante na vida dos indivíduos, também precisa estar inserido nos mais diversos contextos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos que precisam ser levados em consideração.

O tabu que foi categorizado no “falar sobre o sexo” que conhecemos hoje, é reflexo do que Foucault (2019) criticou na Idade da Repressão do século XVII. Influenciado pela burguesia vitoriana, o sexo – e por consequência a sexualidade – torna-se mistério, segredo,

limitado ao ato da procriação e silenciamento. “A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir” (Foucault, 2019, p. 7).

Em outras palavras, falar sobre sexo e sexualidade era algo vergonhoso, reprimido e com uma única finalidade: a reprodução. Ao mesmo tempo, esse fenômeno era transformado em interesse público e total da religiosidade, dos tribunais, do capital, como uma forma de purificar as almas, impor as normas e leis e controlar a economia, respectivamente.

Paradoxalmente, a “hipótese repressiva” do sexo (Foucault, 2019) era baseada na incitação aos discursos, causando na prática uma multiplicação de saberes que a própria sociedade – ocidental, europeia, branca, masculina e burguesa – criou e reforçou ao longo dos séculos. Isto é, busca-se a repressão e o silenciamento do sexo e da sexualidade, porém por meio da circulação dos discursos de maneira controlada e normatizada, na qual o autor denominou de “polícia dos enunciados”, presente, principalmente nas áreas médicas, jurídicas, religiosas, familiares, de ensino e no próprio cotidiano das pessoas.

A produção de saber sobre o dispositivo sexual torna-se, pois, interesse público, na medida em que ele é estimulado nos seus inúmeros enunciados, ao mesmo tempo em que é vigiado e punido (Foucault, 1987). É importante esclarecer que antes do século XVII havia total liberdade para se falar sobre sexo, porém com o advento e consolidação do capitalismo e da sociedade burguesa, esse fenômeno foi recolhido ao silêncio. Se de um lado havia a sua repressão silenciosa, do outro foi-se criando uma intensa produção de poder-saber em torno do sexo. Assim, “como o capitalismo eurocêntrico global se constituiu por meio da colonização, diferenças de gênero foram introduzidas onde antes não havia nenhuma” (Lugones, 2008, p. 17).

Não se trata, neste caso, de seu silenciamento no sentido literal. Longe disso, o sexo é falado de outra maneira, pois “são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos” (Foucault, 2019, p. 30). Efeitos estes de categorização, classificação e gestão do sexo. Em torno do dispositivo sexual (Foucault, 2019), cria-se uma rede de relações enunciativas e, conseqüentemente, a definição predominante do que é considerado sexualidade normal e dominadora e do outro lado, sexualidades dissidentes, “anormais” e “monstros humanos” (Foucault, 2001).

[...] encrava-o nos corpos, introduz-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão desses milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real de incorporá-las ao indivíduo (Foucault, 2019, p. 49).

É nesse contexto que começamos a enxergar as principais diferenças entre a heterossexualidade¹¹ e a homossexualidade¹², esta última um exemplo de sexualidade desviante, já que contrariava sua função principal de reprodução. São desejos que já existiam, porém é a partir do poder disciplinar (Foucault, 1987) que eles começam a dar sentidos à problematização binária hetero-homo, certo-errado, normal-anormal.

Na medida em que o gênero entra em discussão junto com o dispositivo sexual (Foucault, 2019) a quantidade de sexualidades e corpos dissidentes não somente é ampliada, como gerida e classificada médica e psicologicamente em cada “anormalidade” nos mais diversos discursos e práticas, o que provocou estigma e exclusão sociais.

Portanto, todo sujeito considerado desviante tinha consigo algum tipo de doença, seja física ou comportamental. “O anormal emerge como desviante e a explicação de seu desvio se assentará crescentemente em uma hipotética natureza corrompida, a qual, na segunda metade do século XIX, será denominada degeneração” (Miskolci, 2005, p. 14).

Baseada nas ideias foucaultianas, Butler (2015) questiona se o sexo é, de fato, esse dispositivo “natural, anatômico, cromossômico ou hormonal?” (Butler, 2015, p. 27). Historicamente ele foi construído dessa forma natural, normatizadora, fixa e estável e é exatamente esse o ponto que a autora problematiza: o gênero não decorre do sexo, ele não é sua extensão.

No entanto, o gênero foi considerado durante muito tempo como continuidade do sexo, pois ele se origina a partir da metade do século XX pelos discursos médicos como uma possibilidade de curar a intersexualidade¹³, ou como diziam na época, indivíduos hermafroditas, para que estes estejam em conformidade com o sexo. Segundo Dorlin (2021), o gênero surge por meio de procedimentos cirúrgicos e hormonais com o intuito da redesignação sexual, a busca pelo “sexo correto”, discussão esta que será aprofundada na próxima seção deste trabalho.

¹¹O termo “heterossexual” foi cunhado pela primeira vez em 1868 (Reis et. al, 2023). Mais do que a simples atração emocional e sexual pelo sexo oposto, a heterossexualidade se constitui enquanto um sistema de dominação político, econômico, social, estrutural, em um mecanismo binário que não só reforça o patriarcado e a masculinidade, mas o combate às sexualidades dissidentes, sobretudo, a homossexualidade.

¹²Segundo Louro (2018), a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. Durante muito tempo a homossexualidade foi um desejo afetivo-sexual que sempre existiu sem estranheza ou discriminação. Mas, como bem apresentado por Michel Foucault (2019), ela passa a se tornar uma sexualidade desviante, anormal e muitas vezes associado à sodomia. O termo “homossexual” tem origem nos discursos médicos, legais e higienistas (Toniette, 2006) como uma contraposição do que se espera que a sociedade seja: heterossexual. Com a pandemia da AIDS, esse discurso associado à doença fica mais evidente.

¹³Antigamente a intersexualidade era conhecida como “hermafroditismo”, uma maneira de categorizar e promover o discurso patológico de indivíduos que nasciam com características genéticas e cromossômicas ambíguas.

Para Butler (2015) essa dualidade (sexo\gênero) não deveria ser considerada indissociável, mas independentes. O gênero é, pois, de acordo com seus estudos, uma categoria construída social e culturalmente nas relações e trajetórias de cada sujeito, sendo dessa maneira, performativo.

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2015, p. 26).

Dorlin (2021) ressalta que a diferença entre sexo e gênero começa a ficar evidente quando os atributos do masculino e feminino passam por um processo de desnaturalização. “Ao priorizar a distinção entre sexo e gênero, negligenciou-se por completo a distinção entre ‘sexuação’ e ‘sexo’, entre processo biológico e sua redução conceitual aos sexos ‘macho’ e ‘fêmea’” (Dorlin, 2021, p. 23).

Quando o gênero é reformulado pelo que se faz e não pelo que se é, ou seja, performativo (Butler, 2015), para além das mudanças definidoras do próprio gênero, questiona-se também o conceito de sexo que, de acordo com Butler (2015) é tão discursivo e cultural quanto o gênero.

Adiante, entenderemos, de fato, um exemplo de sexo e gênero como dispositivos que são cultural e historicamente construídos a partir das diversas relações sociais dos sujeitos, independentemente de como foram designados no início de suas vidas.

3.4 Corpos excluídos: entendendo a transgeneridade

Imagine uma praça pública inaugurada recentemente repleta de possibilidades de sociabilidade, porém não sendo ocupada por indivíduos, que historicamente, foram excluídos da sociedade, as minorias. No mundo inteiro fomos ensinados que se seguirmos a “ordem dos gêneros inteligíveis” (Bento, 2011), isto é, àquela que obedece às estruturas do homem-masculino e mulher-feminino, então estaremos inseridos com mais facilidade nas políticas públicas, enfrentando menos limitações no acesso¹⁴.

Mas e quando os sujeitos não seguem essa ordem? Como ocupar os espaços? De que maneira poderíamos estar presente nessa praça, usufruindo do lazer, sem nos preocupar com a discriminação, a violência e o silenciamento de vozes plurais? E aprofundo mais: E quando

¹⁴Entretanto, é importante reconhecer a influência de outros marcadores sociais que também estão presentes dentro do gênero, como classe, raça, território, escolaridade e demais aspectos fundamentais para compreender a dificuldade no acesso de determinadas políticas públicas. Outros sistemas de opressão se fazem presentes dentro da ideia do gênero.

a inversão da lógica de gênero atravessa outras categorias sociais como a raça, a classe, a instrução educacional? Como proceder?

Quando as pessoas seguem a heteronormatividade¹⁵ ocupar um espaço e usufruir das políticas públicas disponibilizadas pelo Estado tende a ser mais facilitado, já que suas próprias identidades são frequentemente legitimadas pelo poder público. Por outro lado, para as pessoas LGBTQIAP+, em especial as pessoas trans, muitas vezes a transgeneridade acaba sendo um de inúmeros atravessamentos sociais que dificultam o acesso pleno às políticas públicas e ao reconhecimento de suas cidadanias.

A ideia errônea de ver o sexo-gênero-sexualidade como uma tríade compulsória (Butler, 2015), onde o homem é associado à masculinidade e esta por sua vez à heterossexualidade; da mesma forma a mulher com a feminilidade e esta associada à heterossexualidade, acaba invisibilizando outras identidades de gênero e sexualidades que fogem do padrão normativo reforçado pelas instituições públicas. Isso se reflete, inclusive, na efetividade de políticas públicas que poderiam contribuir com a diversidade e inclusão de gênero, neste caso, as práticas formativas e políticas do lazer.

É o que ocorre com a transgeneridade ou transexualidade, termo que engloba indivíduos que apresentam uma discordância ou não associação entre o sexo que lhe foi designado quando de seu nascimento e a forma como ele/ela/elu se identifica e se expressa na sociedade.

O guia orientador proposto por Jaqueline de Jesus (2012) nos mostra que a transgeneridade é um conceito guarda-chuva, englobando todos os sujeitos que não se consideram como pessoas cisgênera, que podem variar desde homens transsexuais, mulheres transsexuais, queer, andrógino, ou qualquer outro sujeito que recuse a “fixidez e a definição das fronteiras e assumem a inconstância, a transição e a posição ‘entre’ identidades como intensificadoras do desejo” (Louro, 2018, p. 21).

Quando há a conformidade entre sexo biológico e gênero, identificamos como cisgeneridades ou “cisgêneros”. Pessoas cisgêneras ou apenas “cis” são todos os indivíduos que se identificam e se apresentam ao mundo de acordo com o que lhe foi atribuído no momento de seus nascimentos.

¹⁵Termo cunhado por Michael Warner em 1991. “A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (Miskolci, 2017, p. 15). A heteronormatividade é tratada como imposição, modelo comportamental, portanto atinge também sujeitos LGBTQIAP+.

Dentro do viés da cisgeneridade, é nítido observar a diferença entre os gêneros, a partir do que nos é ensinado, ou melhor dizendo, imposto sobre a ordem natural e sexual entre homens e mulheres. Borrillo (2010) afirma que essa ordem se dá pela subordinação psicológica e cultural do feminino ao masculino, este último provido de dominações em todas as áreas da vida humana. Embora este trabalho não trata diretamente sobre o sexismo, a dominação masculina e suas inúmeras formas de violências ultrapassam a cisgeneridade, estando presente, inclusive, na “hierarquização das sexualidades e na evocação constante da superioridade biológica” (Borrillo, 2010, p. 30), facilmente observável nas transfobias que indivíduos transexuais sofrem no decorrer de suas vidas.

Por isso, é importante destacar que o heterossexismo, isto é, a heterossexualidade compulsória, afeta não somente pessoas cisgêneras e heterossexuais, mas também as infinitas possibilidades de identidades de gêneros e sexualidades que fogem de todo poder que a heterossexualidade e a dominação masculina carregam.

Pessoas trans¹⁶ podem se identificar dentro de um sistema binário ou não; e não necessariamente seguem a matriz heterossexual, pois no momento em que ela “delimita padrões a serem seguidos, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões” (Louro, 2018, p. 17). Portanto, sujeitos trans podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais, dentre outras maneiras de atração afetiva e sexual.

Por sermos carregados de pré-conceitos que se moldam de forma estruturante baseado na identidade binária de gênero, esses valores também influenciam o lazer, pois é forte a discriminação dos lazeres produzidos por pessoas LGBTQIA+. Um exemplo disso é constatado na afirmação de Belmonte (2024), ao indicar o caso em que 41 homens foram presos por participar de em um baile *drag*¹⁷, na cidade do México em 1901.

Daí a urgência e necessidade de construir uma nova episteme do lazer, tendo em vista que no contexto mais amplo, a visão dos contextos locais, isto é, as especificidades das culturas são ignoradas e marginalizadas quando não atendidas ao modelo hegemônico da sociedade, como sugere Gomes (2023).

Reconhecer a existência do lazer unicamente por meio de uma palavra ou de um conceito seria um encaminhamento restrito e insuficiente quando se considera o desafio de problematizá-lo e compreendê-lo de modo situado, isto é, levando em conta algumas das peculiaridades históricas, culturais, sociais, políticas, éticas e estéticas, entre outras, que expressam diversidades e singularidades locais.

¹⁶Nesta dissertação utilizaremos a abreviação “trans” para nos referirmos às pessoas transsexuais e transgêneros (homens e mulheres) por uma questão inclusiva de ambos.

¹⁷Amanajás (2023) nos alerta para a desassociação de drag com identidade de gênero ou orientação sexual. Trata-se de uma forma artística, uma expressão, podendo ser queen e king, a depender de como indivíduo identifica seu próprio gênero, na sociedade.

Para Sampaio (2020), o lazer deve estar inserido não só como um fenômeno que contribui para o desenvolvimento e a experiência humana, mas nas corporeidades de cada indivíduo. Ao tratar o lazer enquanto necessidade humana e dimensão cultural (Gomes, 2014), proposta contra hegemônica e transformacional, é fundamental levar em consideração as marcas que cada corpo carrega, vivências, autoaceitações e suas próprias reconstruções de vida. Não basta apenas mostrar que o lazer é um momento de divertimento – embora divertir-se seja fundamental para a vida – mas de considerá-lo como um fenômeno capaz de provocar reflexões na trajetória de cada sujeito que se sente excluído dos espaços públicos, pela simples razão de ser e estar no mundo.

É preciso evidenciar que o lazer, assim como qualquer outro fenômeno social, pode e deve ser desconstruído e reconstruído a partir de saberes outros, do olhar do outro. Passos (2022, p. 110) propõe uma pedagogia das travestilidades, onde “reconhece que as transformações têm estreitas relações com que as constitui”, entre elas a identidade de gênero, idade, sexualidade, raça, classe, etnia, credo, dentro outros. É nesse contexto que este trabalho busca não somente a necessidade de novos estudos sobre a implementação do lazer para o segmento “T”, como também a inclusão desta população nas práticas formativas, atividades e direitos sociais, gerando assim qualidade de vida a todos, todas e *todes*.

Ampliando o debate em questão, é fundamental trazer a provocação de Spivak (2010) quando em sua obra “*Pode o subalterno falar?*” a teórica discute o silenciamento das vozes subalternas dentro das organizações de poder. De acordo com a autora, dar voz aos marginalizados não é suficiente para que estes tenham seus direitos garantidos.

É preciso, pois, reconhecer que, em muitos contextos, suas vozes são mediadas, mal interpretadas, apagadas e deslegitimadas pela própria estrutura dominante em que estão inseridos, isto é, pelos mais variados tipos de discursos hegemônicos, seja no Poder Público, na educação, na família ou mesmo campo do lazer.

Spivak (2010, p. 121) deixa claro que “não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito subalterno sexuado possa falar”, o que o impede de se expressar de forma autêntica e livre dentro de uma ordem social que o marginaliza por meio da imposição cisheteronormativa e masculina.

Então, quando observamos o lazer das pessoas trans e travestis – sujeitos estigmatizados historicamente – percebemos que esse campo também pode ser excludente. Nesse sentido, o lazer pode e deve ser visto como um fenômeno inclusivo, plural e de

liberdade, sendo possível através do seu potencial educativo, como respeito às identidades e construção de novos conhecimentos.

3.5 Lazer e Educação: Saberes a partir de experiências trans

Este item parte da compreensão do fenômeno do lazer como um vasto campo educativo, político e social articulado às experiências trans e travestis na produção de pedagogias insurgentes e às epistemologias trans.

Assim como qualquer outro fenômeno social, o lazer está atrelado a contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Essa compreensão nos permite refletir sobre as suas potencialidades nas práticas educativas, especialmente, nas trocas de experiências, como as artes, o turismo, festas, esportes, ou mesmo nos campos de resistências, criados e reinventados pelos próprios sujeitos trans.

Com uma herança colonial, burguesa, branca e patriarcal, as instituições de ensino do Brasil ainda tendem a não reconhecer, nos currículos e práticas pedagógicas, sujeitos que desafiam a lógica binária dos gêneros, o que ocorre com certa frequência com estudantes trans e travestis, como por exemplo, quando não respeitam seus nomes sociais ou mesmo a utilização de banheiros.

Isso acontece, principalmente, em decorrência da própria instituição ser resistente às mudanças que fujam do padrão cisheteronormativo. Mais do que isso, envolve a insistência de reproduzir, arbitrariamente, esse “cistema”¹⁸ que estrutura toda a vida dos estudantes.

Xavier e Vianna (2023) trazem à tona a dificuldade das escolas em lidar com estudantes que desafiam as normas de gênero que, em muitos momentos, são violentados pela mesma instituição, seja pelo silenciamento ou uma discriminação mais evidente. Tudo isso a partir da matriz heterossexual e cisgênera.

Essas pessoas excluídas do espaço escolar não o são apenas por estarem fora da instituição escolar, mas pelas circunstâncias e relações que as afastam da permanência e efetivação desse direito. E, quando esse direito é negado, o que resta? Poucas possibilidades. A primeira seria permanecer nesse sistema sem garantias e, ao mesmo tempo, sem oportunidades para a efetivação do acesso à educação de qualidade. Quando a primeira se torna inviável, o que resta é sair; deixar; abrir mão. (Xavier e Vianna, 2023, p. 13).

Andrade (2012), primeira travesti doutora no Brasil, chama esse processo de “evasão involuntária”, conceito que denuncia a maneira como as instituições de ensino transfere para estudantes trans e travestis a responsabilidade por um abandono que, na verdade, é produzido

¹⁸Escrito de maneira proposital, “cistema” é toda forma de controle social, político, econômico, cultural que dita e dita as regras de sociabilidade conforme a cisgeneridade compulsória.

institucionalmente. Para a autora, “a pressão é tão intensa que impele as travestis a abandonar os estudos, sendo disseminada a ideia de que foi sua própria escolha” (Andrade, 2012, p. 247). Trata-se, sobretudo, de uma “expulsão” que não foi oficializada, uma evasão forçada que revela o fracasso da escola em respeitar as diferenças sexuais e de gênero.

Tal fracasso é perceptível na ideia do que Freire (1987) denominou de “invasão cultural”, isto é, a escola deixa de cumprir sua função social e emancipadora e passa a se desenvolver sob a lógica do opressor, sendo essa invasão a “penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos” (Freire, 1987, p. 93 e 94) ao impor, forçadamente, suas visões de mundo, limitando sua criatividade e freando seu crescimento.

Quando Andrade (2012) dá voz às jovens travestis que resistem em sala de aula, ela mostra que a violência e a dor são vistas como correções para que essas alunas sejam inseridas dentro da cultura heteronormativa escolar, através desses mecanismos interpretados pelos educadores como pedagógicos. Segundo a autora, ter o direito à escola, para as travestis, significa, antes de tudo, seguir com a ordem dos “gêneros inteligíveis” (Bento, 2011).

Essa realidade impede que identidades e epistemologias outras possam se desenvolver dentro de um espaço que deveria ser libertador e emancipador. A evasão involuntária (Andrade, 2012) de indivíduos trans e travestis nos ambientes escolares é, portanto, consequência dessa invasão cultural (Freire, 1987). Quando as escolas e todo o corpo docente e pedagógico impõe suas ideias e crenças, a partir da cisheteronormatividade, eles negam não somente o direito ao aprendizado, mas as infinitas maneiras de ser e existir no mundo.

Além disso, Correia (2024) ressalta a falta da inclusão de gênero e sexualidade nos currículos e debates; transfobia estrutural; desrespeito ao nome social; bullying; ausência de apoio psicossocial, infraestrutura precária; falta de capacitação dos educadores e gestores sobre questões trans e carência de programas de duração continuada. Se olhadas em conjunto, todas essas problemáticas contribuem para um ambiente escolar hostil, excludente e violento para indivíduos que já precisam lidar com suas autoaceitações desde a infância.

As consequências dessa violência física, institucional, emocional e simbólica estão presentes fora das paredes da sala de aula, com o abandono escolar que já é evidente ainda na fase da infância e adolescência. Mesclado a isso, também observamos a falta de oportunidades reais no mercado de trabalho formal, uma vez que os estudos não foram finalizados, a inserção no trabalho informal, pobreza, baixa expectativa de vida, suicídio e a

negação de direitos sociais básicos, como o lazer e a educação, que não só poderiam contribuir para o bem-estar desses indivíduos, como reforçariam suas identidades, lugares de pertencimento e representatividade nos diversos âmbitos da vida social.

Outros obstáculos também estão presentes na produção de conhecimento científico, quando pessoas trans são vistas tão somente como meros objetos de estudos em trabalhos acadêmicos. É o que denuncia Benevides e Lee (2018) com o “Trans Epistemicídio”. Segundo as autoras, trata-se do silenciamento de mulheres trans, travestis, homens trans e outros sujeitos que se identificam para além da binariedade de gênero, em seu sentido simbólico, tanto nas produções de conhecimento quanto nas próprias vivências desses indivíduos.

O trans epistemicídio insere-se em um contexto social de violência estrutural para com esses sujeitos e reflete-se, principalmente, na produção – ou não – dos saberes a partir dos olhares trans. Quando Benevides e Lee (2018) reforçam a necessidade de uma “Epistemologia das Resistências” significa não somente desestabilizar com as estruturas educacionais, muitas vezes reprodutora da mercantilização, privatização e padronização (Meszários, 2008), mas também na urgência de usar a educação como um mecanismo de resistência e libertação.

O “Trans Epistemicídio” (Benevides e Lee, 2018) mostra-se tão alarmante que durante a produção deste estudo, encontrei dificuldades para identificar a representatividade nas produções de conhecimentos sobre nós. A realidade é mais preocupante ainda se falarmos em estudos produzidos por homens trans.

Segundo as autoras, sobreviver em si já é um grande avanço, considerando as adversidades impostas para os sujeitos que vivem nas fronteiras dos gêneros. Vitória maior é obter sucesso escolar, conquista que em muitos momentos pode ser vista como exceção na vida de pessoas trans. É necessário, pois, a subversão de seus próprios corpos para assim ruir com os poderes produzidos e impostos pelas inúmeras instituições sociais.

[...] por teimosia e insurgência, algumas de nós têm conseguido chegar às universidades e aos cursos de pós-graduação deste país. Somos poucas, mas somos potentes. Antes, analfabetas, sempre estivemos nas trincheiras da resistência. Agora munidas do saber científico, seremos mais resistência ainda. Sem esquecer de onde viemos e onde queremos chegar (Benevides e Lee, 2018, págs. 253 e 254).

Muito dessa teimosia e insurgência foram observadas na caminhada de Senna (2018), mulher trans e negra que, após ser expulsa de casa aos treze anos, passou a conciliar o ensino médio e a prostituição, já que abandonar os estudos era a última de suas escolhas. Invertendo o horário biológico, a jovem trabalhava nas ruas durante a madrugada, dormia pelas manhãs

e estudava às tardes. Entre violências físicas e emocionais, racismo, sexismo, machismo e solidão, Senna (2018) viu na educação um espaço de resistência e empoderamento ao se tornar a primeira mulher transexual psicóloga de Salvador.

Há ainda aqueles que detêm da perseverança, ainda que a desistência escolar faça parte de suas vidas. Foi o que pesquisou Santos (2019), mulher trans que relatou as experiências transgêneras na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) da rede pública de Pernambuco, quando alunos e alunas trans vivenciaram xingamentos, insultos e perseguições, em suma, tensões no contexto escolar que acabam por “naturalizar as práticas discriminatórias” (Santos, 2019, p. 134) ao negar direitos aos sujeitos trans e travestis.

Apesar da educação brasileira ser atravessada pela imposição e datada pelo empreendimento colonial (Saviani, 2021), são experiências como essas acima citadas que humanizam e constroem saberes outros marcados pela multiplicidade sociocultural, uma pedagogia, de fato, contra hegemônica, resistente e que vá de encontro com a ordem normativa presente nas escolas.

Ao levantarmos essa discussão, podemos compreender a educação para grupos que foram (e ainda são) excluídos de práticas formativas que são de suma importância para a qualidade na vida dos indivíduos, com destaque para os sujeitos trans e travestis.

Um passo inicial para compreender a despolitização do projeto político pedagógico atual (Apple, 2003), sobretudo na questão de sexo, gênero e sexualidade, é buscar outras formas de pedagogias que estejam para além da caixinha cisheteronormativa presente nas escolas. Dessa forma, podemos tornar a educação como todos nós esperamos que seja: gratuita, democrática e crítica (Meszários, 2008).

Quando determinados grupos sociais – e aqui destaco as pessoas trans – enfrentam dificuldades de serem aceitos em lugares tradicionais e hierárquicos estas acabam buscando outros espaços de aprendizados e de compartilhamento de vivências, especialmente, de acolhimento.

Nesse sentido, a proposta de Odara (2020), travesti, negra e oriunda da periferia, em sua obra *“Pedagogia da Desobediência: travestilizando a educação”* torna-se um exemplo fundamental na busca desses saberes outros. Para a autora, é imprescindível compreender a prática pedagógica brasileira a partir “das entranhas do movimento de travestis” (Odara, 2020, p.94). Em outras palavras, a pedagogia da desobediência emerge para romper com as normas cisheteronormativas dominantes nos espaços de ensino e assim, reconhecendo as vivências travestis como formas legítimas de produção de saberes.

Conforme Odara (2020), a transição de pessoas trans é um processo individual, mas ao mesmo tempo coletivo. Por esse motivo, as mudanças ultrapassam o corpo físico e se expandem em um movimento político, capaz não apenas de desestabilizar as normas sexuais e de gênero dentro das escolas, mas também de promover uma educação libertadora, afetiva, desobediente e decolonial, fundamentada na prática de insubmissão das travestis negras brasileiras.

Seguindo o mesmo raciocínio de Odara, Passos (2022) evidencia o elo entre o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais do Brasil (MTMT) e a produção de saberes insurgentes em sua obra “*Pedagogia das Travestilidades*”. De acordo com a autora, grupos que foram historicamente excluídos e lidos como indesejados, encontraram nos movimentos sociais e nas suas vivências em comum, novas maneiras de produzir conhecimento, ou seja, “outro pensamento sociopedagógico” (Passos, 2022, p. 102).

A autora ressalta, sobretudo, a trajetória de travestis e mulheres transexuais que, na década de 1970, foram vistas como aberrações, motivo de pânico e negação, até se organizarem de fato como um movimento e, assim, transformarem a luta e o direito por suas próprias vidas, em uma outra forma de pedagogia, uma forma de produzir saberes outros. Tais produções, conhecidas também por Passos (2022) como “pedagogias transgressoras”, são providas de legitimidade e visibilidade pois esse grupo – travestis – se autorreconhecem “criticamente como sujeitas políticas” (Passos, 2022, p. 102) nas lutas, fora do ambiente escolar e indo de encontro ao que Vergueiro (2016) chama de “ciscolonialidade do saber”¹⁹

Para introduzir neste estudo as perspectivas vivenciadas por homens trans no campo da educação brasileira, foi necessário refazer a busca inicial, pois em um primeiro momento não foram encontradas produções através dos descritores.

Ao empregar os termos “homem trans” e “educação”, cheguei nos estudos de Santos (2024), homem trans e professor de Educação Física, que abordou um tema que pela primeira vez ouvi falar: o *bullying transfóbico* em cursos de graduação. Em sua pesquisa, ele analisou como esse tipo de violência influenciou no processo de formação inicial desses indivíduos.

A partir dos relatos de outros homens trans inseridos no ensino superior, Santos (2024) concluiu que muitos participantes acreditavam que o bullying era uma prática restrita à educação básica. Daí a importância do autor ter unido ambos os termos, ao afirmar que

¹⁹Ao problematizar a “ciscolonialidade do saber”, Vergueiro (2016) denuncia as injustiças epistêmicas dentro das instituições de ensino, que ainda se utilizam da colonialidade para legitimar as discriminações, violências e silenciamento de indivíduos trans. Trata-se, principalmente, de se utilizar da cisnormatividade como imposição aos gêneros inconformes, refletindo-se não só nos “cistemas” acadêmicos, mas também nos “cistemas” de saúde, jurídicos e legais.

essa intimidação sistemática (bullying) também se estende à violência contra grupos específicos, como é o caso dos homens trans. Ao adotar a expressão “*bullying transfóbico*”, o autor evidenciou que muitas das violências praticadas nos espaços acadêmicos são motivadas pela transfobia.

Diante desse cenário de discriminação de pessoas trans em espaços de ensino, é fundamental que tenhamos um olhar mais ampliado sobre a educação, reconhecendo, de fato, que o aprendizado não se limita à sala de aula, especialmente, se levarmos em consideração sujeitos que já tem essa restrição por conta de sua própria existência, caso de alunos e alunas trans e travestis.

As experiências acima compartilhadas só mostram que ambientes tradicionais de ensino ainda reproduzem preconceito e exclusão, o que acaba por dificultar a permanência dessas pessoas. E mais: desconhecem que estes sujeitos são legítimos produtores de conhecimento.

É nesse sentido que o lazer emerge como um campo fértil de aprendizado para essas pessoas. Seja como um espaço físico, fenômeno ou ferramenta social, o lazer é capaz de acolher pessoas trans e travestis e suas experiências que a educação formal em muitos momentos exclui e marginaliza.

Por isso, um dos caminhos para produzir outros conhecimentos é através do próprio lazer, eixo central desta pesquisa. Porque, para além de um momento de descontração, ele é político, de caráter formativo e humano. São nas atividades lúdicas, nas manifestações culturais, nas práticas esportivas inclusivas, nas performances artísticas, nas ações políticas e de resistências que observamos a construção de saberes outros que não estão presentes na cultura escolar estanque, engessada e pouco permeável (Candau, 2016) que presenciamos hoje no Brasil.

Partindo dessa compreensão, a Carta Mundial do Lazer (2010) reconhece o lazer como um direito humano fundamental e universal, sendo legitimado, inclusive pela Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) e fortalecido pela inclusão social, cidadania e desenvolvimento integral dos sujeitos, independentemente de classe, gênero, sexo, credo religioso, entre outros.

Para Marcellino (1998), o lazer faz parte de um duplo processo educativo. Significa que ele educa, na medida em que aprendemos por meio do lazer (educação pelo lazer), ao mesmo tempo em que é educado, quando aprendemos sobre ele (educação para o lazer). Embora distintas, são duas formas que se complementam, seja o lazer como objeto da

educação, as infinitas formas de vivenciar as atividades de lazer conscientemente, seja utilizando esse fenômeno como um veículo privilegiado da educação reforçando valores, culturas e desenvolvimento social.

Daí seu caráter formativo na educação, porque ele ensina e é ensinado concomitantemente. E no meio desse processo, o lazer oferece uma visão crítica do conhecimento. É nesse aspecto que podemos – e devemos – levar em consideração os marcadores sociais como classe, sexo, gênero, faixa etária, raça, dentre outros, nas suas diversas atividades lúdicas, pois é a partir dessas categorias que percebemos a reconstrução do campo do lazer como um lugar de resistência de corpos dissidentes, tanto em seu sentido teórico quanto prático. Como bem reforça Marcellino (1998, p.53): “só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, ao considerá-lo como um dos campos possíveis de contra hegemonia”.

Partindo desse contexto, o lazer também pode ser visto como um espaço – não em seu sentido geográfico, mas simbólico – de reinvenção e recomposição, uma oportunidade para aqueles que tiveram suas trajetórias educativas interrompidas, em razão do não reconhecimento de suas identidades. Não à toa ele é tão simbólico e disputado. O lazer é, portanto, um dos campos sociais em que os marginalizados (as/es) podem encontrar formas outras de aprendizagem, acolhimento e (re)afirmação de suas próprias identidades.

Exemplo dessa reinvenção do lazer encontra-se na análise de Rodrigues (2022), quando o mesmo evidencia as atividades lúdicas criadas por mulheres trans e travestis dentro de um sistema prisional, em Minas Gerais. Um lugar de privação de liberdade, onde o lazer não é visto como um direito, mas um benefício. Em meio a um espaço limitado e discriminatório, essas mulheres não somente ressignificam a prática do lazer, como encontram nele uma maneira de continuar (re)existindo, como é o caso do salão de beleza, banho de sol, leitura, escrita, o ato de assistir televisão ou ouvir o rádio, além de artesanato e desenhos. Essas atividades possibilitam que os processos educativos, de formação social e cultural existam por meio do lazer.

Desta forma, entendo o lazer como um veículo privilegiado da educação (Marcellino, 1998), que se efetiva por meio da reconstrução, resistência e pertencimento social de sujeitos trans e travestis. É nesse sentido que ele não é simplesmente o que se faz fora do ambiente de trabalho, mas tempo de qualidade e neste caso, tempo de luta e resistência.

Portanto, ele surge como um “potencial mobilizador” (Gomes, 2010), pois é considerado uma ferramenta para a transformação social, um espaço simbólico de

reconstrução e de luta que, quando articulado à educação, revela novas formas de expressões no mundo. As práticas formativas de lazer, pois, se configuram como atividades que produzem aprendizagens, saberes e processos educativos fundamentais para a formação crítica dos sujeitos, ultrapassando a pedagogia escolar tradicional. Por outro lado, tais práticas só são possíveis de serem realizadas com o respeito às diferenças e oferecendo espaços socioeducacionais de acolhimento às pessoas trans e travestis.

Ao acolher as experiências de pessoas trans e travestis, o lazer adentra no campo da educação enquanto produtor de saberes insurgente e contra hegemônico, sendo fundamental enquanto reexistência social de indivíduos marginalizados.

Para compreender essas diferenças e o potencial do lazer enquanto instrumento de resistência e de (re)afirmação das identidades é necessário, primeiramente, analisar as trajetórias históricas e políticas dos movimentos LGBTQIA+ no território brasileiro, suas contribuições, conquistas e consolidação de direitos fundamentais para a vida humana.

Por isso, no próximo capítulo desta dissertação foi abordado a trajetória dos movimentos LGBTQIA+ ao discutir as lutas, conquistas, desafios e tensionamentos que envolvem as identidades trans e travestis em relação a outros segmentos, bem como a importância dos dispositivos legais e sua influência na questão do direito ao lazer, sobretudo no contexto amapaense.

4 ENTRE CONQUISTAS E DESAFIOS: A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL

Neste capítulo, foi abordada a trajetória dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil, seus desafios, lutas e conquistas, ressaltando a despatologização da homossexualidade e os saberes médicos que rodeiam a transgeneridade. Ao mesmo tempo, foi realizado um debate a respeito das tensões entre os segmentos da comunidade LGBT+, como as pautas que se diferenciam um dos outros e como a heterossexualidade compulsória influencia e se apresenta dentro da diversidade de gênero.

Na sequência, aprofundi uma análise acerca de dispositivos legais de proteção à população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá, em relação aos direitos do lazer, apresentando planos nacionais, legislações, regulamentos na garantia de direitos humanos e como esse fenômeno está expresso nos diversos documentos apresentados.

4.1 Transexuais, transgêneros e travestis na luta dentro do movimento LGBTQIA+: diferenças, semelhanças e tensionamentos

A história do movimento LGBTQIA+ no Brasil se caracteriza por um conjunto de lutas e enfrentamentos históricos, políticos e sociais. A luta pela inclusão do segmento “T” dentro de um grupo que era, até a década de 1990, majoritariamente homossexual, branco e de classe média alta, foi árdua. Segundo Carrara e Carvalho (2013), a formação da identidade “travesti” ou mesmo “transexual” enquanto categoria política se consolida pelo embate dentro do movimento, além de ser construída como resposta à violência institucional, sobretudo policial, e a crise epidêmica da AIDS.

Enquanto uns tinham como reivindicação primária a orientação sexual e a despatologização da homossexualidade, outros possuíam a urgência da performance de gênero e a própria sobrevivência. Foi somente em 1997 que a sigla “T” foi incluída na Associação Brasileira de Gays e Lésbicas, atualizando a sigla para ABGLT (Carrara e Carvalho, 2013). Uma conquista tardia e tímida, embora fundamental.

O movimento homossexual norte-americano e, conseqüentemente, o brasileiro, não discordava da hegemonia institucional vigente, que era um debate, embora relevante à época, centrado apenas na expressão da homoafetividade. Ou seja, seu objetivo era pautado na defesa da homossexualidade enquanto único desejo sexual que fugia da heterossexualidade normativa, sem considerar outros atravessamentos sociais, como classe, raça e, no caso de sujeitos trans e travestis, a identidade e performance de gênero. Não há de se negar que, de

fato, segundo Louro (2018), havia uma hegemonia gay que pautava as demandas dos outros segmentos e outras identidades.

Outro ponto a ser considerado era o fato de que este ativismo homossexual buscava se desvincular da homossexualidade masculina à feminilidade, aqueles que ainda que homossexuais, se expressavam de forma feminina, o que na década de 1970, foi possível perceber as primeiras diferenças entre gays, travestis e transexuais (Cunha, 2023).

Sendo assim, para Louro (2018), a política identitária homossexual da época possuía um caráter unificador. Não se perturbava mais o *status quo*, mas buscava a integração no sistema vigente, um sistema, marcadamente, masculino, patriarcal, branco e burguês. Essa realidade apresentava aos poucos insatisfações que deram início aos primeiros sinais de crise interna se agravando com a chegada da epidemia da AIDS.

[...] para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada. Mais do que diferentes prioridades políticas defendidas pelos vários “sub-grupos”, o que estava sendo posto em xeque, nesses debates, era a concepção da identidade homossexual unificada [...] A comunidade apresentava importantes fraturas internas e seria cada vez mais difícil de silenciar as vozes discordantes (Louro, 2018, p. 32).

Como mencionado anteriormente por Carrara e Carvalho (2013), transexuais e travestis do Brasil passaram a se organizar, principalmente, como uma resposta à violência policial que sofriam em pontos de prostituição, mas também pela eclosão do vírus HIV e as tensões internas no movimento LGBTQIA+, que à época, parecia ter unicamente reivindicações homossexuais.

Cronologicamente, os autores apontam para a Associação das Travestis e Liberados, do Rio de Janeiro (ASTRAL), nos anos de 1990 como uma possível organização pioneira desse grupo que tinham como ações principais o impedimento de prisões de travestis no município e o enfrentamento da AIDS, como bem afirma Carrara e Carvalho (2013, p. 328): “A AIDS foi notadamente um catalisador da organização política dessas pessoas”. E é a partir desse contexto precisamente que outros movimentos vão surgindo, trazendo demandas muito mais direcionadas à população “T”.

Ainda na primeira década, as ativistas da ASTRAL organizaram o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), e a partir desse evento foi possível observar uma série de outros grupos políticos e ativistas em demais cidades brasileiras, como o Grupo Esperança (Curitiba), Associação das Travestis de Salvador (ATRAS, Salvador), Grupo Filadélfia (Santos), Grupo Igualdade (Porto Alegre) e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Aracajú), até a formação de uma rede nacional mais visível como foi a

criação da RENATA (Rede Nacional de Travestis) e, em 2000 a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA).

Para além dos tensionamentos políticos, esses sujeitos transgressores das normas de gênero enfrentavam igualmente os discursos médicos que insistiam em patologizar a transgeneridade desde a década de 1950 e 1960. Um desses marcos foi o estudo de Harry Benjamin, médico americano que realizou ensaios clínicos e hormonais para tratar as primeiras pessoas que possuíam algum tipo de sentimento de abjeção com seu sexo biológico e, portanto, necessitavam de “mudança de sexo”. Assim, Harry criou o termo “transexualismo” enquanto condição curável e uma espécie de mecanismo para controlar as subjetividades sexuais dissidentes (Preciado, 2018).

Em 1990, o movimento LGBTQIA+ conquista uma importante vitória: a despatologização da homossexualidade, sendo retirada do rol da lista de Classificação Internacional de Doenças (CID), pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Por outro lado, nas entrelinhas, isso significava, por consequência, a inserção do gênero enquanto categoria patológica (Bento; Pelúcio 2012). A lógica era de que se a sexualidade (não heterossexual) deixava de ser doença mental, então o gênero iria substituí-la de alguma forma.

Vale ressaltar que em décadas anteriores, os saberes médicos já tratavam o gênero como um artefato industrial biotécnico, ou seja, uma tecnologia industrial, midiática, endocrinológica, cirúrgica e do agronegócio (Preciado, 2018), capaz de interferir em toda vivência de indivíduos transgêneros, travestis e intersexuais sobre o que é ser masculino ou feminino, a partir do que se identificava nas genitálias. E, caso não fosse possível visualizar, uma cirurgia poderia “corrigi-los”.

Portanto, é importante considerar que a transgeneridade enfrentava tensões no ativismo LGBTQIA+, na invisibilização referente às políticas do Estado, no enfrentamento à violência policial e nos obstáculos impostos pelos discursos médicos, sobretudo da ciência *psi* (psicologia, psiquiatria e psicanálise).

Dez anos antes, nos anos de 1980, a transgeneridade era oficialmente incluída como “transexualismo”, uma categoria que marcara não só a classificação oficial enquanto enfermidade, mas um posicionamento médico que passara a tratar o gênero como algo passível de cura (Bento; Pelúcio, 2012). Por isto, enquanto uma sexualidade era removida, a transgeneridade não só era incluída como atualizada constantemente enquanto doença; o “transexualismo” permaneceu até 1994, quando na 4ª edição do Manual Diagnóstico e

Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) foi substituído para “desordem de identidade sexual”, e em 2013, para “disforia de gênero” (DSM-V).

Foi apenas em 2018, durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA) que a OMS removeu a transexualidade da lista de distúrbios mentais, na 11ª edição do CID, embora ainda esteja no documento como “incongruência de gênero”, mas dessa vez sendo relacionada a questões de saúde sexual.

Essa linha do tempo mostra que embora a medicina tenha avançado a pequenos passos rumo a despatologização da transgeneridade, durando mais de vinte anos como distúrbio, sujeitos trans e travestis tiveram que lidar com inúmeras tensões não só dentro da comunidade LGBTQIA+, como também na legitimidade de suas identidades e vivências nos saberes médicos que, durante muito tempo, foram categorizados e classificados como indivíduos abjetos²⁰, inclusive, sendo corrigidos clínica e cirurgicamente.

4.2 Dispositivos legais e a invisibilização do direito ao lazer da população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá

Apesar de reconhecido constitucionalmente (Art. 6º, CF/88) como um direito social ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia e segurança, o lazer ainda ocupa uma posição secundária nas políticas públicas brasileiras quando nos referimos à população LGBTQIA+, especialmente às pessoas trans e travestis.

Para escrever esta etapa da dissertação, realizei uma análise sobre como o lazer é contemplado nos seguintes documentos: 1. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009); 2. Programa Nacional de Direitos Humanos (2010); 3. Relatório final da 1ª Conferência Nacional GLBT (2008); 4. Relatório final da 2ª Conferência Nacional LGBT (2011); 5. Relatório final da 3ª Conferência Nacional LGBTQIA+ (2016); 6. Decreto 1.139 (2024); 7. Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTQIA+ do Amapá (2020) e 8. Relatório final da Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBTQIA+ do Amapá (2025).

De maneira geral, observei que os sentidos do lazer aparecem de maneira periférica, com tendência para ações culturais generalizadas e eventos sazonais de datas comemorativas,

²⁰Seguindo a referência de Julia Kristeva, Judith Butler, em *Corpos que importam* (2019) conceitua o abjeto como aqueles que estão presentes em zonas inabitáveis ou “não vivíveis”, já que, seus corpos não estão materializados dentro das normas reguladoras do gênero. Por isso, não existem, tampouco alcançam o estado de sujeitos. Esses indivíduos, pois, se constituem pela exclusão e a marginalização que essas normas os impõem. (Butler, 2019).

restringindo seu caráter necessário para a vida das pessoas, não só enquanto direito fundamental, mas como melhoria na vida dos indivíduos.

Ao analisarmos o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNPCDH, 2009), ainda que abrangente, constatamos que o lazer é mencionado apenas pontualmente e de forma periférica, sem ocupar um lugar com sua devida importância entre os eixos estratégicos do Plano.

Em uma das poucas aparições, precisamente na estratégia II do documento, o qual sistematiza a formação de atores no tema LGBT, o lazer surge associado à fiscalização de locais privados que discriminam pessoas LGBTQIA+, como saunas, academias, restaurantes e casas noturnas, porém não é tratado como um direito autônomo, afirmativo ou estruturante da cidadania, tampouco como uma dimensão da cultura ou necessidade humana (Gomes, 2014), como defendemos nesta dissertação.

1.2.5. Garantir a efetivação das leis vigentes, cujos dispositivos contenham previsão legal para indiciar/multar as saunas, academias e os locais de **lazer**, como restaurantes, boates e casas noturnas que discriminam no atendimento e/ou preços/valores de acordo com a orientação sexual e identidade de gênero que desconsideram os LGBT em promoções, sorteios, concursos ou descontos. (PNPCDH, 2009, p. 24)

Ou seja, esse tipo de abordagem limita o lazer à regulação da discriminação comercial, ignorando sua imersão cultural, coletiva e essencial à cidadania e dignidade humana. E se pensarmos em corpos vulneráveis, caso das pessoas trans e travestis, a situação torna-se muito mais invisível, pois, ignorar espaços públicos, práticas formativas e políticas de lazer que poderiam ser mais inclusivas só mostra que, documentalmente, o Plano perpetua a ideia de que o lazer é privilégio, não um direito fundamental e social garantido expressamente pela Constituição Federal de 1988.

Essa ausência, ou mesmo sua citação genérica, revela uma agenda institucional que ainda não reconhece o lazer como uma política pública primordial, tampouco a potência que ele carrega nos seus mais diversos campos culturais, simbólicos, sociais e, sobretudo, no caso das pessoas “Ts”, de resistência e luta. A redação do Plano invisibiliza a importância de espaços de lazer seguros, acessíveis e culturalmente relevantes para travestis e pessoas trans. Em outras palavras, se falado em documentos oficiais, o lazer ainda não se encontra em um lugar de centralidade, inclusão, pertencimento e dignidade, tendo uma visão muito limitada.

Apesar do Plano ter sido uma conquista fundamental e um marco importante na formulação de políticas públicas para a população LGBTQIA+, não obtivemos uma

atualização formal, estando seu documento restrito apenas à primeira edição, publicada em 2009.

Já na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o lazer se manifesta de modo transversal e como direito universal, embora genérico. Ele é associado como uma importante forma de combater à desigualdade e a exclusão social através da cultura e do esporte, porém o documento carece de ações específicas voltadas para a população LGBTQIA+, sobretudo às pessoas trans e travestis.

Nas seções onde tratam sobre orientação sexual e identidade de gênero (Eixo III, Diretriz 10), ainda que com ações programáticas de suma relevância, o lazer não é citado como uma ferramenta de acolhimento e inclusiva para essas pessoas, o que reforça a ideia de que ele não é prioridade na agenda governamental.

No documento, ele é distribuído em diferentes áreas como cultura, esporte, juventude e educação, mas não há um protagonismo relevante para que ele pudesse ser debatido de forma independente, ainda que sua associação com outros temas continue sendo fundamental. Por outro lado, o lazer é mencionado ao observarmos a diretriz 7 do mesmo eixo, precisamente no objetivo estratégico VIII, que discorre sobre a “Promoção do direito à cultura, lazer e esporte como elementos formadores da cidadania” (PNDH, 2010, p. 71).

Ainda assim, se olhado do ponto de vista da diversidade sexual e de gênero, não há qualquer menção ao lazer voltado especificamente para a população LGBTQIA+, nem direcionado às pessoas trans e travestis, o que é uma lacuna que devemos considerar, pois são pessoas que enfrentam exclusões, discriminações estruturantes nos mais diversos espaços públicos de convivências e atividades de lazer.

O documento reconhece o lazer como uma necessidade humana fundamental, mas parece olhar para o fenômeno apenas como um caminho para alcançar outros objetivos, como a diminuição da violência e o próprio acesso à cidadania. Na lógica de Gomes (2014), essa é uma abordagem ainda hegemônica e limitada do que nós compreendemos por lazer. Isso acontece muito em decorrência da construção histórica que o lazer foi situado, sendo compreendido como algo funcionalista, como forma de “escape” para problemas sociais.

Também consultei os documentos resultantes das Conferências Nacionais LGBTQIA+, respectivamente, nos anos de 2008, 2011, 2016 e 2025²¹. A 1ª Conferência

²¹A 4ª Conferência Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+ foi realizada na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva entre os dias 21 e 25 de outubro de 2025, em Brasília (DF) e teve como tema “Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”. Pela sua realização recente, ainda não foi finalizado seu relatório final.

Nacional GLBT²² “*Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania GLBT*” foi realizada em 2008 sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Esta primeira Conferência foi um marco inédito e mostrou ali o primeiro interesse do Governo Federal em discutir as demandas da população LGBTQIA+ junto à sociedade civil.

Aberto aos debates e à participação popular, o governo inaugurava à época um mais novo espaço de democracia, escuta, deliberação e organização nas propostas voltadas à cidadania e a comunidade LGBTQIA+. No entanto, é possível observar, por meio de seu relatório final, que o lazer surge timidamente, tanto no debate, quanto na sua própria menção ao documento.

O tema aparece de maneira pulverizada em quatro eixos que debatem sobre justiça e segurança pública (eixo 4), cultura (eixo 5), turismo (eixo 8) e cidades (eixo 9). Porém, sempre de forma diluída. O lazer surge ora como sinônimo de turismo, produção cultural, esportes, chegando até mesmo a se vincular à fiscalização de ambientes de lazer com potencial discriminatório. É somente nos eixos 4 e 9 que o termo surge de forma expressa no documento.

Eixo 4 – item 16. Garantir a efetivação das leis vigentes, cujos dispositivos contenham previsão legal para indiciar/multar as saunas, academias e os locais de **lazer**, como restaurantes, boates e casas noturnas que discriminam no atendimento e/ou preços/valores de acordo com a orientação sexual e identidade de gênero que desconsideram os LGBT em promoções, sorteios, concursos ou descontos. (1ª Conferência Nacional GLBT, 2008, p. 197).

Eixo 9 – item 24. Criar e implantar, através do Ministério dos Esportes em parceria com o Ministério da Educação, políticas de incentivo às práticas desportivas e de **lazer**, em todas as modalidades, incluindo modalidades populares e não-populares voltadas para os jovens, adultos, idosos e portadores de deficiências para a população LGBT como forma de inclusão social e promoção da auto-estima (1ª Conferência Nacional GLBT, 2008, p. 221).

Seguindo a mesma lógica da primeira edição, a 2ª Conferência Nacional LGBT, denominada “*Por um País livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*” realizada em 2011, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, também mostra que o lazer está fragmentado entre os eixos de cultura, turismo e esporte. Nesse caso, ele é visto como um meio para a inclusão, não um fim.

²²Vale ressaltar que a sigla à época, em 2008, era nomeada nesta ordem: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis (GLBT). Somente anos posteriores que estudou-se incluir junto ao grupo Travestis, Transsexuais e Transgêneros.

Ele é um caminho para se chegar a um lugar, uma finalidade, seja a promoção de imagem, o combate a LGBTfobia, geração de emprego e renda, dentre outros. Embora a diversificação do lazer se torne fundamental, não há um rompimento na abordagem limitada de uma visão normativa, disciplinadora e performativa do lazer, da mesma maneira que se presencia a ausência de sua função política, afetiva, libertadora e de resistência para corpos dissidentes, onde sujeitos trans e travestis estão inseridos.

De maneira expressa, o termo aparece apenas duas vezes, nos títulos “Políticas de Juventude e de Recorte Intergeracional” (diretriz 2) e “Esporte” (diretriz 3):

Diretriz 2 - Promoção de ações e fomento a redes de atenção direcionadas à população LGBT idosa, considerando intersecções de gênero, raça, etnia, classe social e pessoas com deficiência em diálogo com políticas de saúde, assistência social, educação, esporte e **lazer**, cultura e previdência social (2ª Conferência Nacional LGBT, 2011, p. 118).

Diretriz 3 - Destinar recursos por meio da abertura de editais públicos anuais para a execução e o desenvolvimento de projetos esportivos nos espaços públicos de esporte e **lazer** dos estados e municípios, visando à integração esportiva e social entre a população LGBT e a comunidade local (2ª Conferência Nacional LGBT, 2011, p. 130).

Cinco anos depois, ocorria a 3ª Conferência Nacional LGBTQIA+²³, realizada em 2016, às vésperas do *impeachment* de Dilma Rousseff, que discutiu o tema “*Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*”. Novamente, o lazer está presente, no entanto, sua inclusão está subordinada a outros temas, como cultura e educação. Essa perspectiva institucional que reduz o lazer a eventos ou instrumento para viabilizar outras políticas públicas, esvazia toda a riqueza e pluralidade que esse fenômeno carrega para a melhoria na vida das pessoas, especialmente, de indivíduos que já são excluídos e discriminados. Assim, segundo o documento:

Eixo 2 – item 28. Fomentar a realização de eventos culturais que promovam a diversidade na comunidade escolar com incentivo de criação de núcleos de diversidade nas instituições escolares propondo estratégias de empoderamento e politização de cada um dos indivíduos para que todos possam ser inseridos nos meios de educação, comunicação e cultura, através da instituição de uma semana nacional LGBT de cultura, arte, juventude, esporte e **lazer** no calendário oficial do país. (3ª Conferência Nacional LGBTQIA+, 2016, p. 36).

De fato, há o reconhecimento constitucional de que ele é um direito humano, porém, ao levantar ações mais concretas, observa-se o esvaziamento discursivo do lazer, que deixa de ser compreendido como prática emancipatória e necessidade humana (Gomes, 2014) para

²³Na terceira edição, a sigla foi atualizada. A quarta edição da conferência está prevista para acontecer em outubro de 2025.

dar lugar a um mero apêndice de outras agendas políticas que são consideradas mais urgentes.

Portanto, essa fragmentação, ou mesmo diluição nos mais diversos eixos nos anais das conferências, revela uma invisibilização estrutural do lazer enquanto prática emancipatória, sobretudo para travestis e pessoas trans, cujos corpos continuam sendo excluídos ou tolerados apenas em contextos performativos. O lazer, quando desconsiderado como elemento central de bem-estar, pertencimento e construção de vínculos, reproduz e reforça as desigualdades que essas populações enfrentam cotidianamente.

4.3 Das conquistas e desafios no estado do Amapá

A trajetória das políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ no estado do Amapá revela avanços pontuais que, embora sejam espaçadas na linha do tempo e relevantes no aspecto institucional, ainda enfrentam limitações quanto à sua efetivação, materialização e, principalmente, continuidade.

O Amapá possui Planos, Conselhos, Leis de criminalização da LGBTQIA+fobia e outros dispositivos documentais que, num primeiro olhar, estruturam uma base normativa para a promoção de direitos fundamentais. Não obstante, é considerável a distância entre o que está previsto formalmente e a concretude das ações implementadas, sobretudo no que se refere ao acesso às práticas formativas de lazer. Essa limitação é mais evidente quando se observam as condições vivenciadas por pessoas trans e travestis, que enfrentam múltiplas barreiras de acesso a espaços de sociabilidade, cultura e fruição do lazer. Em suma acesso à cidadania e dignidade humana.

Se observado cronologicamente, é perceptível o ritmo lento e espaçado das ações e conquistas dos direitos LGBTQIA+ no Amapá. Essa lentidão, no entanto, não se deve à ausência de mobilização, luta e resistência dos movimentos sociais, mas à morosidade e a falta de prioridade por parte de agentes estatais ao longo de todos esses anos.

Foi em 2009 que Macapá, capital amapaense, instituiu a lei nº 1.716, decretando o dia 17 de maio como o Dia Municipal Contra a Homofobia, na gestão do então prefeito Roberto Goés. Três anos depois, no governo de Camilo Capiberibe, era sancionada a lei nº 1.680, que instituía o Dia Estadual de Combate à Homofobia, a ser realizado anualmente no dia 27 de maio. Leis semelhantes, mas com um intervalo de tempo considerável. Em termos regulatórios, a Lei nº 2.597 que prevê a punição de qualquer pessoa que discrimina o outro com base na orientação sexual era sancionada em 2022 em Macapá, durante a atual gestão

do prefeito Antônio Furlan. Além disso, foi instituído o dia 17 de maio como o Dia Municipal de combate à LGBTFOBIA na capital.

Em 2016 foi criado o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Amapá (CELGBT/AP), e apenas em 2019 se instituiu o Conselho Municipal em Macapá (CMLGBT). 2021 foi o ano que o Amapá inaugurava o Núcleo de Acolhimento às Mulheres Amapaenses Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (AMA-LBTI), um espaço cuja finalidade principal é oferecer serviços públicos e cidadania para todas as mulheres em situação de vulnerabilidade, independente do gênero e sexualidade. Dentre as políticas incluídas, destacam-se assistência social, atendimentos psicológicos, assessoria jurídica e testes rápidos em saúde.

Foi no ano de 2024 que o governo estadual transformou o Núcleo em Centro (Centro AMA-LBTI), ampliando o acesso aos serviços e políticas públicas. Atualmente, o Centro funciona de maneira multidisciplinar e está vinculado à Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPM). Porém, dentre suas sete competências expressas no decreto 1.139/2024, o lazer não se encontra em nenhuma. Portanto, embora de suma importância, não há qualquer indício de que o fenômeno do lazer seja considerado um direito autônomo e primordial, tampouco quando o mesmo Centro foi transformado em unidade de referência em maio de 2024 (decreto nº 4.044/2024).

Ainda no ano de 2021, durante o mandato de Waldez Goés, o Governo do Estado do Amapá lançou o Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTQIA+, aprovado por meio da Resolução nº 07/2020 do CELGBT/AP. Trata-se de um documento orientador que visa estruturar ações em torno de quatro dimensões centrais - promoção, atendimento, defesa e responsabilização - dentro da perspectiva da proteção integral dos direitos humanos.

O Plano estabelece diretrizes e metas voltadas à redução das vulnerabilidades da população LGBTQIA+, com prazos bem definidos e responsabilidades atribuídas a diferentes órgãos públicos (CELGBT/AP, 2020). No mesmo ato, também foi instituído um Comitê Gestor, com o objetivo de acompanhar a execução das ações do respectivo Plano.

No entanto, embora o lançamento do Plano tenha representado um passo importante em termos simbólicos e de reconhecimento institucional, seu impacto prático foi bastante limitado. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que sua vigência foi definida para um período de apenas dois anos, conforme previsto no Artigo 3º da própria Resolução.

Art. 3º O Plano Estadual de Políticas Públicas para a população LGBT do Amapá prevê ações para o período de 02 (dois) anos, voltadas a atender a demandas da

população LGBTQIA+ na competência de cada política pública com função/escopo direto no âmbito da proteção integral (Resolução nº 07, p. 2, 2020).

Isto é, estávamos lidando com um Plano de caráter temporário, sem previsão de continuidade ou institucionalização a longo prazo, o que comprometeu sua efetividade e sustentabilidade como política pública permanente. Além disso, o documento não traz qualquer menção ao lazer, esporte e demais atividades culturais.

Em 2024, após 8 anos de hiato, a Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBTQIA+ do Amapá retorna em sua 4ª edição²⁴, com o tema “Participação e representatividade: implementando direitos na construção de um Amapá mais inclusivo” em um espaço de debate, deliberação e troca de experiências entre a sociedade civil e o governo do estado. A Conferência, porém, foi precedida pelas conferências realizadas nos 16 municípios, dentre os quais se destacam a da capital, Macapá.

Em suma, tudo que foi discutido nos eventos municipais foram levados para o evento estadual, a partir da organização em quatro eixos: 1- Enfrentamento à violência LGBTQIA+; 2- Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+; 3- Interseccionalidade e Internacionalização e 4- Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Chama atenção para o fato de que as deliberações advindas de Macapá para o estado do Amapá, em relação às práticas formativas e políticas do lazer, não estão evidentemente expressas no relatório da Conferência. Ou seja, não se presencia o termo lazer no documento, sendo necessário, pois, uma interpretação subjetiva de cada item para, enfim, compreender o lazer enquanto um fenômeno contextualizado histórico e culturalmente.

Somente no segundo e terceiro eixos que observamos as demandas que se aproximam do lazer, como por exemplo, a redação do item 9 que visa garantir, em edital, o percentual de 5% de vagas para produtores e fazedores de cultura LGBTQIA+ em todos os programas e projetos da política estadual de cultura; e o item 17, que busca garantir o preenchimento das vagas nos eventos culturais da capital, pela população LGBTQIA+.

Eixo 2 – item 9. Garantir no edital de eventos culturais, o percentual de 5% de vagas para os produtores e fazedores de cultura LGBTQIA+ em todos os programas e projetos da política estadual de cultura (Relatório da 4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e direitos humanos da população LGBTQIA+ no Amapá, 2024, p. 41).

²⁴A 3ª Conferência Estadual LGBT foi realizada em 2016 com o tema “Amapá: Consolidando as Políticas Públicas dos Direitos Humanos LGBT”, enquanto a 2ª edição se deu em 2011 com a temática “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT”. No entanto, não foram encontrados relatórios de ambas durante a pesquisa, tampouco informações de como e onde ocorreu a primeira conferência no estado.

Eixo 2 – item 17. Garantir de forma igualitária às vagas nos eventos culturais para a população LGBTQIA+ (Relatório da 4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e direitos humanos da população LGBTQIA+ no Amapá, 2024, p. 42).

Já no terceiro eixo, os itens 19, 20 e 21 buscam inserir o lazer, enquanto direito fundamental e social, ainda que de maneira pouca aprofundada e genérica. Eles resumem, respectivamente, a importância de incluir a parada LGBTQIA+ no calendário oficial de eventos do estado e município; criar circuitos esportivos voltados para a população LGBTQIA+ e, por fim, criar um plano setorial da cultura LGBTQIA+ nos Conselhos de Cultura.

Eixo 3 – item 19. Incluir a parada LGBTQIA+ no calendário oficial de eventos tanto do Estado quanto do Município, garantindo a parceria e participação de gestões (Relatório da 4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e direitos humanos da população LGBTQIA+ no Amapá, 2024, p. 46).

Eixo 3 – item 20. Criar circuitos esportivos voltados à população LGBTQIA+ no âmbito municipal e estadual (Relatório da 4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e direitos humanos da população LGBTQIA+ no Amapá, 2024, p. 46).

Eixo 3 – item 21. Criar um plano setorial da cultura LGBTQIA+ nos Conselhos de Cultura (Relatório da 4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e direitos humanos da população LGBTQIA+ no Amapá, 2024, p. 46).

O direito ao lazer da população LGBTQIA+, em especial das pessoas trans e travestis, permanece invisibilizado nas políticas públicas brasileiras e do Amapá, sendo tratado de maneira fragmentada e subordinada a outras agendas. As poucas ações voltadas ao lazer surgem de forma pontual e geralmente atreladas a datas comemorativas, como o Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de janeiro) ou o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia (17 de maio), o que revela uma abordagem meramente sazonal e simbólica, sem a consolidação de políticas estruturantes e permanentes.

Portanto, os documentos referentes às populações LGBTQIA+ do Amapá não realizam menções diretas ao lazer, mas apresentam aproximações a partir de outras categorias, como atividades culturais, esportes, o que nos indica a necessidade de ampliação e aprofundamento da temática como direito social e política pública.

Ao analisar os avanços e limites das políticas públicas da população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá sobre as práticas formativas de lazer, torna-se evidente a necessidade de espaços institucionais que assegurem a participação social, a democracia e, principalmente, a representatividade dos segmentos, nesse caso, em especial, o grupo de transexuais e travestis.

De maneira alguma essa análise anula os avanços normativos e institucionais, embora eles ainda não se traduzam em ações concretas e contínuas que promovam o lazer como direito fundamental, autônomo e emancipatório. É preciso, pois, que se tenha um olhar mais ampliado e focado no lazer para que ele seja incluído como eixo estruturante das políticas públicas, com reconhecimento de seu papel na construção da cidadania, no fortalecimento dos vínculos sociais e na promoção do bem-estar e da dignidade das pessoas LGBTQIA+, sobretudo dos sujeitos trans e travestis, que ainda enfrentam maiores exclusões de acesso a direitos.

Todo o contexto histórico, jurídico e político aqui apresentado mostra o quão é necessário ter um olhar mais atencioso com as práticas formativas de lazer, sobretudo, às pessoas trans e travestis de Macapá. Um dos caminhos para superar essa barreira é através das próprias funções político e sociais que o CELGBT/AP desempenha no capital amapaense.

É nesse sentido que o próximo capítulo discute a relevância dos conselhos deliberativos e consultivos nas ações que incluem a população LGBTQIA+, destacando a função do Conselho Estadual LGBT do Amapá (CELGBT/AP), sua criação, composição e papel fundamental na representatividade, especialmente, do grupo “T”, segmento central desta pesquisa. Ao fim, foram apresentadas as compreensões dos conselheiros, conselheiras e *conselheiras* acerca das práticas formativas de lazer voltadas às pessoas trans e travesti na cidade de Macapá.

5 A IMPORTÂNCIA DE UM CONSELHO DELIBERATIVO E CONSULTIVO NAS AÇÕES LGBTQIA+

Esta seção abordou a função principal de um conselho deliberativo e consultivo, instrumento considerado fundamental na participação social e no controle democrático, bem como nas importantes decisões estratégicas. Em seguida, apresentei o CELGBT-Amapá, quando foi dada sua criação, composição, competências e seu papel social na construção de políticas públicas para a sociedade LGBTQIA+ amapaense, em especial, o lazer para sujeitos trans e travestis. Além disso, também apresentei o diálogo com os interlocutores do estudando, com destaque para as falas mais representativas sobre as potencialidade e limites para o lazer vividos por pessoas trans e travestis.

5.1 O significado de um conselho deliberativo

Pensar o acesso efetivo da comunidade LGBTQIA+ às políticas públicas institucionais requer a presença de diversos atores políticos e sociais, não somente dos agentes públicos, mas também dos próprios membros da comunidade e da sociedade civil de modo geral. Uma das maneiras mais significativas de ampliar essa participação social nas deliberações e decisões das pautas políticas, sociais, econômicas e culturais, é por meio da criação e fortalecimento de Conselhos.

De acordo com Aidar (2016), desde a independência do Brasil de 1822, os Conselhos surgiram com a função de aconselhar e assessorar os ocupantes dos maiores cargos de poder. Para além de seu contexto histórico, a ideia de Conselho que orienta esta dissertação, está centrada não somente no que seus regimentos já trazem documentalmente, como as deliberações, consultas e fiscalizações, mas na reconstrução de um órgão que, em sua essência, ressignifica a participação social na reformulação de políticas públicas, além de possuir forte capacidade de influenciar estas políticas de maneira direta, especialmente, em processos decisórios e democráticos.

Já para Freire (1987), os Conselhos emergem como sinônimo do diálogo, da escuta, da criticidade e, conseqüentemente, da educação libertadora. Algo que se aproxima, sobretudo, aos aconselhamentos e orientações. É exatamente nesse ponto que os Conselhos, enquanto órgãos colegiados, surgem como um passo significativo na escuta ativa e na busca por mudança e efetividade das políticas públicas.

Institucionalmente, a nível federal, o Brasil possui o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), órgão colegiado que, inicialmente, foi criado pela Medida

Provisória nº 2216-37, de 2001 e, posteriormente, sendo modificado pelo decreto nº 7388, de 2010, em um contexto onde o país tinha uma maior intensidade em pautas LGBTQIA+, indígenas e de igualdade racial.

O CNCD/LGBT possui como função primária a deliberação e consulta, sendo composta a metade por representantes do Governo Federal e a outra metade por membros da sociedade civil, uma estratégia de aproximar esses atores políticos. Em sua essência, o Conselho surge para formular, propor diretrizes de proteção às pessoas LGBTQIA+, além de sugerir planos de ações, analisar propostas e sugerir melhorias em leis já existentes.

De maneira similar, o Amapá possui o Conselho Estadual dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CELGBT-Amapá), órgão de natureza consultiva, criada pela Lei nº 1.999, de 2016, que integra a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS), do Governo do Estado do Amapá (GEA).

A nível municipal, Macapá possui o Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT (CMLGBT), criado pela Lei nº 2.375, de 2019 e que está inserido na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SEMAST), sendo um órgão propositivo, consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador.

Evidentemente, todos os Conselhos em seus diferentes níveis tem sido um fator fundamental no compromisso com a inclusão e a cidadania das pessoas LGBTQIA+, sobretudo, as pessoas trans e travestis. Ao mesmo tempo, esses órgãos se configuram como importantes instrumentos estratégicos não só na reformulação das políticas públicas que já existem – caso em que o lazer pode se encaixar –, mas também em direitos que ainda não foram conquistados.

Os Conselhos promovem, sugerem, dialogam, escutam, em suma, atendem aqueles que vivem de perto a árdua realidade diária, além de reforçar o processo democrático brasileiro, especialmente, a democracia direta, já que um de seus trabalhos principais é a participação direta da sociedade na luta por direitos.

Pereira e Santos (2016) nomeiam o “Conselho de políticas públicas” para identificar aquele espaço que promove a participação da sociedade civil, estando ela organizada ou não, de várias maneiras: seja na elaboração, no planejamento ou na fiscalização de políticas públicas diversas (saúde, educação, direitos humanos, lazer, dentre outros).

Tais características contribuem também para que os Conselhos se configurem como espaços de relações de poder. Não à toa, as pessoas, sobretudo quem se candidata como conselheiro, disputam para estar presente, seja de forma simbólica ou política, a fim de dar

legitimidade às vozes que ali se fazem ouvir. Para muitos, em especial aqueles que foram excluídos e silenciados historicamente, estar em um Conselho significa, antes de tudo, validar suas próprias identidades e visões de mundo.

Portanto, para além de meros instrumentos formais, os Conselhos configuram-se como possibilidades estratégicas de construção da cidadania, consolidação de direitos fundamentais e participação social, ao mesmo tempo em que fortalecem a democracia participativa e tensionam as relações de poder que os constituem.

É sob essa perspectiva que se situa o CELGBT-AP, Conselho que exerce potente contribuição para as populações LGBTQIA+ no Amapá. Criado em 2016 pela lei nº 1.999, o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Amapá (CELGBT-Amapá) surge como uma nova ferramenta de participação social e controle democrático e tem como principal finalidade, a elaboração, o acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação da execução de políticas públicas voltados para a população LGBTQIA+ no estado do Amapá.

O CELGBT-Amapá integra a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS), do Governo do Estado do Amapá (GEA) e é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, sendo atuante não só no que diz respeito à diversidade de gênero e sexuais, como também na garantia para que sujeitos LGBTQIA+ usufruam das políticas públicas desenvolvidas e executadas pelo Estado. O órgão está localizado na Central de Conselhos do Amapá (Figura 1).

Figura 1 - Porta de entrada onde o CELGBT-Amapá está presente junto dos demais conselhos do estado.



Fonte: própria (2025)

Sua composição inclui 20 representantes e 20 suplentes, sendo ocupada 50% por membros da sociedade civil e 50% por membros do Poder Público. O mandato tem duração de dois anos, permitida uma única recondução.

Os representantes do Poder Público são compostos pelo Governo do Estado do Amapá, sendo um titular e um suplente de cada secretaria, dentre os quais se incluem: Secretaria de Estado do Turismo (SETUR); Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE); Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS); Secretaria de Estado da Educação (SEED); Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP); Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); Gabinete do Governador e a Defensoria Pública do Estado do Amapá (DPE-AP).

Em relação à sociedade civil, são eleitos titulares e suplentes de cada segmento, por meio de chamada pública, assim distribuídos: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis. De acordo com a lei nº 1.999/2016 e com regimento interno do CELGBT-AP nº 01/2020, todos os integrantes da sociedade civil realizam atividades voluntárias, ou seja, sem remuneração, ainda que sejam reconhecidos como agentes públicos.

Art. 4º, § 2º. As funções de membro do CELGBT-AP serão consideradas como serviço público relevante e por esse motivo não serão remunerados. (Lei nº 1.999, p. 04, 2016).

Art. 4º. [...] A função de conselheiro (a) é considerada serviço público relevante, sem direito a remuneração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução. (Regimento Interno nº 01/2020, p. 12, 2021).

Esse fato traz uma reflexão pertinente: a participação dos representantes da sociedade civil no CELGBT-AP, especialmente do segmento “T”, acontece de forma voluntária e é marcada por um compromisso político, social e ético com a transformação social da realidade. Há uma vontade não só de ocupar uma cadeira dentro do Conselho, mas o desejo de contribuir para a construção e o debate de políticas públicas mais inclusivas e efetivas, e não por qualquer motivação financeira, embora esse aspecto também mereça ser considerado.

Esse engajamento mostra a força da mobilização e da participação social dos conselheiros (as/es) para com os sujeitos trans e travestis, que veem no Conselho um espaço de acolhimento, representação e pertencimento. Além disso, o órgão pode ser entendido como um espaço educativo, no qual a troca de saberes, bem como as vivências coletivas, realizadas nas reuniões, formações e ações, se constituem como uma educação alternativa, que foge dos padrões pedagógicos.

São trocas de conhecimento que ocorrem em reuniões ordinárias toda segunda quarta-feira de cada mês (CELGBT/AP, Resolução nº 01/2025). Tais encontros promovem o debate entre os conselheiros (as/es), assim como quaisquer demandas relacionadas às políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ do Amapá.

Com o Conselho, existem diversas possibilidades de aprendizados e, vale ressaltar, aprendizados pelas diferenças. Seja por meio de debates sobre políticas públicas ou mesmo uma atividade de lazer, esses momentos são vistos como oportunidades de expressão, reconhecimento e, acima de tudo, construção de cidadania. Isso fortalece não só o papel do CELGBT/AP como um órgão efetivo de participação social, mas também a importância da representatividade.

Considerando essa estrutura, O CELGBT/AP se configura como um importante lugar de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Do ponto de vista quantitativo, atualmente observa-se a presença de sete pessoas que representam o segmento “T” no CELGBT/AP. Desse total, seis vagas estão atualmente preenchidas, sendo uma vacância (suplência do grupo de travestis).

Quando comparado com os demais segmentos (L,G e B)²⁵, é possível constatar certa diferença. Enquanto os grupos de lésbicas, gays e bissexuais contam, cada um, com quatro conselheiros entre titulares e suplentes, o segmento “T” apresenta um número menor: três sujeitos no grupo das travestis e quatro no segmento das pessoas trans. Dentre estas, duas são para mulheres trans e duas para homens trans. Essa realidade mostra as limitações que os conselheiros (as/es) possuem dentro do órgão colegiado.

Nas subseções seguintes apresento a “conversa” realizada com os interlocutores do estudo.

5.2 Conversando com os interlocutores da pesquisa

De maneira geral, foi constatada a presença majoritária de mulheres trans e travestis, com faixa etária entre 23 e 48 anos de idade. Já na escolaridade há uma diferença desde o ensino médio incompleto até o ensino superior completo que influenciam, inclusive, em categorias como ocupação e renda (Tabela 1). Como forma de se referir aos interlocutores e manter o anonimato dos mesmos, os participantes foram identificados por meio de nomes fictícios.

²⁵Aqui me refiro apenas ao grupo de Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB), segmentos que têm representatividade dentro do CELGBT-AP.

A seguir, apresento a Tabela 1 com informações a respeito dos interlocutores da pesquisa.

Tabela 1 - Os partícipes da pesquisa

Nome	Idade	Identidade	Escolaridade	Ocupação	Renda	Lazer
Maria	24	Travesti	Ensino Médio completo	Artista	2 a 3 salários mínimos	Performance e Danças
Bia	23	Mulher Trans	Ensino Superior completo	Assistente administrativo	Mais de 3 salários mínimos	Vôlei e dança
Lúcia	28	Mulher Trans	Ensino Superior completo	Assistente social	Mais de 3 salários mínimos	Leituras
Lara	48	Travesti	Ensino Superior em andamento	Chefe de administrativo	De 1 a 2 salários mínimos	Sair ao bar com amigos
João	29	Homem trans	Ensino Superior completo	Social Media	Média de 1 salário mínimo	Sair ao bar com amigos e nadar
Ana	41	Mulher Trans	Ensino Médio incompleto	Maquiadora	Menos de 1 salário mínimo	Cuidar da casa e das plantas

Fonte: própria (2025)

Utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), foram organizados três níveis de categorização do material pesquisado: Unidades de Registro (URs), Unidades de Contexto (UCs) e as Categorias de Análise (CA), distribuídas em cada pergunta, conforme o roteiro de entrevistas (APÊNDICE B).

Adiante, apresento a Tabela 2, que sintetiza a relação entre as Unidades de Contexto (UCs) e as Categorias de Análise (CA), identificadas durante a coleta de depoimentos dos conselheiros (as/es) do CELGBT-AP e agrupadas conforme grau de afinidade das respostas.

Tabela 2 – Identificação das Unidades de Contexto e Categorias de Análise

UNIDADES DE CONTEXTOS (UC)	CATEGORIAS DE ANÁLISE (CA)
UC-1, UC-2	1- Funções e atribuições político-sociais do CELGBT-AP.
UC-3, UC-4, UC-5	2- Formas subjetivas e concepções plurais do lazer entre conselheiros (as/es) do CELGBT-AP.
UC-6, UC-7	3- Memória, resistência e reconhecimento nas práticas formativas de lazer.

UC-8, UC-9, UC-10, UC-11	4- Desigualdades e barreiras no acesso ao lazer por pessoas trans e travestis em Macapá.
UC-12, UC-13, UC-14	5- Importância do lazer para o bem-estar das pessoas trans e travestis.
UC-15, UC-16, UC-17	6- Ausência e descontinuidade das políticas públicas de lazer para pessoas trans e travestis.
UC-18, UC-19, UC-20	7- Inclusão, equidade e transformações no lazer.

Fonte: própria (2025)

As categorias acima dispostas foram obtidas através da convergência nas falas dos participantes. Em alguns casos, as Unidades de Registro (URs) e as Unidades de Contextos (UCs) foram unidas devido à proximidade temática e semântica das respostas dos interlocutores. Portanto, a fim de facilitar a análise categórica, conforme os critérios de exaustividade, homogeneidade e representatividade sugerido por Bardin (1977), a estrutura das respostas convergem para um mesmo sentido, ao identificar que mais de uma pergunta correspondeu a uma mesma categoria.

Categoria 1 - Funções e atribuições político-sociais do do CELGBT-AP.

Unidades de Registro da categoria 1: Funções e atribuições político-sociais do CELGBT-AP

Pergunta 1: Quais são suas atividades e atribuições dentro do Conselho?

UR-1 – Maria: (...) *A gente tem atividades de legislação, de comunicação, mas elas não são por conta da identidade de gênero, então meio que independe disso.*

UR-2 – Bia: *O que o Conselho faz é criar política pública voltada para a comunidade LGBT. Nós fizemos vários eventos, inclusive, voltadas aos homens trans e travestis e não binários e mulheres trans que foi ano passado.*

UR-3 – Lúcia: *Tem as comissões de legislações, tem as comissões de comunicações, tem os nossos conselheiros que são responsáveis por uma parte de uma câmara ali que funciona pra colher dados, outra parte pra fazer denúncia, e a gente trabalha em conjunto.*

UR-4 – Lara: *A gente tinha muito mais reunião. A gente se reunia, se não me engano, era a cada 15 dias ou era uma vez no mês.*

UR-5 – João: *Ele também fiscaliza as paradas LGBT que agora nós temos, além de Macapá, temos Santana e Porto Grande, né? Também fiscaliza.*

UR-6 – Ana: *Bom, a gente tem várias questões a fazer, né? Tipo, né? E ações sociais e é muito importante também esse trabalho que a gente faz.*

Unidades de Contexto associadas à categoria 1:

UC-1: Funções técnicas e administrativas do Conselho, envolvendo comissões, legislação, comunicação e organização interna (UR-1, UR-3, UR-4).

UC-2: Atuação política, promoção da diversidade e engajamento com a sociedade. (UR-2, UR-5, UR-6).

Ao analisar as respostas da primeira pergunta, identifiquei uma categoria central: Funções e atribuições político-sociais do Conselho, que se manifesta em dois campos principais, de acordo com a fala dos entrevistados (as). A primeira, interna, seja de maneira interna, na competência de seus conselheiros (as/es), funções técnicas e administrativas, incluindo as comissões, legislação, comunicação e reuniões; ou externa, na interação com a comunidade através das ações sociais, participação de eventos ou fiscalização dos mesmos.

Unidades de Registro da categoria 2: Formas subjetivas e concepções plurais do lazer entre conselheiros (as/es) do CELGBT-AP

Pergunta 2: Vamos iniciar falando um pouco do seu lazer, pode ser? O que você faz que para você é considerado como um lazer?

Pergunta 10: O que você entende por lazer?

UR-7 – Maria: *São as atividades culturais (...) a gente já chegou a fazer Cine Trans de Natal com crianças e a gente fez atividades, a gente levou filmes para elas assistirem e a gente fez brincadeiras com as crianças, as brincadeiras de dança com as crianças e a apresentação nossas.*

UR-8 – Bia: *Eu sempre falo que lazer é movimento e tudo que me relaxa. E nisso a dança é essencial. A dança pra mim é tudo e é um lazer meu que eu posso fazer em qualquer lugar.*

UR-9 – Lúcia: *Olha, hoje em dia a questão do meu lazer é em casa, lendo mais, quando às vezes dá os finais de semana. Aquele meu momento de lazer na leitura e entendendo mais sobre o movimento lá fora, estudando (...)*

UR-10 – Maria: *O lazer, pra mim, está envolvido muito com a coletividade. Eu e outras meninas trans daqui vamos no “Calçada da Fama”²⁶, uma esquina de um comércio que vamos para nos encontrar, conversar, jogar ludo²⁷, é algo que fazemos toda semana. Sentar*

²⁶Nome dado carinhosamente pelas mulheres trans e travestis de Macapá, “Calçada da Fama” é um ponto de encontro onde elas conversam, bebem e riem, um espaço público de lazer.

²⁷Jogo de tabuleiro, jogado de 2 a 4 jogadores, em que as peças se movimentam nas casas de acordo com os números que saem nos dados.

numa calçada de uma esquina é uma possibilidade de nos sentirmos acolhidas em um espaço público.

UR-11 – Lara: *Lazer é a gente estar de bem com a saúde, esse nosso **bem-estar.**, poder ir numa praça, brincar, passear, fazer um piquenique, ir ao cinema, sentar numa lanchonete, **poder ficar à vontade**, sem esses olhares maliciosos que tem com a gente. Poder caminhar de mãos dadas, abraçados. **Fazendo coisas que a gente quer e ficar um pouco segura de estar nesses ambientes. Poder transitar livre.***

Unidades de Contexto associadas à categoria 2:

UC-3: Lazer enquanto espaço coletivo, sociabilidade e pertencimento (UR-7 e UR-10)

UC-4: Lazer como experiência individual e expressão corporal (UR-8 e UR-9)

UC-5: Lazer como bem-estar, liberdade e segurança nos espaços públicos (UR-11)

As narrativas evidenciam que as práticas formativas de lazer envolvem tempo livre, entretenimento, atividades culturais e de sociabilidade. Para os conselheiros (as/es) trans e travestis, o lazer se configura como um espaço de afirmação existencial, de resistência e cuidado consigo mesmo, seja de modo coletivo, individual, corporal, cultural ou jurídico.

Unidades de Registro da categoria 3: Memória, resistência e reconhecimento nas práticas formativas de lazer

Pergunta 3: Durante sua trajetória de vida (infância, adolescência, juventude, fase adulta), você gostaria de destacar alguma experiência ou momento de lazer que considera relevante, especial?²⁸

UR-12 – Maria: *(...) **Foi um réveillon privado. E aí, nesse réveillon não me diverti nada, porque é, foi caríssimo passar lá. E eu fiquei parada o réveillon inteiro e aí todo mundo me falava “Nossa, não dança, tu não canta, tu nunca dança as músicas.” E aí, por quê? Porque só tinha pessoas cisgêneras e eram meus parentes que me criaram a vida toda sem poder dançar, sem poder cantar, sem poder fazer o que queria com meu corpo.***

²⁸Ao questionar essa pergunta, procurei reforçar com os entrevistados experiências tanto de cunho positivo quanto negativo, desde que fosse relevante nas suas trajetórias de vida.

UR-13 – Bia: (...) *Nós vivíamos brincando na rua a gente brincava muito de futebol, tacobol²⁹, pira-esconde e eu falo que tudo isso pra mim foi um lazer porque tipo, é uma coisa que eu perdi já agora na fase adulta mas na minha infância eu brincava muito disso e participava de escolinha de futebol.*

UR-14 – Lúcia: *Eu tinha na época meus 12 a 13 anos, com um grupo de amigos que hoje em dia são LGBTQs, igualmente a mim (...) E aí o professor adjunto, numa dessas questões, hoje em dia essa minha colega também, ela é uma mulher trans. E aí ela foi abusada dentro do vestiário. (...) E ver esse professor, ele abusando, e a gente presenciou nós três, e nós éramos um grupo bem unido, e aquilo machucou a gente, e pelo fato da gente ter ido participar para o professor de fato, a gente acabou sendo afastada disciplinamente, e foram avisar os nossos pais que a gente estava conturbando o momento, e isso era coisa de crença e imaginação, que não tinha acontecido*

UR-15 - João: *Eu tive algumas experiências negativas, assim, na infância e na adolescência, que são coisas que me marcaram muito. Além de eu já sofrer algumas coisas com relação a abuso e tal, eu também sofria muito bullying na escola. Na época, eu não sabia identificar se aquilo que eu estava passando era porque as pessoas realmente eram ruins ou se eu realmente precisava me entender.*

UR-16 – Lara: *Uma viagem que eu fiz (...) eu posso dizer que foi uma aventura, porque foi quando eu fui para a Guiana Francesa, que nós fomos clandestinos, então, nós fomos andando na estrada (...) E a gente conseguiu chegar lá, conhecer as praias. Tomei banho de mar, de água salgada. Então, para mim, foi uma experiência maravilhosa.*

UR-17 – Ana: (...) *Quando eu ganhei apartamento aqui no habitacional, foi feito uma entrevista sobre minha vida. Minha vida de superação (...) Então eu fiquei assim, tipo conhecida. E aí então, quando eu fui saber que ia ter esse forroço da diversidade, me incluíram, né? Aí eu falei “Meu Deus do céu!” E eu nunca tinha me apresentado como Miss caipira. Mas bora ver, Bora ver o que dá”. Aluguei a roupa, eu me produzi. E foi quando chegou na hora teve apresentação de três e eu seria a terceira. Dancei e tudo. Quando foi o jurado, dizia assim: “Olha, em primeiro lugar Ana Silva!³⁰”. Quer dizer que eu*

²⁹O “tacobol” é considerado um esporte de rua, especialmente, no Brasil, onde uma dupla joga com um pedaço de madeira, para simbolizar os tacos; e a outra dupla joga com a bola, no intuito, de derrubar a casinha da dupla adversária, muitas vezes usado como garrafas de plástico.

³⁰Nome fictício para preservar a identidade do (a/e) entrevistado (a/e).

representei muito bem meu habitacional. E foi uma alegria mesmo. E eu falei: “É, a vida ainda continua. A gente ainda tá ainda no auge”

Unidades de Contexto relacionadas à categoria 3:

UC-6: Momentos de lazer marcados por discriminação e violência (UR-12, UR-14, UR-15)

UC-7: Momentos de lazer marcados pela liberdade, afeto e reconhecimento (UR-13, UR-16, UR-17)

As respostas à terceira pergunta mostraram como as experiências de lazer podem ter significados distintos de acordo com as trajetórias de cada indivíduo. Se de um lado a vivência negativa e dolorosa marcou a vida de certos conselheiros (as/es), do outro, momentos positivos foram capazes de fortalecer a autoestima em espaços de emancipação e reconhecimento construídos por meio das práticas formativas de lazer. De maneira, geral a cisheteronormatividade se faz presente em suas experiências de vida a respeito do fenômeno do lazer.

Unidades de Registro da categoria 4: Desigualdades e barreiras enfrentadas por pessoas trans e travestis no acesso ao lazer em Macapá.

Pergunta 4: Na sua compreensão, existem diferenças para acessar o lazer entre as pessoas da comunidade LGBTQIA+?

Pergunta 5: No seu entendimento, existem barreiras que pessoas trans e travestis têm no acesso às práticas formativas de lazer em Macapá?

UR-18 – Maria: *Não existe atividades específicas para nós, um fomento específico para nós, para o nosso entretenimento, para a nossa cultura, enfim. Então, eu acredito que existem muitas diferenças porque existem atividades culturais de entretenimento que só nós, pessoas LGBTQIA+, como as pessoas trans, fazemos, como Ballroom³¹.*

UR-19 – Lúcia: *E o nosso Estado, ele tem lugares bonitos, praças, salas, balneários, orlas, que são nossos também, porque nós somos moradores daqui. Nós somos cidadãos. Nós*

³¹O Ballroom foi construído por pessoas LGBTQIA+ (principalmente trans e queers), latinas e afro-americanas e se popularizou nas décadas de 70 e 90 nos Estados Unidos, na cidade de Nova Iorque, bairro do Harlem. Ballroom culture é um movimento onde os sujeitos participantes afirmam suas identidades através de competições, como desfiles, danças e performances e ao mesmo tempo se configura como um espaço/momento de lazer no campo das resistências (Dos Reis e Gonçalves, 2024).

temos família. Então, temos o direito também de acessar esses espaços, mas esses espaços, muitas das vezes, são negados.

UR-20- Lara: *Muita diferença. Porque há uma disparidade de desigualdade desde o gay até a trans. Esse percurso, esse caminho dessa desigualdade, ele marca a gente (...) Porque a comunidade trans e travesti é a que mais tem uma visibilidade negativa da sociedade. Então, esses olhares, eles ferem, às vezes, a gente. Então, às vezes, a gente não quer estar em algum espaço.*

UR-21 – Maria: *Eu acrescento talvez a barreira do respeito a básico da cidadania. A Prefeitura de Macapá, por exemplo, fez várias atividades, vários torneios e tal. Só que a insegurança, a falta de garantia de que nosso nome vai ser respeitado, que nosso nome vai ser respeitado, faz com que a gente nem queira se inscrever nessas atividades.*

UR-22 – Lara: *O acesso, ele é para todos, para todas. Só que, às vezes, a gente se sente inseguro, insegura de estar em algum espaço e ser violentada, sofrer algum tipo de violência. Seja ela física ou psicológica. No caso, é uma insegurança.*

UR-23 – Ana: *Eu acho que tem. Tem muito ainda. Só o fato de a gente ter medo de aproveitar um momento de lazer só por ser nós mesmos, já é uma barreira e tanto.*

Unidades de Contexto relacionadas à categoria 4:

UC-8: Ausência de investimentos e políticas públicas de lazer para trans e travestis (UR-18)

UC-9: Exclusão social nos espaços públicos de lazer (UR-19 e UR-20)

UC-10: Desrespeito à identidade de gênero e invisibilidade da cidadania (UR-21)

UC-11: Medo, insegurança e vulnerabilidade nos espaços e práticas formativas de lazer (UR-22 e UR-23).

As respostas das perguntas 4 e 5 convergem para temas, ou melhor, problemas semelhantes, dentre os quais destacam-se a carência em investimentos e políticas públicas de lazer, olhares discriminatórios, insegurança, medo e falta de pertencimento social.

Além disso, existem barreiras que contribuem para essa desigualdade ao acesso ao lazer em Macapá, dentre os quais se destacam a barreira institucional, social, identitária e emocional. Tais barreiras tem efeito cumulativo, ou seja, elas combinam entre si, provocando uma somatória de desigualdades que afetam diretamente a vida das pessoas trans e travestis, de maneira negativa.

Unidades de Registro da categoria 5: Importância do lazer para o bem-estar das pessoas trans e travestis

Pergunta 6: Para você, qual a importância do lazer na qualidade de vida das pessoas trans e travestis?

UR-24- Maria: *O lazer é muito importante para garantir que a nossa experiência de vida seja mais digna. Quando a gente não tem lazer, quando a gente não tem acesso à cultura, entretenimento, a nossa vida, ela é reduzida a mão de obra e aí a nossa vida é mais triste.*

UR-25 – Bia: *Tudo, eu falo que é tudo. (...) quando nós vamos a um lugar público e a gente tem acesso a paz aquilo ali se torna um lazer pra gente ali é tranquilidade geral.*

UR-26- Lúcia: *E muitas das vezes o que tira essas pessoas de não se suicidarem, não entrarem no mundo das drogas, não fazerem coisas erradas, é o esporte e o lazer, que elas levam muito a sério.*

UR-27 – João: *Acredito que todo mundo viveria até bem melhor [com o lazer livre], muito mais confortável, muito mais à vontade. Eu mesmo me sentiria extremamente à vontade se ninguém ficasse prestando atenção.*

UR-28 – Lara: *Bom, se a gente pudesse realmente estar com esse público, com essa sociedade, com esse meio, brincando, interagindo, conversando, rindo, seria muito gratificante para a gente numa perspectiva de dizer que o mundo nos abraçaria.*

UR-29 – Ana: *Eu acho que faz parte muito da nossa vida. Faz parte a gente também ser humano. A gente precisa de um lazer. Não é só trabalhar, não é só fazer cursos, estudar outro tipo de coisa. A gente podia também tirar um final de semana.*

Unidades de Contexto relacionadas à categoria 5:

UC-12: Lazer enquanto dignidade, humanização e valorização da vida (UR-24 e UR-29);

UC-13: Lazer como garantia do bem-estar e equilíbrio emocional (UR-25 e UR-27);

UC-14: Lazer inclusivo como ferramenta de pertencimento social (UR-26 e UR-28);

De acordo com as respostas dos (as/es) conselheiros (as/es), o fenômeno do lazer assume dimensões a nível individual, social e simbólico. Se ele é considerado como uma necessidade humana (Gomes, 2014), é também, paralelamente, um fator da dignidade, humanização e (re)afirmação de vida.

Da mesma forma, o lazer também contribui para o bem-estar e equilíbrio emocional, quando praticado. Há uma sensação de paz, tranquilidade e conforto e isso favorece uma vida menos ansiosa, menos estressante e menos exposta a julgamentos sociais. Além disso, o lazer se constrói como um meio de sociabilidade, integração e prevenção de riscos. Práticas formativas de lazer, como é o caso do esporte por exemplo, se praticados por pessoas trans e travestis, podem representar estratégias de resistências e pertencimento durante essas atividades.

Unidades de Registro da categoria 6: Ausência e descontinuidade das políticas públicas de lazer para pessoas trans e travestis em Macapá.

Pergunta 7: Os dispositivos legais (leis, programas, regulamentos) relacionados às pessoas LGBTQIA+ abordam o lazer de maneira satisfatória a este grupo?

UR-30 – Maria: *Então, tanto no nível do Amapá quanto no Brasil, eu acho muito insatisfatório essas políticas, inclusive elas são tão inseguras (...) a gente tem na Constituição, em vários outros dispositivos legais, que todo mundo tem que ser respeitado, que a gente tem que garantir dignidade para todo mundo, mas na prática isso não acontece.*

UR-31 – Bia: *Acredito que as nossas leis voltadas para isso ainda estão muito fracas porque nós temos casos de assédio nós temos casos de violências nós temos vários outros tipos de casos.*

UR-32 – Lúcia: *Eu acho que... de 100%, elas estão sendo efetivadas 20%. E sobre essas questões, o que está na Constituição, de 100% não chega nem a 20% praticada. Eu imagino. Igualmente as outras questões de socio assistencialismo, das questões mesmo das famílias, invulnerabilidade que a gente tem, e não é pouca.*

UR-33 – João: *O foco maior é sempre a parada LGBT e aí em janeiro eles fazem o tradicional com relação à documentação. Que aí eles fazem uma festinha, uma reuniãozinha ali, aí algumas pessoas falam um pouco. Tipo um mutirãozinho. Aí eles fazem um mutirão da documentação, da certidão e do RG. A última que eu fui eles tinham até colocado umas pessoas pra fazer uma massagem e não sei o quê. Os negocinhos assim, eu fico pensando, é só nessa época? E é só no dia 29.*

UR-34 – Lara: *Eu acho que nós não temos uma política realmente levada a esse tipo de lazer, esporte, porque é mais voltado para a lei de direitos, isso mesmo, é mais para a lei de direitos, não para lazer.*

UR-35 – Ana: *Não custa ir atrás com os parlamentares e buscar os políticos. Um apoio a mais, né?*

Unidades de Contexto relacionadas à categoria 6

UC-15: Fragilidade e pouca efetividade nas políticas públicas de lazer voltadas à população “T” (UR-30, UR-31 e UR-32).

UC-16: Ações governamentais sazonais e sem continuidade (UR-33)

UC-17: Invisibilidade das práticas formativas de lazer para pessoas trans e travestis em projetos ou programas sociais. (UR-34 e UR-35)

Observa-se uma fragilidade e descontinuidade das políticas e práticas formativas de lazer para a comunidade LGBTQIA+, especialmente para as pessoas trans e travestis nos dispositivos legais, mesmo com amparo da Constituição Federal. Essa restrição estrutural e baixa efetividade é criticada nas falas de Maria, Bia e Lúcia que apontam a insatisfação, fragilidade e pouca efetividade das políticas quando comparadas às normas previstas e à realidade.

Além disso, o depoimento de João destaca a sazonalidade das ações governamentais sobre o lazer, restritas às datas comemorativas, como é o caso da parada LGBTQIA+ ou mutirões de serviços de cidadania, sem se preocupar com atividades culturais, esporte e inclusão social a longo prazo.

Essa realidade reforça a invisibilidade das pessoas trans e travestis em momentos e espaços de lazer, como destacam as falas de Lara e Ana ao apontarem a importância de buscar apoio público e a necessidade de implementar políticas mais específicas.

Unidades de Registro da categoria 7: Inclusão, equidade e transformações no acesso ao lazer.

Pergunta 8: De que forma o CELGBT-Amapá pode contribuir para que o lazer possa ser inclusivo sem distinções sexuais e de gênero?

Pergunta 9: Como conselheiro (a/e) e representante estadual do segmento “T”, o que você gostaria que mudasse na realidade de Macapá, para que mais pessoas trans e travestis acessem práticas formativas de lazer?

UR-36 – Maria: (...) *pressionar via legislação* essas atividades de lazer, essa garantia de lazer, essa garantia de cultura, essa garantia de artes *através da legislação*.

UR-37 – Bia: *Primeiro criando a política pública de fato voltada para a comunidade trans. Se, de fato, eu quero incluir alguém em algo, eu tenho que pensar em algo que, de fato, vai incluir todo mundo junto.*

UR-38 – Lara: *Eu acho que a união da própria comunidade LGBT. Se unir mesmo, focar mesmo nessa nossa luta e nessa **nossa persistência e resistência**, seria já um avanço para um monte de políticas públicas que a gente poderia acessar juntas de mão dadas.*

UR-39 – Maria: *Eu acredito que o primeiro passo é garantir cidadania para pessoas trans e travestis não binárias, porque nem o nosso nome é respeitado. E isso é uma questão de cidadania. (...) **A nossa luta é uma luta, primeiramente por cidadania**, porque se a pessoa não tem nem um nome, nem o pronome é respeitado, ela não vai conseguir acessar nada. As poucas atividades de lazer que a gente tem institucionalmente quando acontecem, não são garantias. A gente não sabe se vai acontecer de novo e quando vai acontecer.*

UR-40 – Bia: (...) *eu queria muito que tivesse em Macapá, que eu acho que iria solucionar ou talvez ia ampliar a política pública (...) **uma casa voltada à comunidade LGBT, mas em específico à comunidade trans**. E eu queria muito, porque lá dentro a gente poderia criar, por exemplo, para o esporte, atividades incríveis. Uma casa de acolhimento.*

UR-41 – João: *As questões que a gente precisa mudar talvez não seja só o Conselho, mas a mudança da cidade (...) **Eu acredito que Macapá precisa de mais locais de lazer** (...) as pessoas são livres e elas podem ficar à vontade onde elas quiserem, independente do lugar.*

Unidades de Contexto relacionados à categoria 7:

UC-18: Atuação política e institucional do Conselho na construção de políticas inclusivas de lazer (UR-36, UR-37 e UR-39)

UC-19: Criação e ampliação de espaços públicos e comunitários de lazer e acolhimento (UR-40 e UR-41)

UC-20: União e fortalecimento da comunidade LGBTQIA+ (UR-38)

As falas dos conselheiros (as/es) evidenciam que o acesso ao lazer para as pessoas trans e travestis em Macapá depende de um esforço em conjunto que variam desde as ações articuladas entre o Poder Público e a própria comunidade LGBTQIA+. Além disso, há a necessidade de atuação política e legislativa do CELGBT-AP, conforme os registros de Bia e Lara, de modo a garantir o direito ao lazer, cultura e às artes.

Na seção posterior, foram analisadas e interpretadas as sete categorias a partir do referencial teórico, buscando compreender com maior profundidade os sentidos sociais presentes nas experiências de cada um a respeito do lazer de pessoas trans e travestis na cidade de Macapá.

5.3 Vozes do CELGBT-AP sobre lazer, cidadania e trans existências em Macapá

Para compreender as práticas formativas de lazer em Macapá a partir das visões dos sujeitos da pesquisa, é necessário, inicialmente, evidenciar o papel do Conselho, seja política ou socialmente. Para isso, cheguei à conclusão da primeira categoria de análise que identifiquei como *Funções e atribuições político-sociais do CELGBT-AP*.

De acordo com o Regimento Interno nº 01/2020, o CELGBT-AP possui natureza consultiva e deliberativa, podendo atuar ainda na fiscalização, assessoramento, comunicação, proposições e estímulo ao debate sobre diversidade no estado do Amapá. Ou seja, o Conselho desempenha competências que variam desde as funções técnicas e administrativas, até a atuação política e engajamento com a comunidade.

Como ressaltam os depoimentos:

Maria: *A gente tem atividades de legislação, de comunicação.*

Bia: *O que o Conselho faz é criar política pública voltada para a comunidade LGBT.*

Lúcia: *Tem as comissões de legislações, tem as comissões de comunicações.*

Lara: *Ele também fiscaliza as paradas LGBT que agora nós temos (...)*

Isso significa que, para além de meramente deliberativo, o Conselho demarca seu objetivo principal de participação social, por meio do engajamento que os conselheiros (as/es) têm com a comunidade LGBTQIA+ no Amapá, reforçando assim seu controle democrático com as discussões, reuniões e debates que os mesmos trazem em pauta nos encontros com a sociedade.

Além disso, ele funciona como um espaço de combate à LGBTfobia, uma vez que, seus representantes não são escolhidos aleatoriamente, como por exemplo, conselheiros trans são mulheres trans ou homens trans, da mesma forma que as conselheiras travestis são travestis.

Nesse sentido, a categoria 1 permite concluir que CELGBT-AP é um mediador entre as políticas públicas e as vivências sociais da população LGBTQIA+ do Amapá, sobretudo dos sujeitos trans e travestis na cidade de Macapá. Ele também é um órgão capaz de influenciar os poderes legislativo, executivo e até judiciário, sendo, portanto, fundamental para ampliar não só o debate, mas decisões estratégicas importantes.

Pereira e Santos (2016) evidenciam sobre os desafios que os Conselhos enfrentam ao propor o combate à discriminação e promover os direitos da população LGBTQIA+. Dentre elas se destacam “a legitimidade respeitada e reconhecida, ser ouvido sobre a necessidade de políticas públicas e ter vida orgânica” (Pereira e Santos, 2016, p. 179).

As funções do CELGBT-AP mostram a multitarefa que o Conselho carrega consigo por meio da atuação de seus integrantes, caminhando para um campo estratégico e fundamental para o debate e a formulação das políticas públicas, especialmente neste caso, as práticas formativas do lazer como um direito fundamental a todos, todas e *todes*.

Em relação a categoria 2 (*Formas subjetivas e concepções plurais do lazer entre conselheiros (as/es) do CELGBT-AP*), as falas dos participantes evidenciaram que o fenômeno do lazer é vivido de maneira plural e subjetiva. As respostas dos interlocutores mostraram que o lazer é atravessado por dimensões subjetivas, coletivas, corporais e de bem-estar, presente tanto em momentos de sociabilidade quando de introspecção e autocuidado.

Com a palavra, os/as Conselheiros/Conselheiras ressaltam:

Maria: *São as atividades culturais (...), filmes, dança, apresentação nossas.*

Bia: *(...)é tudo o que me relaxa, então dar uma volta. E nisso a dança é essencial. É um lazer meu que eu posso fazer em qualquer lugar.*

Lúcia: *(...) meu lazer é em casa, lendo mais.*

Maria: *(...) O lazer, pra mim, está envolvido muito com a coletividade. Eu e outras meninas trans daqui vamos no “Calçada da Fama” (...)Sentar numa calçada de uma esquina é uma possibilidade de nos sentirmos acolhidas em um espaço público.*

Lara: *Lazer é a gente estar de bem com a saúde, esse nosso bem-estar., poder ir numa praça, brincar, passear, fazer um piquenique, ir ao cinema, sentar numa lanchonete, poder ficar à vontade, sem esses olhares maliciosos que tem com a gente (...) Poder transitar livre.*

Tais depoimentos reforçam o caráter múltiplo que o lazer possui e o que Gomes (2014) defende: o lazer é uma necessidade humana e dimensão da cultura. O lazer pode se revelar como uma prática plural, coletiva e, ao mesmo tempo, enriquecedora de experiências individuais, autocuidado, reflexões e expressão cultural.

Para sujeitos que vivem nas fronteiras dos gêneros, isto é, aqueles que fogem à cisheteronormatividade dos sistemas políticos e sociais, destacar suas experiências de lazer, independente se coletivas ou individuais, é uma maneira de visibilizar suas próprias (re)sistências. Além disso, suas falas se distanciam do conceito industrial e capitalista do lazer, o qual não se restringe às atividades realizadas apenas no tempo livre, ao valorizarem atividades culturais nas comunidades, momentos de leitura e danças.

Bramante (1998, p.11) defende a ideia de que “o lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado”, ou seja, esse tempo conquistado na verdade é o tempo da “não utilidade”, indo de encontro com às pressões sociais e capitalistas de que tudo deve ser mercadoria, produtividade e lucro. Segundo o autor, esse tempo não precisa servir finalidades externas como o trabalho ou consumo, por exemplo.

De acordo com Bramante (1998), o lazer possui seu valor no próprio viver, isto é, nas experiências relatadas pelos conselheiros (as/es), como a leitura, a dança, estar com os amigos ou participar de eventos comunitários. São exemplos que revelam o lazer como um espaço de expressão, resistência e, sobretudo, de afirmação das identidades. Trata-se, principalmente, de compreender que o lazer, para além da pausa do trabalho, é uma dimensão humana fundamental para o exercício da liberdade e da subjetividade.

A terceira categoria, identificada como *Memória, resistência e reconhecimento nas práticas formativas de lazer* destaca, principalmente, momentos de lazer que os conselheiros (as/es) consideraram relevante em suas trajetórias de vida. Nesse caso, ressaltei a importância de experiências positivas ou negativas, desde que tenham sido fundamentais para a formação de suas identidades, caráter e luta.

Os depoimentos revelam que muitas vivências são atravessadas pela cisheteronormatividade, expressa no controle dos corpos, na exclusão e no limite ao acesso ao lazer, conforme demonstram as falas de Maria, Lúcia e João:

Maria: (...) *Foi um réveillon privado. E aí, nesse réveillon não me diverti nada (...) E aí, por quê? Porque só tinha pessoas cisgêneras e eram meus parentes que me criaram a vida toda sem poder dançar, sem poder cantar, sem poder fazer o que queria com meu corpo.*

Lúcia: *Eu tinha na época meus 12 a 13 anos, com um grupo de amigos que hoje em dia são LGBTs (...) E aí o professor adjunto, numa dessas questões, hoje em dia essa minha colega também, ela é uma mulher trans. E aí ela foi abusada dentro do vestiário. (...) E ver esse professor, ele abusando, e a gente presenciou nós três, e nós éramos um grupo bem unido, e aquilo machucou a gente.*

João: *Eu tive algumas experiências negativas, assim, na infância e na adolescência, que são coisas que me marcaram muito. Além de eu já sofrer algumas coisas com relação a abuso e tal, eu também sofria muito bullying na escola.*

Portanto, o lazer não está isento de reproduzir o *status quo* da ordem dos gêneros inteligíveis (Bento, 2011). Ele também pode, da mesma forma que outros fenômenos sociais, contribuir para a discriminação sexual e de gênero, como evidenciam os exemplos relatados pelos conselheiros (as/es): o desconforto de pessoas trans e travestis em eventos privados, o abuso na infância em um ambiente escolar e o “bullying transfóbico” (Santos, 2024).

Tais depoimentos reforçam a negatividade do lazer, sobretudo nas falas de Lúcia e João que evidenciam algo significativo: a ausência de experiências de lazer como sinônimo de prazer, liberdade ou descontração. Ao contrário, o lazer surge através de experiências traumáticas, marcadas por violência e exclusão social.

A dificuldade de recordar experiências positivas do lazer por si só já é algo a ser considerado, pois ainda que seja considerado como um direito legalmente assegurado, na prática o lazer acaba se transformando em hostilidade, medo e risco constante de violação. Silenciando assim não somente corpos, mas vidas, trajetórias e outras formas de vivenciar o lazer.

É nesse sentido que o lazer passa a ser um campo de disputa por poder. De um lado, disputa por quem planeja, organiza e formula políticas públicas, muitas vezes orientados por perspectivas homogêneas, como é o caso da cisheteronormatividade, e do outro lado, disputa por quem vive o lazer e tenta ocupar essas atividades com dignidade, liberdade e respeito.

Por isso, Gomes e Elizalde (2014) observam que o lazer pode ser construído pela colonialidade do poder e do saber, funcionando assim como uma estratégia de dominação cultural. Esse processo, ao reforçar a lógica eurocêntrica e capitalista, invisibiliza outros projetos políticos de sociedade e seus sujeitos, entre eles as pessoas trans e travestis.

Por isso, pensar o lazer das pessoas trans e travestis a partir de um olhar interseccional é fundamental para compreender as desigualdades sociais, seja no gênero, raça, classe, sexualidade, grau de escolaridade ou território. Akotirene (2019) destaca a interseccionalidade como uma lente para enxergar as complexidades da vida, uma ferramenta para entender as estruturas de poder.

Para além disso, ela funciona como uma “encruzilhada do poder” (Akotirene, 2019), nos obrigando a refletir como certas opressões não atuam de forma isolada, mas se mesclam e muitas vezes se sobrepõem, no que a autora denominou de “inseparabilidade estrutural”.

Em outras palavras, sistemas como racismo, capitalismo, sexismo e o cisheteropatriarcado criam experiências únicas e muitas vezes marginalizadas exatamente nesse cruzamento.

As experiências de Maria, Lúcia e João não são fatos isolados. Longe disso, são consequências de um sistema que legitima a cisgeneridade, a heterossexualidade ao mesmo tempo, privilegiando a branquitude enquanto normas.

Por outro lado, o lazer pode ser ressignificado em outros contextos, que mostram outras potencialidades do fenômeno como espaços da expressão da liberdade e do reconhecimento. Assim:

Bia: (...) *Nós vivíamos brincando na rua a gente brincava muito de **futebol, tacobol**³², **pira-esconde** e eu falo que tudo isso pra mim foi um lazer porque tipo, é uma coisa que eu perdi já agora na fase adulta.*

Lara: *Uma viagem que eu fiz (...) eu posso dizer que **foi uma aventura**, porque foi quando eu fui para a Guiana Francesa, que nós fomos clandestinos, então, **nós fomos andando na estrada. Tomei banho de mar, de água salgada.***

Ana: *E aí então, quando eu fui saber que ia ter esse **forrozão da diversidade me incluíram**. Aí eu falei “Meu Deus do céu!” E eu nunca tinha me apresentado como **Miss caipira**. Aluguei a roupa, **eu me produzi**. Teve **apresentação** de três e eu seria a terceira. **Dancei** e tudo. Quando foi o jurado, dizia assim: “Olha, em primeiro lugar Ana Silva”. E **foi uma alegria mesmo**.*

Nessa perspectiva, o lazer torna-se um campo simbólico e político de afirmação por respeito, cidadania, dignidade, onde identidades trans e travestis não apenas se reinventam, mas se fortalecem. Ele é, na mesma intensidade, um fenômeno atravessado por relações de poder, presente nas instituições sociais e, ao mesmo tempo, é capaz de se reinventar, de se reconstruir como um espaço de infinitas possibilidades e olhares, revelando-se assim como uma potência transformadora na vida dessas pessoas.

Transformação esta evidenciada na experiência de Ana, durante o forrozão da diversidade, quando a mesma vivenciou um momento raro de pessoas trans e travestis no Brasil. Ana não só representou seu segmento, bem como foi capaz de viver plenamente, sem medo ou vergonha. Ana foi capaz de se reafirmar sua identidade enquanto mulher trans e, ao mesmo tempo, reivindicando seu direito ao lazer.

A quarta categoria *Desigualdades e barreiras no acesso ao lazer por pessoas trans e travestis em Macapá* evidencia a ausência de investimentos no lazer, exclusão social nos espaços públicos, desrespeito à identidade de gênero e invisibilidade da cidadania até a sensação de medo, insegurança e vulnerabilidade durante as práticas formativas de lazer.

³²O “tacobol” é considerado um esporte de rua, especialmente, no Brasil, onde uma dupla joga com um pedaço de madeira, para simbolizar os tacos; e a outra dupla joga com a bola, no intuito, de derrubar a casinha da dupla adversária, muitas vezes usado como garrafas de plástico.

Sendo assim, nesta categoria há tanto as desigualdades estruturais e institucionais quanto simbólicas e emotivas que impactam diretamente no direito ao acesso ao lazer dessa população.

Essa constatação dialoga com os estudos de Tavares (2011) e Reis e Martins (2020) quando estes evidenciam que o lazer, historicamente, reproduz normas cisheterossexuais que restringem a vivência plena de pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

Diante disso, constatei uma lacuna em relação às políticas públicas estaduais e incentivo cultural direcionado às pessoas trans e travestis na cidade de Macapá, o que pode ser evidenciado nos seguintes fragmentos:

Maria: Não existe atividades específicas para nós, um fomento específico para nós, para o nosso entretenimento, para a nossa cultura, enfim.

No âmbito específico das pessoas trans e travestis brasileiras, trabalhos como os de Guerra (2017), Rodrigues (2022) e Kishigami (2020) evidenciam que a ausência de políticas de lazer direcionadas a esse grupo não é uma particularidade de Macapá, mas resultado de um cenário nacional e institucional que ignora iniciativas que reconheçam suas demandas culturais, educativas e coletivas.

Com essa ausência, as pessoas trans e travestis têm buscado criar seus próprios espaços e práticas formativas de lazer e cultura, promovendo encontros, exposições audiovisuais e atividades que atendem suas necessidades, acolhimentos e vivências. Em suma, que mostram suas existências e resistências.

Exemplo disso é o coletivo LGBTQIA+ Arte Performance Delas+, também conhecido como AP Delas+, que se originou em Macapá a partir de um grupo de dança LGBTQIA+ em março de 2022. O coletivo incentiva a cultura amazônica e LGBTQIA+ e é composto, majoritariamente, por pessoas trans, travestis e pretas (Figura 2).

Figura 2: logo do Coletivo AP Delas+



Fonte: Sereia Caranguejo (2022)

Dentre as inúmeras atividades culturais e artísticas do coletivo, cabe destacar o “Cine Trans”³³, que promove não somente exibições audiovisuais e performances nas temáticas LGBTQIA+ no contexto amazônico, como incentiva debates culturais e ações de lazer específicas, demonstrando que este também desempenha um papel educativo, ao proporcionar aprendizados, reflexões e construção de saberes coletivos que vão além da educação formal e engessada.

Essas iniciativas evidenciam como, diante dessa lacuna de políticas públicas e de espaços inclusivos, a própria comunidade trans e travesti consegue se organizar em um movimento político para garantir o acesso ao lazer e à cultura. Além disso, suas atividades não são limitadas a um público específico, podendo se expandir para outros grupos, trans ou não.

Tais iniciativas fazem parte de uma estratégica comunitária que cria espaços públicos, semelhantes às experiências analisadas por Guerra (2017) ao compreender o lazer como “arte da existência” para corpos trans e travestis, da mesma forma a análise de Rodrigues (2022) sobre o lazer de mulheres trans no sistema prisional, que mesmo com as

³³O Cine Trans é uma das principais atividades culturais presentes dentro do coletivo AP Delas+, podendo ser desdobrados conforme contexto histórico, político e social, como “Cine Trans Preto”, Cine Sapatão Trans”, “Cine LGBTQIA+” e o “Cine Trans de Natal”. As ações acontecem mensalmente graças ao incentivo da lei Paulo Gustavo, do governo federal.

adversidades, são capazes de se reorganizarem e reinventarem suas práticas formativas de lazer e cultura ainda que em um espaço privativo de liberdade.

A partir do momento em que o AP Delas+ cria espaços de participação, expressão cultural e resistência, o coletivo se configura como um exemplo concreto de lazer contra hegemônico e transformacional. Nesse sentido, concordo com Gomes e Elizalde (2014, p.128), quando estes evidenciam que o lazer é um “campo possível para desenvolver ações alternativas comprometidas com o repensar dos limites e possibilidades que marcam a nossa existência”.

É nessa perspectiva que o coletivo AP Delas+ se encaixa no duplo aspecto educativo do lazer proposto por Marcellino (1998). De um lado, o lazer educa através das práticas formativas culturais e artísticas que promove, como por exemplo, o “Cine Trans” (Figura 3) e outras performances coletivas, possibilitando novas aprendizagens, trocas simbólicas e pertencimento das identidades trans e travestis nessas atividades. Ao mesmo tempo, sensibiliza a população de Macapá por meio da abordagem de temas como diversidade, cultura e cidadania. Neste caso, o lazer funciona como um veículo da educação. Uma educação “travestilizada” e desobediente ao “cistema” (Odara, 2020).

Figura 3: Folders de divulgação do “Cine Trans” de Carnaval e o “Cine Trans Prete”



Fonte: Internet (2025).

Do outro lado, o lazer enquanto objeto de educação, se revela na formação crítica desses sujeitos. Ou seja, o fenômeno é, pois, um direito a ser usufruído nos espaços públicos e compreendido como uma prática social e política na trajetória ativista e humana dessas pessoas. Ao trabalhar o lazer como objeto da educação, tais indivíduos se reconhecem como sujeitos de direitos. Neste caso, é possível educar para o lazer e isso é uma “possibilidade de os excluídos do sistema educacional recuperarem no lazer as oportunidades perdidas” (Marcellino, p. 52, 1998).

Nas manifestações culturais do AP Delas+, o lazer emerge como um novo espaço de aprendizagem, de diálogo, reafirmação de identidades dissidentes e nos laços afetivos entre esses indivíduos e pratica o que Paulo Freire (2019) denominou de “Círculos de Cultura”, isto é, espaços humanizados onde não presenciamos a hierarquia na transmissão dos saberes, mas sim o poder do diálogo e da interação social.

Os Círculos de cultura são lugares onde se ensina e se aprende ao mesmo tempo funcionando como uma espécie de roda de conversa. A roda de conversa é ideal para a compreensão das subjetividades dos indivíduos e a maneira como eles enxergam o mundo, com olhares distintos entre si. E o lazer te possibilita acessar essas rodas, uma vez que ele vem como uma proposta na qual a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice.

Partindo desse pressuposto, o AP Delas+ atua de modo simultâneo: educando por meio do lazer e educando para o lazer. Esse exercício possibilita com que o coletivo forme uma pedagogia emancipada e insurgente, o que Odara (2020) denominou de “pedagogia da desobediência”, isto é, uma proposta de educação subversiva, protagonizada pelas pessoas trans e travestis, com o objetivo de desafiar a norma binária do gênero – imposta pela educação colonial – além de criar novos “mecanismos epistemológicos cunhado pela luta organizada” (Odara, p.20, 2020) de pessoas trans e travestis no Brasil. Em outras palavras, a produção de conhecimentos e saberes outros emergem das vivências e resistências trans e travestis.

Portanto, o coletivo transforma o lazer em um território político e pedagógico através da realização de suas manifestações culturais. No lazer, afirmam-se as identidades e confrontam-se com as estruturas dicotômicas do sexo e gênero. Em resumo, o AP Delas+ reinventa o lazer a partir do olhar trans e travesti; há uma resignificação no sentido de valorizar a experiência cultural, educativa e política desses sujeitos que também são atravessados por outros marcadores sociais, como classe, raça, religião, dentre outros.

Tal reinvenção se dá por meio do que Marcellino (1998) chamou de “pedagogia da animação”. Ao reconhecer a tríplice relação entre lazer-escola-processo educativo, o autor evidencia a vida, o movimento e a alegria como sinônimos do ânimo. Para o autor, é preciso encarar essa pedagogia como uma perspectiva de mudança em todo o processo da educação, considerando “as relações entre as possibilidades da escola e as potencialidades educativas do lazer” (Marcellino, p. 122, 1998), como uma verdadeira transformação do tempo presente.

No entanto, ainda que iniciativas como o AP Delas+ demonstrem o protagonismo da comunidade trans e travesti de Macapá na construção de novas práticas formativas e espaços de lazer, outros depoimentos evidenciam que permanecer em ambientes públicos, sendo uma pessoa trans ou travesti, nem sempre é garantia de direitos.

Lúcia e Lara relatam sobre a exclusão social nos espaços públicos de lazer:

Lúcia: *E o nosso Estado, ele tem lugares bonitos, praças, salas, balneários, orlas, que são nossos também, **porque nós somos moradores daqui.** Nós somos cidadãos. Nós temos família. Então, temos o direito também de acessar esses espaços, mas esses espaços, muitas das vezes, são negados.*

Lara: *(...) a comunidade trans e travesti é a que mais tem uma visibilidade negativa da sociedade. Então, esses olhares, eles ferem, às vezes, a gente. Então, às vezes, a gente não quer estar em algum espaço.*

Relatos como esses indicam que as barreiras simbólicas e emotivas ainda são profundas, implicando ainda, preconceito, invisibilidade e estigmatização. Maria complementa, reforçando que a insegurança em relação à identidade de gênero acaba invisibilizando a participação plena das pessoas trans e travestis em práticas formativas e políticas de lazer. Maria responde:

Maria: *Eu acrescento talvez a barreira do respeito a básico da cidadania. A Prefeitura de Macapá, por exemplo, fez várias atividades, vários torneios e tal. Só que a insegurança, a falta de garantia de que nosso nome vai ser respeitado, faz com que a gente nem queira se inscrever nessas atividades.*

Sobre medo, insegurança e vulnerabilidade nos espaços e práticas formativas de lazer, Lara e Ana ressaltam:

Lara: *O acesso, ele é para todos, para todas. Só que, às vezes, a gente se sente inseguro de estar em algum espaço e ser violentada, sofrer algum tipo de violência. Seja ela física ou psicológica. No caso, é uma insegurança.*

Ana: *Eu acho que tem. Tem muito ainda. Só o fato de a gente ter **medo de aproveitar um momento de lazer** só por ser nós mesmos, já é uma barreira e tanto.*

Sentimentos como os relatados por Lara e Ana revelam o impacto das barreiras emocionais na vida das pessoas trans e travestis no que diz respeito ao acesso do lazer em

Macapá, dentre os quais se destacam o medo, a insegurança e vulnerabilidade, alertando para o fato de que acessar espaços de sociabilidade durante as atividades de lazer precisa, antes de tudo, da proteção institucional para com esses indivíduos.

A quinta categoria intitulada *Importância do lazer para o bem-estar das pessoas trans e travestis*, evidencia que o lazer ocupa um papel fundamental na dignidade da vida humana, no equilíbrio emocional e na construção do pertencimento social, o que dialoga com a concepção do lazer enquanto necessidade humana e dimensão cultural (Gomes, 2014).

As falas das interlocutoras revelam o lazer como um elemento constitutivo da experiência humana, contrapondo-se à simples lógica do trabalho, da produtividade e da sobrevivência:

Maria: *O lazer é muito importante para garantir que a nossa experiência de vida seja mais digna. Quando a gente não tem lazer, quando a gente não tem acesso à cultura, entretenimento, a nossa vida, ela é reduzida a mão de obra.*

Ana: *Eu acho que faz parte da nossa vida, né? Faz parte a gente também ser humano, né? A gente precisa de um lazer. Não é só trabalhar, não é só fazer cursos, estudar.*

Nesse sentido, utilizo do pensamento de Bramante (1998, p. 11) no qual o lazer se materializa “através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo\espaço, cujo eixo principal é a ludicidade”. Essa ludicidade, segundo o autor, é o que enriquece o potencial socializador do lazer e o torna essencial não só para a vida digna, mas também para o bem-estar emocional, sobretudo de sujeitos trans e travestis, como reforçam os depoimentos de Bia e João:

Bia: *Tudo, eu falo que é tudo. (...) quando nós vamos a um lugar público e a gente tem acesso a paz aquilo ali se torna um lazer pra gente, ali é tranquilidade geral.*

João: *Acredito que todo mundo viveria até bem melhor [com o lazer livre], muito mais confortável, muito mais à vontade. Eu mesmo me sentiria extremamente à vontade se ninguém ficasse prestando atenção.*

O lazer, portanto, faz parte da vivência afetiva e emocional das pessoas. Para a população de transgêneros e travestis, a sensação da segurança, liberdade de ir e vir nos lugares e o acolhimento é essencial para viver dignamente. Como destaca Gomes (2014), o lazer se realiza plenamente quando os sujeitos podem não somente ocupar um determinado espaço público, mas usufruir das experiências culturais em liberdade, sem sentir medo ou insegurança.

Nesse sentido, o bem-estar advindo do lazer está diretamente ligado às condições sociais e espaciais que fazem dele essa prática humana, algo que Gomes (2014) menciona

como o “tempo e espaço social do lazer”. Para a autora, ambos (tempo e espaço) não se separam, longe disso, eles são construídos socialmente e se misturam.

Se de um lado é possível viver dignamente as experiências de lazer, paralelamente, esta prática é reforçada pela convivência, acolhimento e o pertencimento social. É o que destacam as falas de Lúcia e Lara:

Lúcia: *E muitas vezes o que tira essas pessoas de não se suicidarem, não entrarem no mundo das drogas, não fazerem coisas erradas, é o esporte e o lazer, que elas levam muito a sério.*

Lara: *Bom, se a gente pudesse realmente estar com esse público, com essa sociedade, com esse meio, brincando, interagindo, conversando, rindo, seria muito gratificante para a gente numa perspectiva de dizer que o mundo nos abraçaria.*

Esta fala evidencia que o lazer é visto como prática importante na vida dos indivíduos. Mas não apenas isso, ele emerge como um espaço de emancipação social, contribuindo para a vida e o fortalecimento do pertencimento coletivo.

Considerando as falas dos conselheiros (as/es), ao serem questionados sobre como os dispositivos legais relacionados às pessoas LGBTQIA+, sobretudo trans e travestis, abordam o lazer de maneira satisfatória, a sexta categoria revela uma unanimidade: a *ausência e descontinuidade das políticas públicas de lazer para pessoas trans e travestis em Macapá*. As falas evidenciam uma percepção de fragilidade e pouca efetividade nas políticas públicas; ações governamentais sazonais e sem continuidade; e invisibilidade das práticas formativas de lazer para pessoas “T” em projetos ou programas sociais.

Como mostrado anteriormente, a simples menção do “lazer” nas normas gerais não significa, necessariamente, a execução dessa política pública, ainda que considerado como um direito constitucional.

Nesse sentido, uma norma não se materializa sem um planejamento desenhado em programas ou projetos sociais. Assim:

Maria: *Então, tanto no nível do Amapá quanto no Brasil, eu acho muito insatisfatório essas políticas, inclusive elas são tão inseguras (...) a gente tem na Constituição, em vários outros dispositivos legais, que todo mundo tem que ser respeitado, que a gente tem que garantir dignidade para todo mundo, mas na prática isso não acontece.*

Bia: *Acredito que as nossas leis ainda estão muito fracas, porque nós temos casos de assédio, nós temos casos de violências nós temos vários outros tipos de casos.*

Lúcia: *Eu acho que... de 100%, elas estão sendo efetivadas 20%. E sobre essas questões, o que está na Constituição, de 100% não chega nem a 20% praticada. Eu imagino. Igualmente as outras questões de socio assistencialismo, das questões mesmo das famílias, invulnerabilidade que a gente tem, e não é pouca.*

O lazer, enquanto política pública, é um campo disputado pelo Estado. Mas em se tratando de sua ausência para o público “T”, se deve muito ao fato dessas políticas públicas ainda serem um campo político estruturado pela hegemonia cisgênera, branca, heterossexual e patriarcal, que na perspectiva de Bourdieu (1989) estes ainda são agentes legitimados e definidores de quais práticas culturais e corpos podem – ou não – serem reconhecidos como dignos de atenção.

Nesse sentido, quando as políticas públicas de lazer não incluem pessoas trans e travestis, o Estado reforça regimes de normalização pautados na cisheteronormatividade, ou seja, utilizando a análise de Foucault (1979), o lazer torna-se, pois, um dispositivo biopolítico, uma tecnologia de gestão dos corpos, dos prazeres e do tempo.

As falas de Maria, Bia e Lúcia são consequências dessa fragilidade normativa, uma vez que não são simplesmente lacunas formais presenciadas anteriormente nos documentos. São lacunas advindas da reprodução estrutural social ao privilegiar corpos cisgêneros e heterossexuais como marcadores legítimos e universais.

Sobre as ações sazonais e sem continuidade, João desabafa:

João: O foco maior é sempre a parada LGBT e aí em janeiro eles fazem o tradicional com relação à documentação. Que aí eles fazem uma festinha, uma reuniãozinha ali, aí algumas pessoas falam um pouco. Tipo um “mutirãozinho”. Aí eles fazem um mutirão da documentação, da certidão e do RG. A última que eu fui eles tinham até colocado umas pessoas pra fazer uma massagem e não sei o quê. Os negocinhos assim, eu fico pensando, é só nessa época? E é só no dia 29³⁴.

Ou seja, João confirma o que Marcellino (1998) e Mascarenhas (2004,2016) caracterizam como “eventização do lazer”. Há uma preocupação maior em cumprir com agendas simbólicas, como por exemplo, as que estão presentes no calendário das datas comemorativas, entre os quais se destacam o dia nacional visibilidade trans (29 de janeiro) e a parada LGBTQIA+³⁵ no Amapá, do que criar de fato uma política pública contínua e a longo prazo.

Para as pessoas trans e travestis, em especial João, essa “política” de calendário” só reforça a precarização do lazer. Somos convidados para as festas, mas não fazemos parte da estrutura permanente da cidadania cultural. Essa prática apenas reflete, segundo Gomes (2010), a lógica neoliberal de se governar.

³⁴O interlocutor João estava se referindo ao dia 29 de janeiro, dia nacional da visibilidade trans no Brasil.

³⁵Não busco aqui criticar a realização da parada LGBTQIA+ no Amapá, que ocorre há 25 anos. Longe disso, meu objetivo é mostrar que as práticas de lazer do estado, sobretudo Macapá, se limitam a eventos sazonais.

De maneira complementar, Lara e Ana expressam que o lazer continua invisível nas políticas LGBTQIA+, em especial os sujeitos trans e travestis. E mostram a necessidade de articulação para com os representantes da sociedade.

Lara: *Eu acho que nós não temos uma política realmente levada a esse tipo de lazer, esporte, porque é mais voltado para a lei de direitos, isso mesmo, é mais para a lei de direitos, não para lazer.*

Ana: *Não custa ir atrás com os parlamentares e buscar os políticos, né? Um apoio a mais, né?*

Essa invisibilidade é decorrente de uma matriz cisheteronormativa (Louro, 1997; Bento, 2011) no qual escolas, Estado e a mídia, bem como demais relações sociais reproduzem. Corpos trans são vistos como “exceções” ou “erros” e, por isso, não são legítimos de produzir cultura e lazer.

Para romper com esse ciclo, se faz necessário uma reformulação epistemológica das políticas públicas, ou melhor segundo Odara (2020) é preciso desobedecer e ressignificar a partir de uma educação que pautar a transversalidade de gênero, levando em consideração também a interseccionalidade e o caminhar em conjunto com os movimentos sociais trans e travestis do país.

Esse cenário também dialoga com a análise de Ribeiro (2024) no estudo “*Mulheres negras e hip hop: por um olhar interseccional*”. A autora mostra como práticas culturais podem se tornar resistências e ações de pertencimento como resposta aos processos de exclusões. Assim como o hip hop cria espaços de afirmação para mulheres negras, as atividades culturais produzidas por pessoas trans e travestis também funcionam como estratégias de resistências que colide com a cisheteronormatividade.

Por fim, a sétima categoria dispõe sobre a *Inclusão, equidade e transformações no acesso ao lazer*; no qual expressa pontos importantes a serem considerados, como a atuação política e institucional do Conselho na construção de políticas inclusivas de lazer (UR-36, UR-37 e UR-39); a criação e ampliação de espaços públicos e comunitários de lazer e acolhimento (UR-40 e UR-41) e a união e fortalecimento da comunidade LGBTQIA+ (UR-38).

Esta análise revela, através dos depoimentos, caminhos relevantes em direção às mudanças, às transformações, ou seja, são reivindicações por inclusão social, equidade e pertencimento nos espaços e atividades de lazer em Macapá. O ponto de partida das falas é o que está disposto no depoimento de Maria ao compreender que o caminho inicial é acessar a cidadania, pois o lazer passa por ela.

Maria: *Eu acredito que o primeiro passo é garantir cidadania para pessoas trans e travestis não binárias, porque nem o nosso nome é respeitado. E isso é uma*

questão de cidadania. (...) A nossa luta é uma luta, primeiramente por cidadania, porque se a pessoa não tem nem um nome, nem o pronome é respeitado, ela não vai conseguir acessar nada. As poucas atividades de lazer que a gente tem institucionalmente quando acontecem, não são garantias. A gente não sabe se vai acontecer de novo e quando vai acontecer.

Ora, se há a ausência de cidadania, como o desrespeito ao nome e pronome, o caminho para acessar o lazer torna-se muito mais árduo. Não há a possibilidade de ter lazer ou cultura sem dignidade. Quando Butler (2015) nos lembra que o reconhecimento é uma condição para a existência social dos sujeitos, significa que, sem cidadania não há possibilidade de ter lazer. Nesse sentido, ele passa a ser um privilégio, não um direito social, ainda que garantido pela Constituição Federal.

Portanto, a fala de Maria evidencia que, para as pessoas “T” o acesso ao lazer começa pela própria cidadania. Por isso, antes de qualquer discussão sobre espaços e atividades de lazer, é primordial e, em alguns momentos urgente, assegurar que esses indivíduos tenham sua cidadania básica garantida.

Nessa perspectiva, a atuação do Conselho torna-se decisiva, pois sua função para além do diálogo democrático, é tensionar o Poder Público, assegurando respeito e reconhecimento das pessoas trans e travestis. Sobre as funções do CELGBT-AP, Maria e Bia reforçam:

Maria: (...) *pressionar via legislação* essas atividades de lazer, essa garantia de lazer, essa garantia de cultura, essa garantia de artes **através da legislação**.

Bia: *Primeiro criando a política pública de fato voltada para a comunidade trans. Se, de fato, eu quero incluir alguém em algo, eu tenho que pensar em algo que, de fato, vai incluir todo mundo junto.*

O CELGBT-AP pode, certamente, formular e cobrar políticas públicas específicas, onde o lazer se insere. Por isso, essas práticas formativas precisam de um planejamento que tenha em foco não somente a continuidade a longo prazo, mas o orçamento e, acima de tudo, a participação popular. Para Mascarenhas (2016), é preciso que as políticas de lazer sejam de Estado, e não apenas de governo, limitadas às gestões e mandatos.

A respeito da criação e ampliação de espaços públicos e comunitários de lazer e acolhimento Bia e João ressaltam:

Bia: (...) *eu queria muito que tivesse em Macapá, que eu acho que iria solucionar ou talvez ia ampliar a política pública (...) uma casa voltada à comunidade LGBT, mas em específico à comunidade trans. E eu queria muito, porque lá dentro a gente poderia criar atividades incríveis. Uma casa de acolhimento.*

João: *As questões que a gente precisa mudar talvez não seja só o Conselho, mas a mudança da cidade (...) Eu acredito que Macapá precisa de mais locais de lazer*

(...) as pessoas são livres e elas podem ficar à vontade onde elas quiserem, independente do lugar.

Os depoimentos acima evidenciam que a norma jurídica não é suficiente para o acesso às práticas formativas de lazer na capital amapaense. Para além do planejamento desenhado é fundamental a construção efetiva dessas políticas públicas, como deseja Bia ao sugerir uma casa de acolhimento para as pessoas trans e travestis de Macapá. Além disso, João complementa sobre ter mais opções de espaços de lazer na cidade, de ocupar um lugar público sem medo ou insegurança, de ter, de fato, direito à cidade (Harvey, 2014).

Para Gomes (2010), todo sujeito deve ter condições reais e simbólicas de vivenciar o lazer plenamente e uma casa de acolhimento seria uma opção para que pessoas trans e travestis possam se sentir seguras, pertencentes e com suas identidades válidas. Para além de um direito social garantido na norma jurídica, o lazer é um direito cultural (Marcellino, 1998) e, portanto, exige estruturas de espaços físicos e dignos.

Adiante, Lara cita um ponto relevante: a união da comunidade LGBTQIA+ entre os diversos segmentos, ainda que com pautas distintas.

Lara: *Eu acho que a **união da própria comunidade LGBT**. Se unir mesmo, focar mesmo nessa nossa luta e nessa **nossa persistência e resistência**, seria já um avanço para um monte de políticas públicas que a gente poderia **acessar juntas de mão dadas**.*

Na direção deste argumento, encontra-se o que Miskolci (2017) e Preciado (2018) defendem sobre a organização comunitária enquanto “micropolíticas de resistência”, ao afirmarem que a coletividade reforça a luta política da sobrevivência. E sobreviver, para sujeitos trans e travestis, em contextos de exclusão social, já é um ato de resistência por si só.

A análise dos depoimentos evidenciou um duplo sentido do lazer, no que diz respeito às pessoas trans e travestis na capital amapaense. De um lado, o lazer é marcado por disputas de poder, desigualdades estruturais e, ao mesmo tempo, é carregado de resistências, reinvenções e reconstruções socioculturais; nesse caso o lazer se constrói de maneira coletiva.

Nesse sentido o lazer, enquanto campo político de disputa, também pode ser reproduzidor do *status quo*, caso que observamos em algumas falas onde a negatividade do lazer se faz presente. Por outro lado, também foi possível constatar vivências positivas e de ressignificação, identificado nas iniciativas do coletivo AP Delas+.

De fato, o Conselho atua como um mediador entre a sociedade civil e o Poder Público, além de ser uma ferramenta fundamental na construção do diálogo democrático e

de políticas públicas mais inclusivas. Ainda assim, surgiram críticas em relação à ausência e descontinuidade de políticas públicas a longo prazo, restringindo o lazer à eventos sazonais.

Portanto, acessar o lazer para as pessoas trans e travestis requer um trabalho de todos os lados. Seja do Estado, reconhecendo a pluralidade de corpos e experiências “T”, seja pelo papel do Conselho como mediador entre Estado e sociedade civil ou mesmo na união da comunidade LGBTQIA+.

As práticas formativas de lazer identificadas nas falas dos interlocutores, bem como ações do Conselho, o coletivo AP Delas+ e iniciativas do Cine Trans, mostram que o fenômeno tem caráter educativo ao promover aprendizagens coletivas que fortalecem a cidadania, a formação política e, sobretudo, a identidade desses sujeitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a compreensão dos conselheiros (as/es) representantes do segmento “T” do CELGBT-Amapá sobre o acesso às práticas formativas de lazer para homens transexuais, mulheres transexuais e travestis em Macapá. Além disso, a pesquisa buscou discutir as questões sociais, culturais, políticas, econômicas, educacionais e de lazer que perpassam a comunidade LGBTQIA+, em especial, as populações travestis e transsexuais; verificar a articulação do lazer nos dispositivos legais de proteção à população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá e compreender as barreiras e os enfrentamentos do acesso ao lazer de pessoas trans e travestis, a partir do olhar dos conselheiros representantes deste segmento.

Esse trabalho me ensinou a compreender o lazer sob um novo olhar, o das pessoas trans e travestis. Ao ouvir os interlocutores da pesquisa, pude perceber que o lazer ultrapassa a ideia de política pública e direito constitucional, ele é um campo muito vasto atravessado por marcadores sociais, cidadania e disputas por poder.

Quando o lazer se torna um campo de disputa, ele é reconstruído também por sujeitos que não o vivenciam, seja pela negação, pelo preconceito ou discriminação. Essa realidade mudou minha visão, como acadêmico e homem trans, sobre as desigualdades estruturais que ainda se fazem presente nas nossas vidas.

Revisitar o campo teórico do lazer no Brasil, durante a construção do primeiro capítulo, me mostrou que a produção acadêmica voltada especificamente para as pessoas trans e travestis ainda são muito recentes. Portanto, essa pesquisa se revela como uma contribuição importante para futuros estudos do lazer, uma nova perspectiva a partir das experiências trans e travestis.

No segundo capítulo, a análise documental trouxe também um aprendizado fundamental em relação à prioridade que o Poder Público fornece ao lazer. Esse fenômeno aparece timidamente e de forma secundária nos respectivos documentos analisados e muitas vezes como uma política acessória para alcançar outros objetivos fins vistos como mais urgentes, como saúde, assistência, esporte, entre outros.

As falas dos partícipes da pesquisa revelaram uma percepção predominantemente crítica quanto à escassez de oportunidades de lazer destinadas à população LGBTQIA+, sobretudo aos homens e mulheres transexuais e travestis da capital amapaense. Essa carência, segundo os (as) participantes, está associada à ausência de políticas públicas estaduais consistentes de incentivo e à manutenção de programas de lazer, o que reforça

barreiras históricas, estruturais, simbólicas e emotivas de acesso ao lazer, além da exclusão social vivenciada por esse grupo. Fato este que está diretamente alinhado à literatura pesquisada sobre o tema, a qual indica que as populações trans e travestis enfrentam mais obstáculos no que diz respeito aos direitos fundamentais.

Por outro lado, foram evidenciados não somente discursos, mas práticas formativas de existências e resistências trans de lazer e educação ainda que dentro desse contexto excludente, como por exemplo, o coletivo amapaense AP Delas+, composto majoritariamente por pessoas trans, travestis e pretas, que educam através de suas performances, exposições audiovisuais, danças e demais manifestações culturais sobre suas próprias trajetórias de vida.

Seus sujeitos se utilizam, pois, de uma pedagogia das travestilidades e dos Círculos de Cultura ao humanizar o ensino e a aprendizagem e, concomitantemente, oferecer lazer para a população de Macapá. São nessas atividades que as pessoas contrariantes da cishetermnormatividade têm a liberdade de exercer suas identidades e subjetividades, lançando novos olhares e construindo uma nova perspectiva para, com e pela educação.

Durante o levantamento bibliográfico para realizar a dissertação, enfrentei dificuldades para localizar artigos e estudos acadêmicos, pois poucos autores estudam o lazer e a educação para trans e travestis, evidenciando ainda mais a necessidade do estudo desse fenômeno sob o olhar “T”. Ainda nesse contexto, foram encontradas poucas publicações de autoria de homens trans, já que em sua maioria as pesquisadoras são mulheres trans ou travestis. Essa escassez nos alerta para a importância de ampliar o debate e solidificar a produção científica, plural e representativa.

Essas compreensões refletem não só no cenário acadêmico, mas também social, visto que no Amapá, oficialmente, na agenda governamental, o único evento LGBTQIA+ contínuo que ocorre anualmente é a parada LGBTQIA+, ausência essa que culmina na exclusão social, transfobia institucional e outras exclusões, como a falta de políticas públicas de lazer específicas para esse público, que corroboram para o estranhamento e afastamento desse grupo nos espaços culturais.

As experiências relatadas pelos interlocutores da pesquisa mostram o lazer como uma prática formativa que se articula à formação política e a produção de saberes que fortalece a identidade e reafirma que o campo educativo é primordial para a (re)existências de pessoas trans e travestis da capital amapaense.

Portanto, estudos como este colaboram para a ampliação do debate na relação entre lazer, gênero e diversidade, tornando-se ferramentas fundamentais para a mudança social de fato. Tais mudanças podem ser alçadas por meio de uma educação subversiva e desobediente, capaz de contribuir para a formulação de políticas públicas efetivas ao público “T” de Macapá e do estado do Amapá.

Conhecimento, liberdade e lazer se trabalhados em equilíbrio transformam a educação de mero instrumento de aprendizagem para uma prática, verdadeiramente, emancipadora. Pois neste momento, ela é vista como um ato formativo e, concomitantemente, político. Nesse sentido, o lazer se apresenta para além de um momento de descanso ou divertimento: é um campo político e simbólico de criação e expressão, de mostrar identidades outras que, durante anos, foram invisibilizadas.

É importante frisar que esta pesquisa foi feita com um grupo de conselheiros, atuantes na cidade de Macapá, e que, obviamente, ao se consultar outras pessoas, de outras realidades, poderíamos obter resultados distintos dos que aqui foram apresentamos. Diante disso, ressalto que esta pesquisa deve ser lida a partir de um olhar circunstancial e local, a partir das perspectivas dos sujeitos localizados na Amazônia Amapaense, que em certa medida, podem, ou não, dialogar com as experiências de vida de pessoas de outras regiões.

Foram muitos os desafios e obstáculos encontrados durante esta pesquisa, sobretudo em relação à escassez da literatura sobre lazer e transgeneridades. Portanto, este trabalho pode contribuir significativamente para ampliar a produção de conhecimentos no futuro. Que ele possa fortalecer uma área que ainda é pouco debatida, embora de extrema importância para quem vive nas fronteiras dos gêneros.

REFERÊNCIAS

AIDAR, A. M. **O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT):** entraves e possibilidades de participação na elaboração e implementação de políticas públicas. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade.** Feminismos plurais. Coord: Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.

AMANAJÁS, I. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. **Revista Belas Artes**, v. 16, n. 3, 2023. Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/revistabelasartes/article/view/306>. Acesso em: 13. jan. 2025.

AMAPÁ. Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT. **Resolução nº 07/2020 – CELGBT/AP:** Aprova o Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBT do Amapá. Macapá: CELGBT/AP, 2020.

_____. Governo do Estado. **Decreto nº 1.139, de 29 de janeiro de 2024.** Cria o Centro de Acolhimento às Mulheres Amapaenses LGBTI – AMA-LBTI, vinculado à Secretaria de Políticas para Mulheres. *Diário Oficial do Estado do Amapá*, Macapá, AP, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.diariooficial.ap.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2025.

_____. Governo do Estado. **Decreto nº 4.044, de 10 de maio de 2024.** Institui o Centro de Referência em Acolhimento às Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais Amapaenses – AMA-LBTI, vinculado à Secretaria de Políticas para Mulheres. *Diário Oficial do Estado do Amapá*, Macapá, AP, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.diariooficial.ap.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2025.

_____. Governo do Estado. **Lei nº 1.999, de 21 de março de 2016.** Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Amapá*, Macapá AP, 21 março 2016. Disponível em: <https://diofe.portal.ap.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3473#/p:4/e:3473?find=CELGBT/AP>. Acesso em: 5 ago. 2023.

_____. Governo do Estado. **Resolução nº 01, de 1º de abril de 2021.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do CELGBT-AP. *Diário Oficial do Estado do Amapá*, Macapá, AP, 1º abril 2021. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/CELGBT_0277072fee98f510c731c906d47e2d91.pdf. Acesso em: 5 ago 2023.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.** Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa.** Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 11 .ago. 2025.

APPLE, Michael W. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. V. 5. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições 70, 225p., 1977.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Edição Eletrônica, 2011. Acesso em: 31. ago. 2024.

BELMONTE, L. A. **LGBT+ na luta: avanços e retrocessos**. Editora São Paulo: Contexto, 1ed. 320p., 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2023**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília, 2024. DF: Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 04 abril. 2024.

BENEVIDES, B. LEE, D. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858>. Acesso em: 5. set. 2025.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, págs. 549-559: 336. agosto. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000200016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 nov 2023.

_____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 02, p. 569-581, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2012000200017&script=sci_abstract. Acesso em: 20 set. 2025.

BERNARDES, B. B. **A (Fé)sta da Chiquita no terreno do Círio de Nazaré: uma experiência de lazer entrelaçando a devoção, a diversidade e a economia popular**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/5f4fecfe-06e8-48a9-a7e9-775aad20203/content>. Acesso em: 12 fev 2025.

BRAMANTES, A.C. Lazer: concepções e significados. **Licere – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n 1, p.9-17, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1552>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT: Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT**. Brasília: SEDH/PR, 2008.

_____. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais:** Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

_____. **Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** Brasília, DF: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Coleção Sujeito.

_____. **Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”.** 1ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CALADO, S.S.; FERREIRA, C.S. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados.** 2005.

CANDAU, V. M. Didática crítica intercultural: aproximações. **Petrópolis, RJ: Vozes**, p. 107-138, 2012.

_____. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de pesquisa**, v. 46, p. 802-820, 2016.

COLLARES, R. L.; TEMPLE, G. C. Os monstros humanos em Foucault e existências transgêneros. **Trans/Form/Ação**, v. 46, n. 4, p. 229-256, 2023.

CARVALHO, M. CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**. N. 14 – ago. 2013 – pp. 319-351. Dossiê n. 2. Disponível em: > <https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/abstract/?lang=pt> < Acesso em: 16 jun. 2025.

CORREIA, R. dos S. Desafios e barreiras no acesso escolar para a comunidade trans: uma revisão bibliográfica. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 17, n. 9, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6206>. Acesso em: 16 abril 2025.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.

CUNHA, L. L. N. Para a construção de uma genealogia trans brasileira: trans* num recorte histórico, ativista e jurídico. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 28, n. 2, p. 138-164, 2023. Disponível em:

<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/2390>. Acesso em: 30 julho 2025.

DE ALMEIDA, F. M. O conceito de lazer: uma análise crítica. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 16, p. 206-229, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/21887>. Acesso em: 2 maio 2025.

DIAS, C. A. G. et al. Estudos do lazer no Brasil em princípios do século XXI: panorama e perspectivas. **Movimento**, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/66121>. Acesso em: 4 dez 2024.

_____. “O QUE É LAZER AFINAL?” In: Bela-blog **Estudos do Lazer: discussão dos dados (2020-2021)**. RAMOS, D. da S.; SOARES, R. F. Colóquio Interdisciplinar de Estudos do Lazer, Ponta Grossa – PR: Atena, p. 54, 2023.

DORLIN, E. **Sexo, gênero e sexualidades**: introdução à teoria feminista. São Paulo: Ubu Editora; São Paulo: Crocodilo, 2021.

DOS REIS, M. L. M; GONÇALVES, M. B. Cultura Ballroom: Entrelaçamentos com a educação performativa. **EntreLetras**, v. 15, n. 2, p. 106-125, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/18943>. Acesso em: 04 out. 2025.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. Editora Perspectiva, 1974.

FALCÃO, D.; FERNANDES, J. da S. O Lazer como protagonista de resistência e luta. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 10, n. 03, p. 78-97, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/47721>. Acesso em: 05 jan. 2025.

FRANCO, N. A Educação Física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. **Motrivivência**, v. 28, n. 47, p. 47-66, 2016. Acesso em 19 abr. 2024.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**, 45º ed. São Paulo: Paz e Terra 188p., 2019.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 129p.,1987.

FREITAS, J. R.; FEITOSA, B. L. O enfoque das capacidades por Martha Nussbaum e a busca por uma sociedade justa. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, v. 6, n. 1, p. 21-36, 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. Ed. Poro Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Paz e Terra, 2019.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

_____. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.14, n. 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/762>. Acesso em: 10 dez. 2024.

_____. **Lazer e formação humana: horizontes da educação para o lazer**. Campinas: Autores associados: 2010.

_____. **FRUI VITA: A alquimia do lazer**. Ponta Grossa (PR): Atena, 2023.

_____. Compreensões de lazer/ócio na América Latina: uma análise conceitual. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 4, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/667>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GOMES, R. et al. A análise de dados em pesquisa qualitativa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 21, p. 67-80, 1994.

GOMES, C.L. ELIZALDE, R. Produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: desafios e perspectivas. In: ISAYAMA, H.F. OLIVEIRA, M.A.T (Orgs). **Produção de conhecimento em Estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 113-137.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2001.

GUERRA, V. A. Espaços e sexualidades trans. Lazer como arte da existência na Baía da Traição. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 21, 2017. Acesso em: 19 abr. 2024.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos /Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: 52 http://www.sertao.ufmg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%7%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 18 novembro 2023

KISHIGAMI, F. D. **Políticas públicas: lazer e turismo como instrumento de inserção social de travestis e transexuais em vulnerabilidade social**. 2020. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-10012020-173305/publico/DissertacaocorrigidaKISHIGAMIFlavioDaiji.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. Ver. Amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, M. **Pensamento feminista hoje perspectivas decoloniais**. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Bogotá: Universidade Colegio Mayor de Cundinamarca, 2008.

MACAPÁ, P. M. **Lei nº 2.597, de 17 de agosto de 2022**. Dispõe sobre punição a atos discriminatórios com base na orientação sexual do indivíduo, institui o Dia Municipal de Combate à LGBTfobia+ (17 de maio), e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Macapá*, Macapá, 25 ago. 2022. Disponível em: https://defesadoempreendedorhom.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirT_extoAto&cod_menu=8003&cod_modulo=363&link=S&numeroAto=00002597&orgao=NI%2FMACAPA%2FAP&seqAto=000&tipo=LEI&valorAno=2022. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Papirus editora, 1998.

MASCARENHAS, F. **Política pública de lazer: por uma agenda de Estado**. Revista Licere, v.19, n.2, 2016.

_____. **Lazer e práticas sociais**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAURICIO, J. S. de S. et al. Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. **Licere (Online)**, p. 695-725, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resourc/pt/biblio-1253554> Acesso em: 1 set. 2024.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 408 p., 2014.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. Do desvio às diferenças. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 47, 2005.

MONTENEGRO, G. M. A produção de conhecimentos sobre a população LGBTQIA+ nos campos dos estudos do lazer do Brasi. In: **3º Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, sustentabilidade e desenvolvimento**. 3., 2024. Belém: NAEA, 2024.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ODARA, T. **Pedagogia da Desobediência**: Travestilizando a Educação. 1. Ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das Travestilidades**. 1.ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 322p. 2022.

PEIXOTO, E. M. M. **Os Estudos do Lazer no Brasil**: Apropriação da Obra de Marx e Engels Leisure Studies in Brazil—Appropriation of Marx and Engels' Works. 2008.

PEREIRA, C. F.; SANTOS, E. S. Participação social da população LGBT: o conselho nacional de combate à discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Perspectivas em políticas públicas**, v. 9, n. 2, p. 175-205, 2016.

PICCOLO, G. M. As antinomias dialéticas do lazer. **Motrivivência**, n. 30, p. 9-27, 2008.

PRECIADO, P. B. **Texto Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro 1 ed. São Paulo: n-1edições, 2018

REIS, B. et al. Estudos críticos da heterossexualidade: uma introdução ao campo. **Corpo, gênero e sexualidade**: Memórias, lutas e insurgências nas educações/ organizadoras, Elenita Pinheiro de Queiroz Silva ... [et al.]. - Campina Grande: Realize editora, 2023. Acesso em: 8 dez 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora//25082023160700-CORPO--GENERO-E-SEXUALIDADE--MEMORIAS--LUTAS-E-INS.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2024.

RIBEIRO, B. Mulheres Negras e Hip Hop: por um olhar interseccional. **Revista Brasileira De Estudos Do Lazer**, 10(03), 38-55, 2024. Acesso em: 23 outubro 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/49092>

REIS, D. A. S.; MARTINS, A. M. Diversidade sexual e políticas públicas de lazer para as pessoas LGBTTI. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 4, p. 510-534, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26704>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RODRIGUES, F. F. O. et al. **Lazer, mulheres trans e unidade prisional**: um estudo sobre as práticas de lazer na penitenciária professor Jason Soares Albergaria. 2022. Acesso em: 15 abr. 2024.

SAMPAIO, T. M. V. Lazer, inclusão e diversidade. In: PEREIRA DA SILVA, Júnior Vagner; SILVA, Santos Dirceu. (Orgs). **Lazer, vida de qualidade e direitos sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

SANTOS, A. C. Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, p. 03-15, 2006.

SANTOS DE OLIVEIRA, E. A. O conceito de dispositivo de sexualidade na obra foucaultiana a vontade de saber. **Kalagatos**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 89–108, 2021. DOI: 10.23845/kalagatos.v12i24.6165. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6165>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, S. O. **Violências vivenciadas por homens trans na educação superior: Bullying ou transfobia?**. Universidade Federal de Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/42073>. Acesso em: 15. Julho. 2025.

SANTOS, D.L.L dos. **“Sobrevivi para contar”**: experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI). 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores associados, 2021.

SENNA, A. A trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra na universidade. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 304-317, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12852>. Acesso em: 5 set. 2025.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SZYMANSKI, H. **A entrevista na educação**: a prática reflexiva. Heloisa Szymanski (org.), Laurinda Ramalho de Almeida, Regina Célia Almeida Prandini. Brasília: Lieber Livro Editora, 2004. 4ª ed. 2011.

TAVARES, M. L. **Na parada do lazer**: diagnóstico do campo de atuação profissional em ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/42998>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TONIETTE, M. A. Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. **Revista brasileira de sexualidade humana**, v. 17, n. 1, 2006. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/443. Acesso em: 26 nov. 2024.

VEAL, T; SIVAN, A. Lazer e direitos humanos- A carta da Organização Mundial de Lazer para o Lazer: Passado, Presente e Futuro. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 8, n. 2, p. 3-13, 2021.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 244f, 2016.

XAVIER, T. P. de O.; VIANNA, C. A Educação de Pessoas Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e124022, 2023.

ZAGO, N. et al. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 14, n. 9, 2003.

WORLD LEISURE ORGANIZATION. **Carta Mundial do Lazer**. Tradução para a língua portuguesa. São Paulo: Sesc, 2010. Disponível em: <https://www.worldleisure.org/carta-mundial-do-lazer/>. Acesso em: 30. março. 2025

ANEXO 1 PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS LGBTQIA+ DO AMAPÁ SOBRE O ACESSO ÀS PRÁTICAS DE LAZER DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM MACAPÁ.

Pesquisador: IVO PANTOJA MEDEIROS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87599425.8.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.863.941

Apresentação do Projeto:

O projeto intitula-se A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS LGBTQIA+ DO AMAPÁ SOBRE O ACESSO ÀS PRÁTICAS DE LAZER DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM MACAPÁ. Diante da realidade hostil que muitos sujeitos trans e travestis vivem no Brasil e no Amapá e para dar sentido ao problema, trazemos como objetivo geral do trabalho: Analisar a percepção dos conselheiros representantes do segmento LTB (homens trans, mulheres trans e travestis) do CELGBT-Amapá sobre as práticas de lazer que contemplam os sujeitos do segmento em Macapá. Este estudo possui abordagem qualitativa, que combinará pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, que será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas utilizando um questionário socioeconômico e o roteiro de entrevista. Posterior à coleta, os dados serão tratados por meio de análise de conteúdo de Bardin, realizada em três fases: pré-análise, análise propriamente dita e a interpretação de dados, enriquecendo a análise com a produção de figuras e quadros ilustrativos. Com o estudo, espera-se não só elucidar a percepção dos conselheiros, mas também discutir e estimular a produção de atividades de lazer a essa população estigmatizada.

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
UF: AP Município: MACAPÁ
Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

Continuação do Parecer: 7.863.941

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a percepção dos conselheiros representantes do segmento T (homens trans, mulheres trans e travestis) do CELGBT-Amapá sobre as práticas de lazer que contemplam os sujeitos do segmento em Macapá.

Objetivos Secundários:

1) Discutir as questões sociais, culturais, políticas, educacionais e de lazer que perpassam a comunidade LGBTQIA+, em especial, as populações travestis e transsexuais; 2) Verificar a articulação do lazer nos dispositivos legais de proteção à população LGBTQIA+ no Brasil e no Amapá e 3) Compreender as barreiras e os enfrentamentos do acesso ao lazer de pessoas trans e travestis, a partir do olhar dos conselheiros representantes deste segmento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

Os riscos de participação no estudo são timidez, vergonha, cansaço, desconforto e indisponibilidade de tempo para responder os questionários socioeconômicos propostos e as entrevistas semiestruturadas. Para mitigar os riscos listados acima, os participantes poderão interromper as entrevistas a qualquer momento, bem como estas serão realizadas em horário previamente acordado entre pesquisador e entrevistado, de acordo com a disponibilidade dos participantes. Além disso, será garantido ambiente reservado e acolhedor, preservando sigilo e privacidade, bem como a flexibilidade do tempo conforme o participante. O pesquisador estará disponível para quaisquer dúvidas e esclarecimentos e para ouvir reclamações ou desconfortos dos participantes.

BRNRFCIOS:

Os benefícios da pesquisa são construções de debates e discussões sobre o lazer para a população transexual e travesti de Macapá, bem como o estímulo à criação de atividades programadas que garantam o direito ao lazer a este grupo social, através da execução de políticas públicas afirmativas. Além da possibilidade de contribuir para o acervo acadêmico e universitário brasileiro sobre as práticas de lazer da comunidade LGBTQIA+.

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero
Bairro Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município** MACAPA
Telefone (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-** cep@unifap.br

Continuação do Parecer: 7.863.941

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto vinculado ao Programa de Mestrado em Educação da Unifap. Pesquisa relevante e exequível. A pesquisa espera elucidar a percepção dos conselheiros e discutir e estimular a produção de atividades de lazer a essa população estigmatizada. Além de estimular a criação de atividades programadas que garantam o direito ao lazer a este grupo social, através da execução de políticas públicas afirmativas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de Rosto (Adequada)
 - 2) Projeto Brochura (Adequado)
 - 3) TCLE (Adequado)
 - 4) Termo de Anuência (Adequado)
- Instrumento de Coleta de Dados (Adequado)
Cronograma (Atualizado)

Recomendações:

Recomendo aprovação do projeto submetido (2a. versão)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado, podendo dar continuidade a pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2505565.pdf	21/08/2025 21:41:08		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_ivo_platafoma.docx	21/08/2025 21:40:02	IVO PANTOJA MEDEIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_IVO.docx	21/08/2025 21:22:34	IVO PANTOJA MEDEIROS	Aceito
Folha de Rosto	Plataforma_IVO.pdf	25/03/2025 15:47:26	IVO PANTOJA MEDEIROS	Aceito

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero
Bairro Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município** MACAPA
Telefone (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 7.863.941

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 26 de Setembro de 2025

Assinado por:

RAFAEL LIMA RESQUE
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero

Bairro Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280

UF: AP **Município** MACAPA

Telefone (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-** cep@unifap.br

APÊNDICE A QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

- 1- Idade: _____
- 2- Identidade de gênero: Mulher trans Homem trans Travesti Não-binário
- 3- Raça autodeclarada: Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena; Quilombola
- Estado Civil: solteiro (a); Casado (a); União estável; Divorciado (a); Viúvo (a);
- 4- Tem filhos (as/es): Sim Não
- 6- Nível de Escolaridade: Ensino médio Completo; Ensino superior incompleto; Ensino superior completo; outro _____.
- 7- Ocupação: Sim Não. Se sim, qual? _____. Carteira assinada? Sim Não
- 8- Renda familiar: Menos de um salário mínimo; De 01 a 02 salários mínimos; De 02 a 03 salários mínimos; Mais de 03 salários mínimos.
- 9- Religião: Católica; Evangélica; Espírita; Outra _____
- 10- Moradia: Própria; Alugada; Cedida / alvenaria; Madeira; Mista.
- 11- Realiza alguma atividade de lazer durante a semana? Sim Não. Se sim, qual a atividade e a frequência? Poucas vezes; algumas vezes; frequentemente; sempre.
- _____
- 12- Pratica exercícios físicos ou esportes? Sim Não. Se sim, qual tipo de exercício? _____ e qual a frequência? Poucas vezes; algumas vezes; frequentemente; sempre.
- 13- Qual meio de transporte você utiliza? Carro; Moto; Transporte coletivo; Bicicleta; Andando.

APÊNDICE B ROTEIRO DE ENTREVISTA

Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado intitulada “**A COMPREENSÃO DOS CONSELHEIROS LGBTQIA+ DO AMAPÁ SOBRE O ACESSO ÀS PRÁTICAS FORMATIVAS DE LAZER DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM MACAPÁ**” que tem como objetivo analisar a compreensão dos conselheiros representantes do segmento “T” (homens trans, mulheres trans e travestis) do CELGBT-Amapá sobre as práticas formativas de lazer que contemplam os sujeitos do segmento em Macapá.

DATA: ___/___/___ HORA: __h__min

1. Quais são suas atividades e atribuições dentro do Conselho?
2. Vamos iniciar falando um pouco do seu lazer, pode ser? O que você faz que pra você é considerado como um lazer?
3. Durante sua trajetória de vida (infância, adolescência, juventude, fase adulta), você gostaria de destacar alguma experiência ou momento de lazer que considera relevante, especial?
4. Na sua compreensão, existem diferenças para acessar o lazer entre as pessoas da comunidade LGBTQIA+?
5. No seu entendimento, existem barreiras que pessoas trans e travestis têm no acesso às práticas formativas de lazer em Macapá?
6. Para você, qual a importância do lazer na qualidade de vida das pessoas trans e travestis?
7. Os dispositivos legais (leis, programas, regulamentos) relacionados às pessoas LGBTQIA+ abordam o lazer de maneira satisfatória a este grupo?
8. De que forma o CELGBT-Amapá pode contribuir para que o lazer possa ser inclusivo sem distinções sexuais e de gênero?
9. Como conselheiro (a/e) e representante estadual do segmento “T”, o que você gostaria que mudasse na realidade de Macapá, para que mais pessoas trans e travestis acessem práticas formativas de lazer?
10. O que você entende por lazer?

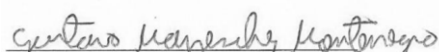
APÊNDICE C TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Através deste termo e de acordo ao que normatiza a resolução do CONEP 466/2012 e 510/2016, convidamos você a participar da pesquisa intitulada: **A COMPREENSÃO DOS CONSELHEIROS LGBTQIA+ DO AMAPÁ SOBRE O ACESSO ÀS PRÁTICAS FORMATIVAS DE LAZER DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM MACAPÁ**, que tem como objetivo de analisar a compreensão dos conselheiros representantes do segmento “T” (homens trans, mulheres trans e travestis) do CELGBT-Amapá sobre as práticas formativas de lazer que contemplam os sujeitos do segmento em Macapá, por meio de um questionário e entrevista semiestruturada.

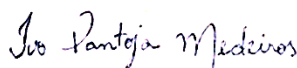
Sua participação ocorrerá através de uma entrevista semiestruturada, voluntária e com questões abertas. Os riscos da sua participação no estudo são vergonha, cansaço, desconforto e disponibilidade de tempo para responder, em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. As informações serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo.

Este estudo beneficiará o segmento LGBTQIA+ e toda sociedade, pois poderá gerar debates e discussões a respeito do lazer a essa população que poderá estimular a criação de atividades programas que garantam o direito ao lazer a essa população. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, pois serão omitidas todas as informações que permitam identificar-lhe. Qualquer dúvida relativa à pesquisa poderá ser esclarecida pelos responsáveis da pesquisa. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores responsáveis, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

Atenciosamente,

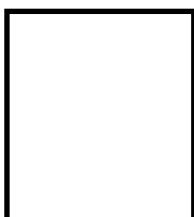


Orientador da pesquisa
Gustavo Maneschy Montenegro
Universidade Federal do Amapá/UNIFAP
Cel: (96) 981074639
E-mail: gustavo@unifap.br



Mestrando
Ivo Pantoja Medeiros
Universidade Federal do Amapá/UNIFAP
Cel: (96) 981057879
E-mail: ivopant@gmail.com

Eu _____ (nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisador, lido o presente termo e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.



Assinatura do participante

Macapá-AP, _____, de _____ 2025.